

# ABUSO SEXUAL EM MENINOS

Christian Haag Kristensen

Dissertação apresentada como exigência parcial para  
a obtenção do grau de Mestre em Psicologia  
sob a orientação do  
Prof. Dr. William Barbosa Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Curso de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento  
Maio, 1996

*These are tales of survival, survival under altered, sometimes radically altered, conditions - survival made possible by the wonderful (but sometimes dangerous) powers of reconstruction and adaptation we have.*

**Oliver Sacks**

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um investimento pessoal, mas que só foi possível devido ao esforço, em diferentes formas, de várias pessoas que merecem ser reconhecidas. Agradeço ao Prof. Dr. William Barbosa Gomes pela orientação segura e pelo estímulo ao longo de todo o trabalho. Agradeço também ao Prof. Renato Zamora Flores por possibilitar todas condições ao desenvolvimento da pesquisa. Sem vocês, a história que eu estou contando, seria, seguramente, outra.

Agradeço a Armando e Elma, meus pais, e a Cristianne, minha namorada, pelo seu amor. Sem vocês, minha história não teria sentido.

Agradeço ao Cacá, meu irmão, pelo suporte técnico na utilização do computador. Agradeço também aos colegas Nalu Both, pelo auxílio com o português, Mariane Souza, pelo auxílio na transcrição das entrevistas e Luiz Lichtenstein, pelo auxílio com o inglês. Agradeço ainda aos conselheiros tutelares Vlândia e Beleza e aos educadores Inês, Telmo e Antônio. Vocês nem imaginam como tornaram tudo mais fácil.

Dedico esta dissertação aos meninos que compartilharam comigo o sentido de suas experiências.

## SUMÁRIO

Lista de Tabelas .....	6
Lista de Figuras.....	7
Resumo .....	8
Abstract.....	9
Capítulo	
I. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 - Definições e Categorias de Abuso Sexual .....	14
1.2 - Incidência.....	17
1.3 - Abuso Intrafamiliar .....	19
1.4 - Abuso Extrafamiliar .....	22
1.5 - De Vítima a Abusador.....	23
1.6 - Metodologias Utilizadas .....	26
1.7 - Declaração do Problema .....	27
II. MÉTODO.....	29
2.1 - Delineamento .....	29
2.2 - Sujeitos.....	31
2.3 - Procedimentos e Instrumentos para Coleta de Dados.....	32
2.4 - Critérios de Análise dos Dados.....	34
III. DESCRIÇÃO, REDUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS ...	37
3.1 - Apresentação dos Casos.....	37
3.1.1 - Caso 1.....	37
3.1.2 - Caso 2.....	39
3.1.3 - Caso 3.....	40
3.1.4 - Caso 4.....	41
3.1.5 - Caso 5.....	42

3.1.6 - Caso 6.....	43
3.2 - Os Casos em Contexto .....	44
3.2.1 - Contexto do Abuso.....	44
3.2.2 - Contexto da Revelação.....	57
3.2.3 - Contexto de Reações.....	63
IV. CONCLUSÃO.....	75
4.1 Descrição, Redução e Interpretação Finais .....	75
4.2 Considerações Finais.....	83
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS .....	92
Modelo Multidimensional de Avaliação.....	92
Index de Riscos .....	95
Protocolo de Entrevista com Meninos .....	96
Protocolo de Entrevista com Pais ou Familiares.....	99
Protocolo de Entrevista com Professores.....	102
Descrição dos Códigos Criados para o Ethnograph.....	103

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição dos Casos .....	33
Tabela 2: Componentes Descritores do Abuso.....	45

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação de Sentido da Experiência do Abuso.....	76
Figura 2: Modelo Semiótico da Comunicação Humana.....	78
Figura 3: Modelo da Experiência Intra-contextual do Abuso Sexual.....	79
Figura 4: Modelo da Experiência Inter-contextual do Abuso Sexual.....	80

## RESUMO

O impacto da experiência de abuso sexual foi estudado em seis meninos, com idades entre 7 a 13 anos, atendidos em um Programa de Extensão da UFRGS para prevenção e tratamento de abuso físico e sexual, desenvolvido num Conselho Tutelar e numa Escola Municipal de Primeiro Grau. Para cada caso, entrevistou-se, a partir de um roteiro tópico flexível, um ou mais familiares, o professor ou a orientadora educacional da Escola que o menino freqüentava e os conselheiros tutelares e monitores envolvidos diretamente no caso. Quanto aos meninos vitimados, o roteiro de entrevista utilizado fazia parte do processo de avaliação clínica que precedia o tratamento psicológico. Utilizou-se da comunicologia - conjunção entre a fenomenologia existencial e a semiótica - como argumento metodológico no delineamento qualitativo dos procedimentos de análise e como argumento teórico na interpretação dos resultados. A experiência da vitimação foi estudada através da descrição, redução e interpretação dos contextos de abuso, revelação e reações. A interpretação dos resultados indicou que, inicialmente, os meninos expressam prejuízos vivenciais e relacionais, experienciam o dilema entre revelar e não revelar e, posteriormente, apresentam possibilidades de reações como confusão quanto à orientação sexual, comportamento sexualizado, revitimação e comportamento abusivo. Sugestões terapêuticas são apresentadas utilizando-se como referência a compreensão do processo comunicativo.



## ABSTRACT

The impact of the sexual abuse experience has been studied in six cases involving boys, with ages ranging from 7 to 13. The boys were in care of a university community program aimed at the prevention and treatment of physical and sexual abuse. The program was carried out in a child protection agency (Conselho Tutelar) and in an elementary public school. Interviews have been conducted with relatives, teachers, school counselors, monitors and child protective team members who were involved with the boys. Regarding the victimized boys, the interview schedule was part of the clinical evaluation which preceded the psychotherapeutic intervention. Communicology (the association of existential phenomenology with semiotics) was applied to analyze the interviews. Also, to understand the meaning relationships established by the boys with themselves and with other people. The victimization experience has been studied through the phenomenological description, reduction and interpretation of the abuse, revelation and reaction contexts. Interpretation of the findings has revealed that the boys manifest personal and relational impairments, that they experience the dilemma of disclosing or not the abuse, and that they may show reactions like sexual orientation confusion, sexualized behavior, revictimization and abusive behavior. Therapeutic indications are suggested based on the communicative process.

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

“Estes são contos de sobrevivência.” Imediatamente o leitor se questiona: “Quem sobrevive?” e “a que sobrevive?”. A primeira indagação refere-se aos meninos, “sujeitos” desta pesquisa. A segunda indagação refere-se ao abuso sexual, o “objeto” desta pesquisa. Mas surge então uma terceira questão: “Quem conta estes contos, ou estas histórias, dos meninos que sobrevivem ao abuso sexual?” Esta pergunta indica que as histórias são contadas pelo pesquisador, a partir da sua perspectiva. Indica ainda que, ao contar a história, o pesquisador apresentará, entre a “subjetividade” da sua perspectiva e a “objetividade” da situação estudada, um argumento que possibilite ao leitor compreender as “condições radicalmente alteradas” que os meninos sexualmente abusados experienciam.

Não é uma tarefa fácil, se é que é possível, oferecer um argumento razoável que contemple tanto a posição do pesquisador quanto a dos sujeitos e tema pesquisados. Na prática de pesquisa em psicologia, os argumentos variam entre um privilégio à objetividade - em geral estudos com metodologias quantitativas que são criticados na sua pouca relevância ou abrangência, ou uma escolha pela subjetividade- comumente estudos com metodologias qualitativas criticados pela sua falta de legitimidade. Entretanto, conceber a escolha metodológica, a prática de pesquisa ou a própria psicologia descontextualizadas de suas referências epistemológicas é compreendê-las superficialmente. Para um entendimento mais aprofundado dessa dicotomia entre subjetividade e objetividade - na história da psicologia e também na história deste estudo, é necessário contar primeiro uma outra história: o desenvolvimento do pensamento Ocidental.

Entre os séculos VIII aC e VII aC, o mundo grego era regido pela mitologia. Conforme Heráclito, no início era o Caos e depois veio a Ordem. Thales de Mileto propunha um conceito de Ser “no qual nós vivemos e movemos e temos o nosso ser”, não distante da idéia de Heráclito de que “tudo flui” (Clarck, 1994). A preocupação era com os elementos (como em Thales) ou com a partícula mínima das coisas, como em Demócrito: “nós não sabemos nada, tudo o que sabemos é verdade convencional”. Observa-se que para os pré-Socráticos, o homem não era um distante observador; pensar, conhecer e compreender não tinham um sentido puramente racional, mas incluíam envolvimento,

apreciação e diferenciação (Kruger, 1981). Em Parmênides encontra-se uma virada na forma de conceber a relação entre Aparência e Realidade. No sistema de Parmênides, “o Ser É e o Não Ser não É”, de forma que o segundo enunciado é a idéia de que “o Mundo é uma ilusão” (Costa, 1996). Nem para Parmênides, nem para seu aluno Pitágoras, existiam diferentes verdades, o caminho para a verdade requer pensar que o Ser É (Clarck, 1994). Em Pitágoras, a verdade poderia ser alcançada ou deduzida a partir de princípios e teoremas matemáticos.

Com o advento da pólis, a nova organização social vai ser acompanhada de uma modificação no pensamento. Essa situação fica exposta, por exemplo, na tragédia grega, onde existia um dilema entre seguir a lei dos deuses ou seguir a lei dos homens (Costa, 1996). Ao organizar-se conforme leis sociais, surge então a preocupação com a Razão. No campo das idéias, condiciona a passagem de Parmênides a Platão (Costa, 1996). Entretanto, a idéia de Verdade sofreu, com os Sofistas, nova modificação. Para Protágoras, não havia nenhuma verdade além daquilo que as pessoas diziam: “O homem é a medida de todas as coisas.” Já em Sócrates, o senso comum era utilizado para definir as regras de conduta. “A melhor verdade era aquela sobre a qual, por um momento, poderíamos concordar” (Clarck, 1994). O acesso ao pensamento de Sócrates se deu através da obra de Platão, responsável por grande mudança no desenvolvimento da filosofia. Subvertendo alguns dos axiomas Socráticos, Platão apresentou a idéia de que o homem poderia fazer algo errado, mesmo sabendo que era errado o que estava fazendo. Recorrendo a imagens míticas para poder explicar a Razão, iniciando então a divisão entre o pensamento lógico e ética (Kruger, 1981). Ainda em Platão, encontra-se uma “teoria” das formas: a) devem existir formas imutáveis se alguma coisa deve mudar; b) devemos saber muito mais do que não conseguimos dizer totalmente; c) as formas elas mesmas são o que devem ser admiradas e constituem os padrões de todo julgamento (Clarck, 1994). A idéia era uma imagem incompleta da coisa essencial (do ideal) e a norma mais elevada era a idéia do bem (Kruger, 1981). Seguindo Platão em alguns pontos e discordando em outros aspectos, surge Aristóteles e a lógica formal, mas isso já é uma outra história.

Conceitos como verdade, e as relações entre sentidos e razão para aproximar-se da verdade, do bem ou do belo, foram questões que se apresentaram para o homem desde que ele iniciou a refletir sobre a sua condição no mundo. Certamente, a evolução do pensamento vai muito além dos objetivos deste estudo, mas esta breve incursão no mundo Grego (ou pelo menos como o concebemos atualmente) é suficiente para demonstrar que a dicotomia entre homem e mundo não é um “privilégio” do nosso tempo.

A moderna filosofia também está impregnada de questões semelhantes. Descartes (1596-1650) legou duas imagens de homem por causa do seu dualismo radical entre mente-corpo e homem-mundo. Isto ocorreu a partir do seu discurso sobre o método científico, baseado na conceituação da dúvida como única certeza, resolvendo-a através de seu argumento final “*Cogito ergo sum*”. Em termos cartesianos, o homem, seu corpo, o seu mundo, tem uma dupla realidade: *res extensas* e *res cogitans*. Pela primeira, designava-se um critério de verdade para a materialidade: sua extensão; a matéria é extensão em movimento (Kenny, 1994). Entretanto, somente as ciências naturais operavam com o conceito de materialidade como quantidade, de forma que tudo o que não fosse abarcado nesses termos poderia ter algum sentido na vida cotidiana, mas nenhum espaço dentro do discurso científico (Kruger, 1981). No caso da segunda assertiva, oferecia-se uma explicação para o Eu: Eu sou uma coisa que pensa.

A divisão entre essa dupla realidade afetou profundamente o pensamento científico, não sendo exagero afirmar que sua influência é identificável em praticamente todas as áreas do conhecimento. A ciência, em termos Cartesianos, só é possível à medida em que o homem se mantém distante das suas observações e grande parte do avanço científico ocorreu dentro dessa premissa. Entretanto, mente e corpo estavam separados, conectados através da glândula pineal. E foi ao herdar parte do legado Cartesiano que a psicologia colocou-se em um dilema insustentável, que procura ser resolvido atualmente em todas as suas vertentes teóricas. A psicologia fenomenológica apresenta-se como uma alternativa para a resolução desse dilema (Kruger, 1981). É uma proposta baseada na integração de duas perspectivas complementares: o existencialismo e a fenomenologia.

A ênfase de Kierkegaard (1813-1855), geralmente considerado o fundador da filosofia existencial (Scruton, 1994), refletia-se na tarefa da filosofia preocupar-se com a existência concreta do indivíduo, tentando elucidar os temas fundamentais com os quais os seres humanos se deparam (Valle, King & Halling, 1989). Na busca de uma definição para o fenômeno mental, Brentano (1838-1917) identificou na intencionalidade seu traço característico, pois trata-se de uma direção sobre um objeto existente na consciência (Scruton, 1994). Edmund Husserl (1859-1938) utilizou-se do conceito de intencionalidade para explicar que a consciência não existe por ela mesma e sim que é um ato intencional de revelação no qual o homem deixa o mundo - ou fenômeno - se mostrar para ele (Kruger, 1981). Utilizou-se também do trabalho de Dilthey (1833-1911), inspirado em Schleiermacher (1768-1834), para diferenciar a ciência preocupada com o homem - ciência social que objetiva entender, da ciência natural que objetiva explicar. O projeto de Husserl

teve sua continuidade na obra de Heidegger (1889-1976), que caracterizou a preocupação da fenomenologia como o estudo da revelação das coisas na aparência (Scruton, 1994), centralizando-se na questão do ser. Ultrapassando as proposições de Hegel, Heidegger propôs outras formas fundamentais de realidade: ser-no-mundo e ser-com-outros.

Partindo inicialmente da fenomenologia transcendental de Husserl e evoluindo para uma fenomenologia existencial, Merleau-Ponty (1908-1961) caracterizou-se por uma crítica radical do humanismo. Para Merleau-Ponty, o humanismo fundamenta-se sobre a metafísica idealista de Descartes, que cria o espaço no qual é possível definir separadamente o ato do conhecimento e o conteúdo desse ato, sendo constituído por dois enganos complementares: o subjetivismo filosófico e o objetivismo científico (Merleau-Ponty, 1984). Neste sentido, a fenomenologia existencial pode ser formulada como a tentativa de entender os eventos da existência humana, no modo mais livre possível de heranças culturais tais como o dualismo entre mente-corpo, homem-mundo, objetividade e subjetividade. Quando aplicada mais especificamente ao fenômeno psicológico humano, a fenomenologia existencial tornou-se psicologia fenomenológica-existencial. Objetiva explicar a essência e estrutura tanto da experiência humana quanto do comportamento humano, revelados através das técnicas descritivas (Valle, King & Halling, 1989). A questão do acesso à experiência consciente é a preocupação central e o método refere-se aos procedimentos reflexivos de descrição, redução e interpretação estabelecidos por Husserl. A importância da linguagem foi reconhecida já em Husserl, mas foi Merleau-Ponty quem a definiu como mediação entre a consciência e a experiência.

Baseando-se na tese de que a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty também especificou uma teoria da comunicação, Lanigan propôs a conjunção com avanços atuais apresentados pela semiótica. Procura-se entender como os objetos da experiência se manifestam para a consciência e, reversivamente, como os objetos da consciência se expressam na experiência. Em estudos posteriores, Lanigan passou a denominar de comunicologia a abordagem que estuda o discurso humano (1994), utilizando-se da fenomenologia para o exame dos modelos discursivos de ser humano e da semiótica para o exame dos modelos humanos de discurso (1992).

Observa-se a elucidação da terceira pergunta elaborada no início do capítulo ao definir a perspectiva da comunicologia como a posição a partir da qual o pesquisador vai contar as histórias. Sujeito e objeto são classes distintas que só encontram sentido na mutualidade, mas são também expressão e conteúdo - significante e significado - em um

sistema de signos. Experiência consciente é, primordialmente, o ato comunicativo de um corpo, de um sujeito corporificado no mundo.

Após essa breve introdução da perspectiva metodológica do presente estudo, o foco de atenção passa a ser então a contribuição teórica de diferentes autores para a compreensão da experiência de abuso sexual. A situação de abuso sexual na infância tem recebido crescente atenção tanto dos meios de comunicação como do meio acadêmico. Focalizam-se, comumente, os efeitos dessa experiência traumática em meninas, entretanto também meninos são vitimados frequentemente, apresentando seqüelas no seu desenvolvimento psicológico não menos graves do que as meninas, salientando-se que um dos mais referidos aspectos na vitimação de meninos é a possibilidade de posteriormente se tornarem abusadores. O objetivo do estudo é compreender a experiência do abuso sexual para os meninos, decodificando o sistema de signos que constitui seus discursos. Significa dimensionar a “reconstrução e adaptação” do sentido de um ser-no-mundo em “condições radicalmente alteradas.”

### 1.1 Definições e categorias de abuso sexual

Maus-tratos na infância ou adolescência podem ser divididos em abuso sexual, físico, emocional e negligência. Abuso sexual pode ser subdividido nos tipos incestuoso e não-incestuoso, dependendo da relação do agressor com a vítima.

Existem muitas definições de abuso sexual, que variam de acordo com os comportamentos, situações e circunstâncias que possam ser considerados ou não abusivos (Kalichman, 1993). A definição adotada pelo National Center on Child Abuse and Neglect (1981, citado em Malchiodi, 1990, p. 134) é a seguinte:

Abuso sexual envolve contatos ou interações entre uma criança e um adulto, quando a criança é usada para a estimulação sexual daquele adulto ou de outra pessoa. Abuso sexual também pode ser cometido por uma pessoa com menos de dezoito anos, quando esta pessoa é significativamente mais velha do que a vítima, ou quando o abusador está em uma posição de poder ou controle sobre uma outra criança.

Esta definição aborda o relevante aspecto de poder entre abusador e vítima. Outros dois pontos podem ser salientados, como a possibilidade do abuso sexual não envolver necessariamente o contato físico - no caso do voyeurismo ou em comentários sexuais, e ainda a possibilidade do abusador ser um adolescente ou outra criança. A questão da

diferença significativa de idade entre abusador e vítima é um aspecto discutível, como demonstram Cantwell (1988) e Johnson (1988) ao estudarem crianças e adolescentes abusadores.

Uma outra definição que tem sido amplamente aceita foi postulada por Schechter e Roberge em 1976 (citado em Watkins & Bentovim, 1992, pp. 197-198) que definem abuso sexual como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes e evolutivamente imaturos em atividades sexuais que eles não compreendem verdadeiramente, para as quais não são capazes de dar seu consentimento informado, e que violam os tabus sexuais dos papéis familiares.

Furniss (1993, p. 12) refere-se a esta mesma definição, acrescentando que essas atividades:

Objetivam a gratificação das demandas e desejos sexuais da pessoa que comete o abuso, de modo a incluir o elemento intencional crucial do abuso. Essa definição normativa destaca a noção de dependência estrutural das crianças e a incapacidade de dar consentimento informado a relacionamentos sexuais.

Reunindo esta definição de Schechter e Roberge, com a complementação de Furniss e mais a definição do National Center on Child Abuse and Neglect, teríamos como resultado uma definição ampla, que não limitaria o abuso sexual apenas à atividade ou ao ato em si, envolvendo também as interações que podem ser até verbais. Além disso, não se faria da diferença de idade uma exigência para o diagnóstico de abuso, uma vez que é a relação de poder estabelecida entre abusador e vítima uma forte característica desta interação. É importante que o objetivo da interação seja identificado, mas a busca de gratificação sexual não seria a única finalidade do comportamento do abusador.

Outro aspecto a ser considerado na definição de abuso sexual refere-se a uma questão de relatividade cultural. Embora alguns tipos de contatos físicos mais íntimos possam ser aceitáveis em grupos com diferentes culturas e concepções acerca da sexualidade, para outros grupos, no entanto, o mesmo comportamento pode ser percebido como algo inadequado. Para um avaliador proveniente de diferente contexto social ou grupo étnico das pessoas envolvidas no caso avaliado, pode ser particularmente difícil identificar e compreender as interações abusivas (Fontes, 1993b), pois a percepção do que

seja um comportamento abusivo é algo definido pela sociedade, e varia tanto no espaço geográfico quanto na dimensão temporal (Friedman, 1990).

Considerando-se as definições de abuso sexual discutidas acima, faz-se necessário especificar as diferentes categorias. Abuso sexual incestuoso, ou simplesmente incesto, também possui diferentes definições. Pode ser caracterizado como incesto apenas aquele tipo de abuso sexual intrafamiliar onde um dos membros possui um vínculo parental pelo qual lhe é proibido o matrimônio (Cohen, 1993a). Outros autores (Azevedo, Guerra & Vaiciunas, 1993) acrescentam que uma relação pode ser considerada incestuosa quando envolve laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, sob o aspecto moral ou legal. Dessa forma, envolvem-se também as figuras de padrasto, madrasta, padrinho e tutor, por exemplo. Outras definições apresentam uma orientação genética, de forma que incesto é o contato sexual entre indivíduos cujo coeficiente de parentesco (F) seja igual ou maior que 0,25 (Moore & Ali, 1984).

A situação de estupro é caracterizada por uma agressão sexual que inclui o intercuro sexual contra a vontade da vítima (Coons, Cole, Pellow & Milstein, 1990). É uma experiência extrema de vitimação na qual o indivíduo é forçado fisicamente e/ou psicologicamente a submeter-se a alguma forma de intercuro (Vander Mey, 1988). Além do intercuro sexual, o estupro pode envolver outros atos sexuais (Seiden & Shaughnessy, 1990). Em alguns estados norte-americanos, a definição legal de estupro está sendo ampliada, visando a inclusão de situações nas quais a vítima é do sexo masculino (Kaplan & Sadock, 1990).

Uma outra condição relacionada com o abuso sexual diz respeito à pedofilia. O termo pedofilia pode ser usado para designar, no seu sentido genérico, qualquer indivíduo adulto com interesse ou contato sexual com crianças (Vander Mey, 1988). Num sentido estrito, a pedofilia é um distúrbio sexual incluído no grupo das parafilias, cuja definição diagnóstica especificada no DSM-IV envolve:

Por um período de ao menos 6 meses, intensas fantasias sexualmente excitantes, impulsos sexuais recorrentes, ou comportamentos envolvendo atividade sexual com uma criança pré-púbere. A pessoa tem ao menos 16 anos de idade e ao menos 5 anos mais do que a criança. Para indivíduos no final da adolescência, não se especifica a diferença precisa de idade, e deve ser usado o julgamento clínico; tanto a maturidade sexual da



criança como a diferença de idade devem ser levadas em conta (American Psychiatric Association, 1994, pp. 527-528).

Outras situações relacionadas com a vitimação sexual de crianças ou adolescentes são descritas na literatura. O envolvimento de crianças em pornografia (Vander Mey, 1988) pode ocorrer em alguns casos. Mais comumente identificados são os diversos casos de prostituição infantil, amplamente documentados pela imprensa (Hornblower, 1993; Pereira, 1993; Serril, 1993).

## 1.2 Incidência

O abuso sexual vem sendo reconhecido nas últimas décadas tanto como um importante problema social, quanto um problema de saúde pública e um problema clínico (Browne & Finkelhor, 1986; Ellis, Piersma & Grayson, 1990; Malchiodi, 1990). Entretanto, para se ter a real dimensão do fenômeno é necessário verificar sua ocorrência na população.

Um problema inicial é que os dados relativos à incidência de abuso sexual apresentam grande variabilidade conforme a definição utilizada, de forma que uma definição limitada tende a subestimar a ocorrência do abuso sexual (Kalichman, 1993). Outro aspecto que altera a estatística é a amostra escolhida. Amostras provenientes de populações especiais, como crianças de instituições ou pacientes psiquiátricos apresentam taxas de abuso diferenciadas do resto da população (Watkins & Bentovim, 1992). Ainda outros fatores podem influenciar os dados, como o método de perguntar questões relacionadas ao abuso e a atitude da família em denunciar ou não a ocorrência do abuso.

Considerando especialmente a questão do abuso sexual em meninos, Watkins e Bentovim (1992) identificaram diversos fatores que poderiam levar a uma diminuição na comunicação ou denúncia do abuso. Entre estes fatores estão o medo da homossexualidade, respostas emocionais diferenciadas, falta de supervisão, atribuição da culpa ao menino, dificuldade em perceber indicadores de abuso pertinentes a meninos e negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, pelo pai ou por outras crianças. Gonsiorek, Bera e LeTourneau (1994) identificaram a influência do contexto social em dois aspectos: quanto à homofobia (visão distorcida da homossexualidade, comumente manifesta como um preconceito) e quanto aos papéis sexuais estereotipados (a expressão da sexualidade passa a ser uma prerrogativa masculina). Outros fatores - ainda que não relacionados especificamente a meninos - poderiam ser acrescentados, tais como a perda da proteção maternal, evitação do grupo de iguais e o conluio com a dinâmica familiar

(Schultz, 1990). Este último aspecto também é referido por Furniss (1993) como uma síndrome conectadora de segredo e adição, na qual estão inseridos tanto a vítima como o abusador. Ampliando o foco de análise, Fontes (1993a) propôs um modelo ecológico que envolveria diversos níveis de pressões para a criança não revelar o abuso, incluindo características da cultura étnica e da sociedade. A utilização do modelo ecológico identificou que o suporte social é um fator moderador na denúncia de abuso sexual (Kotch et al., 1995).

As estimativas da incidência de abuso sexual em países como os Estados Unidos variam de acordo com a fonte onde estes dados são obtidos. Se utilizarmos como fonte jornais e revistas dirigidas a um público amplo, podemos chegar a estimativa de que 22% dos norte-americanos sofreram algum abuso sexual na infância, conforme publicado no Los Angeles Times em 1985 (Stycer, 1993). Estimativas do National Center on Child Abuse and Neglect em Washington, DC, apontaram que anualmente 125.000 crianças são vítimas de abuso sexual (Kaplan & Sadock, 1990). Em um estudo analisando dados epidemiológicos de 21 países, Finkelhor (1994) identificou que mulheres sofreram abuso sexual na infância numa variação de frequência entre 7% a 36%, enquanto que para os homens, oscilava entre 3% a 29%.

Em relação ao incesto, este foi descrito em Henderson (1975, citado em Goodwin, 1990) como um raro distúrbio ocorrendo na incidência de 1:1.000.000 na população em geral. Goodwin prossegue comentando que este era o mesmo quadro identificado por Sigmund Freud há quase um século atrás, de forma que Freud concluiu que era estatisticamente impossível que todos seus pacientes histéricos fossem realmente vítimas de incesto. Por conseguinte, alguns pacientes deveriam estar descrevendo fantasias relacionadas com o incesto e não propriamente o fato em si.

Como Miller (1990) apontou, Freud foi o primeiro a estabelecer a conexão, há cem anos atrás, entre a histeria em adultos e o incesto na infância, mas também foi Freud quem se desviou das suas próprias descobertas. Nós estamos aparentemente retornando ao fértil campo de investigação abandonado por Freud em 1897 (Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993, p. 5).

Kirschner, Kirschner e Rappaport identificaram dados relativos ao incesto apontando um número substancial de mulheres na população (1:5) relatando experiências incestuosas em alguma etapa da sua infância. Finkelhor (1994) observou nos diversos estudos que o abuso intrafamiliar configurava-se entre um terço a metade das experiências

de vitimação das meninas. Apesar da maioria dos casos envolverem meninas, a incidência de abuso em meninos também é expressiva (American Academy of Pediatrics, 1988). O Child Abuse Program Annual Report (1987, citado em Johnson, 1992) indica que de 464 casos de abuso sexual investigados em 1 ano em um hospital infantil, 22% das vítimas eram do sexo masculino. Schetky (1990) observou em revisão de literatura, que a ocorrência do abuso sexual em meninos correspondia a uma frequência de 10%; enquanto que Finkelhor, em estudos anteriores (1979, 1981, 1984, citado em Vander Mey, 1988) estimou um índice para meninos entre 3% a 9% da população.

A relação entre abuso em meninos e meninas varia de acordo com a amostra utilizada nos estudos. Watkins e Bentovin (1992) identificaram nos estudos com amostras colhidas na comunidade que 1 menino é abusado para cada 2 a 4 meninas abusadas. Os estudos baseados em amostras clínicas encontraram 1 menino para cada 4 meninas sexualmente abusadas. Os dados comparativos de 21 países demonstraram que as meninas, em relação aos meninos, são abusadas em uma razão de 1,5 a 3 vezes (Finkelhor, 1994). Uma possibilidade de explicar essa diferença encontrada entre meninos e meninas provém da perspectiva da aprendizagem social. Wellman (1993) pesquisando crenças e atitudes relativas ao abuso sexual em 824 estudantes de graduação, identificou que, embora não existam diferenças quanto à frequência com que os sujeitos são abordados, as meninas são abusadas mais frequentemente. A explicação encontraria-se no fato de que as mulheres são socializadas para serem mais submissas, complacentes e mais responsivas às necessidades dos outros.

### 1.3 Abuso intrafamiliar

Tendo em vista o tema deste estudo, é importante referir-se também ao abusador, especialmente quando este é do mesmo sexo que o menino. Quanto ao abuso sexual do tipo incestuoso, duas situações são relevantes: quando o abusador é o pai ou padrasto, e quando é o irmão. No abuso extrafamiliar, deve-se distinguir quando o abusador é adulto, adolescente ou criança.

Watkins e Bentovin (1992) identificaram diversas pesquisas sustentando que o abuso intrafamiliar em meninos é mais frequentemente cometido por pais do que por padrastos. Num estudo realizado em Porto Alegre por Flores et al. (1992), identificou-se que o abusador é o pai da vítima em 50% dos casos, enquanto que o padrasto seria responsável por 25% dos abusos. Estes dados encontram-se próximos aos achados de uma pesquisa realizada em São Paulo sobre o incesto (Cohen, 1993b), onde o abusador era o pai

em 41,6% dos casos, seguido pelo padrasto (20,6%), tio (13,8%), primo (10,9%) e irmão (3,7%). Estes dados não se referem especificamente à vitimação de meninos, mas confirmam a tendência de outras pesquisas citadas acima. Ao revisarem nove estudos empíricos, Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) identificaram sete pesquisas que sustentam um aumento na sintomatologia da criança quando esta possui uma relação próxima com o abusador, como na situação do abuso intrafamiliar.

Alguns autores concordam que a frequência deste tipo de abuso tem sido subestimada. Kirschner, Kirschner e Rappaport (1993) referem-se também ao fato desses casos serem tão pouco relatados e denunciados, como a consequência de rotular o abusado como homossexual e a falha do clínico ao não considerar a possibilidade deste tipo de abuso. Também Watkins e Bentovin (1992) encontraram evidências em alguns estudos que procuram explicar esta negação em termos de dois códigos morais: um contra o incesto e outro contra a homossexualidade.

Uma outra modalidade de abuso sexual intrafamiliar, ainda mais delicada quanto à avaliação é o abuso entre irmãos. Além das dificuldades levantadas anteriormente, as fronteiras entre o que seja uma brincadeira ou um jogo exploratório sexual normal entre crianças e o que seja uma atividade abusiva são imprecisas (Cantwell, 1988; Johnson, 1988; Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993). Atividades como despir-se mutuamente e olhar a genitália de outra criança, de acordo com Cantwell (1988), estariam dentro de um limite de normalidade, enquanto o contato oral-genital ou a penetração anal ou vaginal com dedos e objetos seriam comportamentos inadequados. Quanto à masturbação, Kirschner, Kirschner e Rappaport (1993) sugerem uma diferenciação entre a masturbação em pares e grupos ou com um irmão da mesma faixa etária da masturbação entre irmãos com idades significativamente diferentes. Neste último caso, a participação do mais jovem nem sempre é voluntária, podendo haver o uso de ameaças ou mesmo violência física, caracterizando uma situação de abuso sexual incestuoso.

Num estudo de Finkelhor (1979, citado em Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993), 13% da amostra relatava experiências sexuais envolvendo irmãos, sendo que 74% destas experiências eram entre irmãos de sexo oposto e 26% entre irmãos do mesmo sexo. Os resultados de um outro estudo, realizado com 47 meninos com idades entre 4 a 13 anos que abusaram sexualmente de outras crianças, mostram uma incidência maior de abuso entre irmãos. Neste estudo, Johnson (1988) constata que a incidência de abuso envolvendo irmãos é de 46%, sendo que em 11 casos o abuso se dava entre um irmão e uma irmã, e 12 casos eram de abuso entre dois irmãos do sexo masculino. A média de diferença de idade

entre o abusador e a vítima variava entre os grupos: no caso de irmão-irmã a diferença média era de 4,5 anos; no caso de irmão-irmão, 3 anos.

A questão da diferença de idade entre irmãos é um aspecto importante na compreensão de duas dinâmicas distintas. De acordo com Furniss (1993), quando há uma diferença etária significativa entre os irmãos, é possível supor que o mais velho esteja numa posição de autoridade quase parental enquanto a vítima encontra-se numa situação de imaturidade e dependência. Ao contrário, o abuso sexual por irmãos com idades próximas é uma expressão da “síndrome de João e Maria”. Nestas situações pode ser inadequado utilizar a denominação de abusador e vítima, já que não existe dependência estrutural ou relação de autoridade. O que ocorre portanto é uma equiparação entre relacionamento emocional e relacionamento sexual, no qual as crianças tentam suprir-se mutuamente através da excitação sexual como substituta ao carinho.

Um outro aspecto pouco relatado na dinâmica do abuso intrafamiliar refere-se à situação na qual o abusador é a mãe ou a mãe adotiva. Russel (1986, citada por Schetky, 1990) encontrou que mulheres abusadoras eram responsáveis apenas por 5% dos casos de incesto e por 4% dos casos de abuso extrafamiliar. Entretanto, outras pesquisas levam a concluir que grande parte dos abusos cometidos por mães ou mulheres não são, em geral, denunciados. Watkins e Bentovin (1992) identificaram, em alguns estudos, dados referentes ao abuso cometido por mulheres. Num desses estudos, 28% dos homens foram abusados por mulheres. Em outro estudo realizado com mães abusadoras, identificou-se que em 43% dos casos o incesto dava-se entre a mãe e o filho do sexo masculino. Finkelhor (1984, citado em Vander Mey, 1988), ao comparar mães abusadoras com pais abusadores, relatou que as mães são em geral mais pobres e combinam mais frequentemente o abuso físico e sexual do que os pais. Estudos mais recentes (Rudin, Zalewski & Bodmer-Turner, 1995) compararam características das vítimas de acordo com o gênero do abusador, demonstrando que não há diferença quanto à severidade, embora mulheres (comparadas com homens) abusem de crianças mais jovens e estejam em uma relação de maior proximidade das vítimas. Na amostra de mulheres abusadoras, as mães (19,5%) corresponderam à categoria mais expressiva.

Em sistemas familiares nos quais ocorre o incesto, é possível identificar, brevemente, características dinâmicas que dificultam a revelação do abuso e por conseguinte, diminuem o registro dos casos. Uma dessas características refere-se à inversão na hierarquia familiar entre pais e filhos (Furniss, 1993), criando situações de extrema confusão para as crianças (Sattler, 1992). Um outro dado é o segredo familiar, que

se une à confusão sistêmica de hierarquias (Furniss, 1993). As ameaças que a criança sofre contribuem para a manutenção do segredo, mas este envolve todos os membros da família numa espécie de conluio. Os segredos mais cuidadosamente escondidos são justamente estes relacionados com o incesto (Pincus & Dare, 1981).

#### 1.4 Abuso extrafamiliar

Ao abordar a situação de abuso sexual fora do sistema familiar é necessário fazer uma distinção quanto à idade do abusador. Como já foram discutidos anteriormente aspectos referentes à incidência na população, abordam-se a seguir alguns dados de especial interesse em situações nas quais o abusador é uma criança ou adolescente.

Quando o abuso sexual é cometido por adolescentes, há uma forte tendência a considerá-lo como um ato insignificante de experimentação sexual (Davis & Leitenberg, 1987). Entretanto, quando observa-se que, nos Estados Unidos, 20% dos estupros e 56% dos casos relatados de abuso de crianças são cometidos por pessoas com menos de 18 anos (Brown, Flanagan & McLeod, 1984, citado em Katz, 1990), faz-se necessário redimensionar a idéia do que seja experimentação sexual. Em aproximadamente dois terços dos abusos cometidos por adolescentes as vítimas são crianças mais jovens e na maioria dos casos são parentes ou pessoas conhecidas dos abusadores (Davis & Leitenberg, 1987). Outro dado interessante refere-se à proporção entre meninos e meninas abusados por adolescentes. À medida em que diminui a idade das vítimas, a proporção de meninos abusadores tende a crescer (Watkins & Bentovin, 1992; Davis & Leitenberg, 1987).

Browne e Finkelhor (1986) identificaram que a diferença de idade entre o abusador e a vítima é uma variável que influencia o impacto do abuso. Concluíram que as vítimas sentiam-se mais traumatizadas à medida em que a diferença de idade aumentava. Furniss (1993) chamou atenção para o dado de que freqüentemente adolescentes abusadores sofreram eles próprios abuso sexual, entretanto este processo de vítima a abusador será discutido com maiores detalhes posteriormente. Quando comparados adolescentes abusadores com dois outros grupos - adolescentes normais e adolescentes delinquentes com problemas de conduta mas que não eram abusadores sexuais, alguns dados interessantes foram observados. Por exemplo, adolescentes abusadores apresentaram maior probabilidade do que adolescentes delinquentes em perceberem a si mesmos como socialmente inadequados e sentirem-se ameaçados nas interações heterossexuais (Katz,

1990). Este estudo sugeriu que habilidades sociais comprometidas e isolamento social são fatores predisponentes na adolescência para o abuso sexual de crianças.

Outro aspecto relevante refere-se ao interesse sexual por crianças investigado em uma amostra de estudantes universitários. Briere e Runtz (1989) encontraram em uma amostra com 193 estudantes do sexo masculino, um índice de 21% que admitiram alguma atração sexual em relação a crianças, 9% que reportaram fantasias envolvendo sexo com crianças e 7% que indicaram ao menos alguma probabilidade de fazer sexo com uma criança se isto não resultasse em prisão ou punição.

Uma outra situação que tem sido foco de atenção mais recentemente é o abuso sexual cometido por crianças (Johnson, 1988). Crianças abusadoras apresentaram grande probabilidade de terem sido elas mesmas sexualmente vitimadas (Cantwell, 1988; Ellis, Piersma & Grayson, 1990; Johnson, 1988; Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993; Schetky, 1990; Vander Mey, 1988). Um dos aspectos importantes relativos a crianças abusadoras é a possibilidade de acesso a estas crianças. Comumente os pais do menino negam o comportamento do seu filho, colocando a culpa na vítima (Cantwell, 1988). Muitas vezes é a própria criança que não assume o seu comportamento. Johnson (1988) identificou no seu estudo que o grupo de pré-adolescentes apresentou maior probabilidade de negar o abuso do que os grupos de meninos mais jovens. Meninos abusadores tenderam a abusar mais frequentemente de irmãos de ambos os sexos (46%) e membros da família (18%) do que de outras crianças (Johnson, 1988).

### 1.5 De vítima a abusador

As pesquisas realizadas sobre os efeitos do abuso sexual dividem-os em efeitos a curto prazo e efeitos a longo prazo, não havendo porém um consenso sobre os limites dessa divisão. Watkins e Bentovim (1992) argumentaram que os efeitos a curto prazo são aqueles detectáveis ainda na infância, enquanto os efeitos a longo prazo manifestariam-se em adultos. Um limite com maior precisão foi proposto por Browne e Finkelhor (1986) que definem efeitos iniciais ou a curto prazo como as reações ocorrendo desde o início do abuso até um prazo de dois anos após o término do abuso. Efeitos a longo prazo ocorreriam após esse período de tempo.

Considerando os objetivos deste estudo, faz-se necessário descrever um agrupamento de reações ou quadro sintomatológico particular, que é aquele ligado à sexualização do comportamento. A curto prazo, os meninos sexualmente vitimados apresentam compulsividade e acting-out sexual, confusão quanto à identidade masculina

e/ou confusão nos relacionamentos (Johnson, 1992). Watkins e Bentovim (1992), na sua revisão de literatura, também identificaram entre os efeitos a curto prazo a confusão quanto à identidade sexual, tentativas inapropriadas de reafirmação da masculinidade e recapitulação da experiência abusiva - referindo-se às situações nas quais os meninos sexualmente vitimados assumem o papel de abusador. Numa revisão de 45 estudos, Kendall-Tackett, Williams e Finkelhor (1993) identificaram o comportamento sexualizado como um dos sintomas mais característicos em crianças sexualmente abusadas - o outro seria a presença de transtorno por estresse pós-traumático.

Entre os efeitos a longo prazo dentro desse espectro de sintomatologia, Schetky (1990) identificou a erotização e sexualização do comportamento e a revitimação, que é o menino colocar-se novamente numa posição de vítima. Watkins e Bentovim (1992) apontaram que um dos principais efeitos é o risco do menino manifestar um comportamento abusivo, tornando-se um abusador. Corroborando com essa idéia, foi possível identificar, numa amostra de 47 meninos abusadores, que 49% foram vítimas de abuso sexual (Johnson, 1988). Também em uma amostra com 31 adolescentes abusadores, 61% foram sexualmente vitimados (Katz, 1990). Evidências suficientes já foram apresentadas ao longo do texto que demonstram, tanto na situação de abuso intrafamiliar quanto nos casos de abuso extrafamiliar, que a experiência de ter sido sexualmente abusado é um fator de risco para a manifestação de um comportamento abusivo. Além disso parece haver um *continuum* entre as reações iniciais de sexualização do comportamento e confusão quanto à orientação sexual num extremo, e reações a longo prazo como a revitimação e o comportamento abusivo na outra extremidade. Entretanto, quanto a esse último aspecto, devido à falta de estudos longitudinais, não há evidências empíricas que comprovem a idéia de um *continuum*.

Algumas tentativas de explicar essa manifestação de comportamento abusivo em meninos foram formuladas em nível teórico. Cantwell (1988) afirmou que o comportamento de abusador, em crianças com até dez anos de idade, é comumente modelado sobre sua própria experiência como vítima. A modelagem também foi enfatizada por Watkins e Bentovim (1992) na transmissão de valores sexuais, inclusive os abusivos. Neste mesmo sentido, Davis e Leitenberg (1987) apontaram a exposição a modelos adultos de agressão, dominância e intimidação como um aspecto significativo. Em uma linha semelhante, enfatizou-se a presença de habilidades sociais empobrecidas em meninos abusadores (Davis & Leitenberg, 1987) levando a uma situação de ansiedade e isolamento social (Katz, 1990). Neste sentido, as experiências de socialização são fatores importantes,



tendo em vista que os homens são socializados para serem mais agressivos, poderosos e dominantes (Wellman, 1993). A relevância do fator social também foi salientada por Briere e Runtz (1989) ao enfatizarem as forças sociais que estimulam a vitimação sexual, como a pornografia, e um padrão geral de elevada atividade sexual.

Outro mecanismo comumente referido, baseado numa formulação psicanalítica, é a identificação com o agressor (Schetky, 1990). Tendo em vista que os abusadores são em sua maioria homens, torna-se mais provável que meninos identifiquem-se desta maneira mais do que meninas (Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993; Watkins & Bentovim, 1992). Neste mecanismo, o indivíduo confrontado com um perigo exterior identifica-se com o seu agressor, ou assumindo a agressão ou imitando física ou moralmente a pessoa do agressor (Laplanche & Pontalis, 1986). Neste sentido, a identificação com o agressor funciona como tentativa de manejar o trauma (Briere & Runtz, 1989). Conforme sugere Vander Mey (1988), tornam-se abusadores pois isso os faz sentir poderosos, ou ainda devido à falta de controle de impulsos.

Ainda outro aspecto significativo é a tendência dos meninos em lidar com o trauma através do mecanismo de externalização (Kirschner, Kirschner & Rappaport, 1993). Katz (1990) reportou que meninos abusadores tendem a exibir um estilo externo de atribuição, o que poderia auxiliar para diminuir as inibições internas. Watkins e Bentovim (1992) referem-se a essa externalização como um modo de lidar com a frustração e com o sofrimento através da negação, culpando outros ou atuando impulsivamente.

Dentro de uma formulação psicodinâmica Ellis, Piersma e Grayson (1990) ofereceram um exemplo bastante ilustrativo. Para esses autores, o comportamento abusivo de um determinado menino acompanhado em psicoterapia poderia ser explicado da seguinte forma:

Sua compulsão para se engajar em comportamentos sexualizados poderia ser melhor entendida como uma tentativa da sua parte em dominar a ansiedade e o senso de desamparo criado pelo trauma. Abusando de outros ele poderia obter o poder que havia perdido quando subjugado pelo seu pai. Engajando-se em comportamentos sexuais, ele poderia também obter acesso ao seu pai através desse esforço imitativo (Ellis, Piersma & Grayson, 1990).

## 1.6 Metodologias utilizadas

A bibliografia utilizada na revisão desse estudo divide-se basicamente em quatro fontes. A primeira fonte são relatos de casos clínicos, nos quais há um acompanhamento longitudinal de poucos sujeitos, sem a utilização de escalas ou entrevistas estruturadas. Um exemplo desse tipo de relato pode ser encontrado em Ellis, Piersma e Grayson (1990). A segunda fonte são revisões de literatura, as quais procuram comparar diversas pesquisas, discutindo os diferentes resultados e apontando tendências ou novas direções metodológicas, como por exemplo, o artigo de Watkins e Bentovim (1992). A terceira fonte provém de pesquisas como a de Katz (1990), envolvendo um número expressivo de sujeitos, a comparação com grupos controle e a utilização de escalas e questionários. A utilização de artigos publicados em jornais ou revistas nacionais e internacionais não especializadas constitui-se na última fonte. Artigos como o de Hornblower (1993) representam claramente a dimensão na qual o tema abuso sexual é destacado pela mídia.

Direções para futuras pesquisas foram propostas por diferentes autores, tendo em vista que existe carência de resultados referentes ao estudo de meninos, especialmente se comparados aos estudos que enfocam meninas sexualmente abusadas (Vander Mey, 1988). Frente à homogeneidade de pesquisas quantitativas, a utilização de metodologias qualitativas foi recomendada como uma alternativa, devido à sua possibilidade de descrição de um fenômeno pouco compreendido como o abuso sexual (Gilgun, 1991). Uma das principais questões levantadas refere-se às condições que - além do abuso sexual - propiciam a manifestação de comportamento abusivo em alguns meninos (Watkins & Bentovim, 1992). Ao menos dois aspectos são relevantes num esboço para responder a questão levantada acima. O primeiro refere-se à necessidade da avaliação envolver o maior número possível de fontes (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993). Isto quer dizer que entrevistas com pais, professores e irmãos, por exemplo, são recursos complementares importantes à entrevista com o menino. O segundo aspecto considera a necessidade de uma perspectiva multidimensional no processo de avaliação do abuso (Gilgun, 1991), que deve envolver a descrição das reações, a descrição da experiência do abuso, o estilo de apresentação e o relato verbal do menino (Heiman, 1992). Os conteúdos de cada um desses tópicos encontram-se no ANEXO A. Esses tópicos, originalmente formulados como um esquema para validar alegações de abuso, são pontos que podem orientar o próprio processo de avaliação através de entrevistas realizadas com diferentes fontes de informação.

Uma primeira tentativa de enumerar alguns fatores que colocariam a criança vitimada numa situação de risco para tornar-se um abusador foi esboçada por Watkins e

Bentovim (1992). Ao revisarem a literatura, esses autores apontaram nove fatores que constituiriam um index de riscos, descrito no ANEXO B. Esse index de riscos associado a um modelo multidimensional de avaliação, oferecem uma possibilidade de abordagem do problema, servindo como referência teórica para a construção dos roteiros de entrevista.

### 1.7 Declaração do problema

Como já foi demonstrado, o abuso sexual na infância é um relevante problema de saúde pública, atingindo um grande número de crianças e afetando o desenvolvimento psicológico das vítimas. Embora menos estudado do que a vitimação de meninas, o impacto dessa experiência em meninos é bastante significativo, tanto no abuso extrafamiliar, quanto nas situações de incesto. Estudos recentes indicam que a teoria e o tratamento na área do abuso sexual permanecem desintegrados e formulados em conceitualizações simplistas (Gonsiorek, Bera, & LeTourneau, 1994). A proposição destes autores é de que esforços deveriam ser empreendidos para compreender:

Como a experiência do abuso afeta as vítimas, que caminhos resultam para que certos indivíduos abusem e como todos envolvidos podem experienciar soluções significativas para seus problemas e sofrimentos (Gonsiorek, Bera, & LeTourneau, 1994, p. 4).

Uma das principais reações iniciais é o comportamento sexualizado, acompanhado de ansiedade e confusão quanto à orientação sexual. A longo prazo, um dos principais efeitos é o risco do menino vitimado iniciar um comportamento abusivo, tornando-se ele próprio um abusador. A literatura revisada não apresenta resultados sobre quais fatores levariam um menino abusado a tornar-se um abusador, indicando apenas teoricamente alguns aspectos que poderiam contribuir nessa dinâmica.

A questão central desta pesquisa é justamente compreender o sentido da experiência do abuso sexual para os meninos através da revelação de uma estrutura essencial no relato dessa experiência. A questão complementar é compreender a relação abusiva que os meninos estabelecem com os outros, que envolve um *continuum* desde uma conduta sexualizada e confusão quanto à orientação sexual até o comportamento abusivo.

## CAPÍTULO II

### MÉTODO

#### 2.1 Delineamento

A escolha de um método de pesquisa deve basear-se fundamentalmente no fenômeno que está sendo investigado (Guba, 1981). Conforme este princípio, é a declaração do problema que deve orientar as opções metodológicas. Considerando que o tema central deste estudo é compreender a relação de sentido que meninos sexualmente abusados estabelecem com o mundo, a metodologia de pesquisa deve ser adequada para focar justamente a experiência vivenciada. Também a metodologia de análise deve ser orientada para identificar as unidades de sentido a partir da narrativa dessas experiências.

Conforme exposto na introdução, a perspectiva utilizada neste estudo é a conjunção entre a fenomenologia existencial de Merleau-Ponty e recursos semióticos de teóricos como Saussure e Barthes. Dentro dessa ampla perspectiva, o presente estudo está fundamentado principalmente nos trabalhos de Amedeo Giorgi e Richard L. Lanigan. Atualmente trabalhando no “Saybrook Institute” em San Francisco, CA, Giorgi baseia sua pesquisa qualitativa na fenomenologia de Husserl e Merleau-Ponty. Filósofo da comunicação na “Southern Illinois University” em Carbondale, IL, Lanigan baseia sua pesquisa qualitativa na conjunção da fenomenologia com a semiótica, denominando-a atualmente de comunicologia (Lanigan, 1992, 1994), definida como o estudo do discurso humano em todas as suas formas.

No campo da filosofia da comunicação, Lanigan (1988) definiu teoremas que podem ser utilizados diretamente como pressupostos básicos na fundamentação metodológica. O primeiro define que a reversibilidade é o sistema de código mínimo para a comunicação. Por reversibilidade entende-se o traço inerente da comunicação que é o câmbio entre expressão e percepção. O segundo pressuposto é que a experiência consciente é a unidade de sentido mínima na comunicação. Esse teorema, segundo o autor, deriva da proposição de Husserl de que subjetividade é intersubjetividade. Em outras palavras, o sentido da existência - assim como de qualquer experiência - de uma pessoa emerge tanto para si como para os outros (Valle, King & Halling, 1989). Essa idéia está presente no pensamento de Heidegger, principalmente na concepção de ser-no-mundo, onde não é possível falar de um mundo sem homem, e tudo o que vem a ser pode somente

ser aprendido e se fazer manifesto para o homem, superando-se assim a dicotomia sujeito-objeto (Kruger, 1981).

O presente estudo identifica-se com a preocupação de Husserl ao conceituar-se como ciência social, propor como meta o entendimento e como pressuposto epistemológico a compreensão. Distingue-se portanto de uma ciência natural que propõe a explicação e pressupõe o conhecimento. Enquanto ciência social (ou ciência humana), define sua prática - assim como a maioria das outras práticas humanas - como uma atividade simbólica, na qual a evidência é mediada ao converter a experiência em consciência (Lanigan, 1994). Diferencia-se assim da ciência natural, cuja simbologia da prática de pesquisa pode ser referida como a evidência que é mediada ao converter a consciência em experiência (Lanigan, 1994). Observa-se então uma mudança de paradigma de acordo com a ordem na qual o pesquisador faz a mediação entre consciência e experiência.

Essas variações paradigmáticas refletem metodologias diferenciadas no processo de pesquisa e na produção de resultados (evidência). No método fenomenológico, a evidência produzida é denominada de *capta* (*quod erat inveniendum*; aquilo que era para ser descoberto). Observa-se a presença da metodologia da descoberta, pois conceitua *capta* como aquilo que é tomado como evidência (Lanigan, 1992). A possibilidade com essa metodologia é a obtenção de um julgamento qualitativo que permita exatidão e abstração na descrição. No paradigma positivista, denomina-se a evidência como *data* (*quod erat demonstrandum*; aquilo que era para ser demonstrado). É a metodologia da invenção que se apresenta, enquanto *data* é conceituado como aquilo que é dado como evidência (Lanigan, 1992). O julgamento quantitativo permite então precisão e generalização na predição (Lanigan, 1994).

O delineamento proposto objetiva, através de uma descrição de experiências, comportamentos ou interações, alcançar o sentido vivenciado. Busca na fenomenologia tanto o conceito de suspensão de preconceitos apriorísticos - colocar entre parênteses as crenças do pesquisador - quanto o conceito de sistemática indagativa que está presente em cada etapa da investigação (Gomes, 1987). Utiliza-se ainda das três reflexões fenomenológicas propostas por Merleau-Ponty (descrição, redução e interpretação) ao longo do processo de análise dos dados (Gomes, 1984). Busca na semiótica recursos para identificar unidades de significado através de recortes no relato ou narrativa da experiência vivenciada (Gomes, 1987). Utiliza-se então dos recursos da fenomenologia e da semiótica (comunicologia) para fundamentar seu conjunto de técnicas analíticas. Estes

procedimentos de análise, conforme proposto por Lanigan (1994), organizam-se então como: a) considerações existenciais entre *capta* e *data* (focaliza-se na descrição o fenômeno como um sistema de signos); b) considerações semióticas entre *capta* e *data* (focalizam-se na redução os significantes no sistema de signos); c) considerações hermenêuticas entre *capta* e *data* (focalizam-se na interpretação os significados no sistema de signos).

Observa-se que a transposição do contexto referencial da fenomenologia transcendental (Husserl) para a fenomenologia existencial (Merleau-Ponty) e a conjunção desta com a semiótica (Lanigan) reflete em uma transposição da metodologia de pesquisa e redimensionamento do problema deste estudo. Na comunicologia, o ponto de partida é a descrição da experiência consciente, que revela a intencionalidade ou sentido que o sujeito atribui ao mundo vivido. No dimensionamento do contexto de abuso, as entrevistas com as diferentes pessoas envolvidas são direcionadas à descrição da experiência nas suas múltiplas perspectivas. A partir dessa descrição inicial, busca-se reduzir a experiência a uma estrutura essencial, um sistema de signos que dá sentido à estrutura. É na interpretação da estrutura da experiência consciente (enquanto processo comunicativo) que se revela a relação do sujeito com o mundo.

Objetiva-se, portanto, a partir da descrição da experiência consciente do abuso sexual, definir a estrutura dessa experiência, revelando a relação que meninos sexualmente abusados estabelecem com o mundo, consigo mesmo e com os outros (questão principal). Focaliza-se, em particular, na experiência de ser menino abusado, a relação abusiva que estabelece com os outros e consigo mesmo (questão complementar).

## 2.2 Sujeitos

Os sujeitos deste estudo constituíram-se de seis meninos (crianças e adolescentes) vítimas de abuso sexual. Considerando questões éticas levantadas a partir das particularidades deste estudo, faz-se necessário explicitar o contexto no qual os sujeitos foram alocados. Os meninos foram identificados a partir de duas situações distintas: uma Escola Municipal de Primeiro Grau e um Conselho Tutelar. Nestes dois locais se desenvolveu o projeto de extensão da Ufrgs “Abusos físicos e sexuais com crianças e adolescentes: Duas experiências comunitárias” e o projeto de pesquisa “Análise bio-cultural e estabelecimento de uma metodologia de prevenção e manejo de abusos físicos e sexuais para população de baixa renda” - Ufrgs-94/96. O projeto envolveu uma equipe

multidisciplinar e apresentou, enquanto proposta específica dentro da área da psicologia, a identificação, avaliação e tratamento dos casos de abuso físico e sexual.

Observa-se, então, que as entrevistas utilizadas na pesquisa estão inseridas dentro de um contexto clínico e legal, que envolve tanto o atendimento psicoterápico individual e familiar quanto decisões sobre a denúncia e medidas de proteção à criança e ao adolescente. Dessa forma, as entrevistas iniciais servem como parte da avaliação dos casos dentro do Conselho, enquanto que na Escola fundamentam os procedimentos realizados dentro da própria estrutura do Projeto.

Considerando a experiência vivenciada pelos sujeitos e os objetivos da pesquisa, algumas das questões que surgiram na relação entre o pesquisador e os meninos foram foco de maior atenção. Sobre esta relação, Castor-Lewis (1988, p. 80) expressa que “devemos estar conscientes que a situação de pesquisa é um outro palco no qual o drama (do abuso) pode ser atuado.” Com esta consideração em mente, o pesquisador procurou estar atento a temas como a confidencialidade, os limites do menino na exploração de situações traumáticas e a flexibilidade do roteiro de entrevistas.

Quanto aos sujeitos, formaram uma amostra intencional e foram capazes de funcionar como informantes, fornecendo descrições ricas da experiência que está sendo investigada (Polkinghorne, 1989). Isto significa dizer que apesar do aspeto básico comum a todos - vitimação sexual, buscou-se meninos que no relato da sua experiência ofereceram descrições sobre as particularidades de cada situação. A intencionalidade da amostra na busca de variações reflete a lógica da pesquisa fenomenológica, que se articula sobre a tensão entre universalidades e singularidades.

### 2.3 Procedimentos e instrumentos para coleta de dados

Os sujeitos foram entrevistados a partir de um roteiro tópico (ANEXO C) tendo em vista a constituição de uma descrição fenomenológica da experiência de ter sido sexualmente abusado. Este roteiro foi uma opção de inquérito contextualizada a partir da revisão de literatura - os fatores propostos por Watkins e Bentovim (1992) e o modelo multidimensional de avaliação proposto por Heiman (1992), e do conhecimento de campo do pesquisador. As entrevistas, apesar de seguirem um roteiro prévio, possibilitaram espaço para o surgimento de novos fatores que não aqueles inicialmente previstos. A entrevista demandou um envolvimento interpessoal no qual os sujeitos foram encorajados para dividir com o pesquisador os detalhes da sua experiência (Polkinghorne, 1989). O pesquisador assumiu o papel de um ouvinte ativo, permitindo que os sujeitos falassem

livremente sobre seus sentimentos e pensamentos (Ablamowicz, 1992; Castor-Lewis, 1988). No processo comunicativo da entrevista, significou que o pesquisador constantemente testou sua percepção com o próprio sujeito sobre o sentido atribuído à experiência vivenciada por ele. Observou-se, na estrutura da entrevista, os dois teoremas propostos por Lanigan (1988) utilizados na fundamentação metodológica: circularidade entre expressão e percepção e experiência consciente como unidade de sentido mínima na comunicação.

Conforme argumentado anteriormente (Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 1993), outras fontes de informações foram colhidas, envolvendo entrevistas com pais, irmãos, professores ou outras pessoas significativas para o menino, sempre que foi possível e/ou necessário. O roteiro para a entrevista com pais ou familiares encontra-se no ANEXO D, enquanto a entrevista com professores situa-se no ANEXO E. Desde uma perspectiva fenomenológica, essas outras fontes de informações ajudaram a reconstituir o contexto no qual ocorreu a experiência do abuso, bem como forneceram diferentes percepções sobre o impacto do abuso no desenvolvimento do menino. Desta forma, redefiniu-se o alcance do estudo, pois além do relato dos sujeitos, obteve-se a composição de casos baseada em entrevistas com familiares, professores, responsáveis e outras fontes de informação (Tabela 1).

Tabela 1  
Composição dos Casos

Casos	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Entrevistas Individuais	11	5	5	3	8	6
Entrevistas c/ Familiares	5	2	1	2	7	2
Entrevistas c/ Professores	-	1	-	-	-	-
Entrevistas c/ Monitores ou Responsáveis	-	-	-	-	-	6
Outros dados	Prontuário	Internação Visita domiciliar Contatos	Prontuário	Prontuário	Prontuário	Prontuário

Estas entrevistas adicionais tornaram-se mais importantes à medida em que a faixa etária dos meninos diminuiu, tendo em vista que meninos muito jovens - pelo próprio processo de desenvolvimento - apresentaram dificuldades para lembrar e descrever eventos



passados ou perceber mudanças que pudessem estar ocorrendo. Considerando-se a dificuldade temática das entrevistas, foram utilizados desenhos como recursos facilitadores para estimular a verbalização de determinados conteúdos. A utilização de desenhos foi especialmente útil na entrevista com crianças que apresentaram dificuldade de verbalização - por característica da própria faixa etária ou pelo efeito da vitimação (Flores & Caminha, 1994). As entrevistas foram gravadas em fita cassete, mediante a autorização dos sujeitos e dos pais ou responsáveis. Após a gravação, as entrevistas foram transcritas, gerando um texto do relato dos meninos e do contexto do abuso sexual.

#### 2.4 Critérios para análise dos dados

Conforme citado anteriormente, a análise dos dados será realizada a partir de uma perspectiva da fenomenologia e da semiótica, mais especificamente tomando como base os trabalhos de Merleau-Ponty, especialmente *Fenomenologia da Percepção* (1945/1962), Lanigan, Giorgi e, em nosso meio, Gomes. Em termos gerais, os procedimentos de análise organizam-se na seguinte sequência: a) identificam-se e se separam os temas abordados nos relatos em unidades de sentido; b) agrupam-se os temas em categorias; c) descrevem-se os dados emergentes, oferecendo uma interpretação baseada nas articulações entre temas unitários e categorias (Gomes, 1989). Para uma melhor compreensão de como se processa a análise sob essa perspectiva, alguns conceitos teóricos necessitam maior detalhamento.

A base teórica do delineamento empregado é fornecida pela fenomenologia existencial de Merleau-Ponty, organizada na sequência de três reflexões: descrição, redução e interpretação. Conforme Gomes (1984), revela-se na descrição fenomenológica uma percepção e uma expressão presentes em um corpo com intencionalidade. A questão da intencionalidade é um aspecto fundamental, pois tudo tem um sentido e compreender é retomar a intenção total (Merleau-Ponty, 1945/1962). A redução fenomenológica é a resolução de fazer aparecer o mundo tal como é antes de nós mesmos (Merleau-Ponty, 1945/1962). Isto significa que é necessário um exercício de suspensão, ou seja, esforça-se para trazer o mundo sem a interferência de preconceitos e crenças pessoais que funcionem inapropriadamente como critérios para o julgamento inicial da experiência (Lanigan, 1994). Na fenomenologia existencial, é através da interpretação que se revela o sentido da experiência como presença no mundo. Sobre essa revelação de sentido, Merleau-Ponty (1945/1962, p. XX) posiciona a fenomenologia da seguinte forma:

O mundo fenomenológico, não é o do ser puro, mas o sentido que é revelado onde os caminhos das minhas várias experiências interseccionam-se, e também onde minhas próprias experiências e as experiências das outras pessoas interseccionam-se e se engajam mutuamente como engrenagens. É, pois, inseparável da subjetividade e da intersubjetividade, que encontram sua unidade quando eu retomo minhas experiências passadas naquelas do presente, ou as experiências dos outros em minhas próprias.

Essas três reflexões vão estar intrinsicamente presentes ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa (Gomes, Reck & Ganzo, 1988). Tome-se como exemplo o processo de construção do instrumento de pesquisa, que são os roteiros tópicos de entrevista. Inicialmente, realiza-se a revisão da literatura sobre a temática do abuso sexual de meninos. Essa contextualização do tema, que permite justificar a proposta de pesquisa, é a descrição. Delimita-se, a partir da reflexão anterior, os objetivos específicos, que correspondem à redução. Finalmente, a composição do roteiro de entrevista é a interpretação, pois resulta da conjunção entre a revisão da literatura e o conhecimento de campo do pesquisador.

Essa situação reproduz-se nos procedimentos de análise dos dados (Gomes, Reck & Ganzo, 1988; Gomes, 1990). A descrição é o relato transcrito de pais, professores e dos próprios meninos sexualmente vitimados. Inicialmente, realiza-se a leitura completa do relato das entrevistas de cada caso, identificando-se as unidades de sentido e realizando os recortes no relato. Determinam-se as tipologias nativas (redução). Objetivando a utilização do software Ethnograph 3.0 (Seidel, Kjolseth, & Seymour, 1988), determinam-se os códigos das unidades de sentido. No processo de determinação dos códigos - ou seja, na escolha do nome que se refere a determinada unidade de sentido - já ocorre a sequência das três reflexões descritas pela fenomenologia existencial, podendo-se afirmar que a criação dos códigos é uma passagem de tipologias nativas para tipologias analíticas (interpretação).

Dando seguimento aos procedimentos de análise, entra-se com os códigos no programa, que realiza o agrupamento das unidades de sentido com o mesmo código - nas entrevistas do mesmo caso e também entre os diferentes casos. Com as unidades de sentido agrupadas, realiza-se nova transformação: os códigos (descrição) são reduzidos (preservando-se sua tipologia “nativa”) e interpretados como tipologias analíticas. Estas tipologias analíticas, que desempenham a função de aglutinarem sentidos convergentes,

são as sub-categorias sob as quais as unidades de sentido originais (relatos) são sintetizadas visando responder o problema da pesquisa. Definem-se as categorias com a reunião de todas as unidades transformadas que referiam a um mesmo sentido. Essas categorias contextuais englobam, portanto, as sub-categorias temáticas. Os códigos utilizados e as sub-categorias temáticas correspondentes encontram-se especificados no ANEXO F.

Ainda na etapa de discussão dos resultados encontra-se presente a mesma lógica interna das etapas anteriores. A descrição é a composição de uma narrativa que responda ao problema da pesquisa, ou seja, identificar a partir do relato dos sujeitos como as categorias contextuais e sub-categorias temáticas interagiram: a) na relação que os meninos sexualmente abusados estabeleceram com o mundo, consigo mesmo e com os outros (questão principal) e b) na manifestação do comportamento abusivo. A redução é a articulação do relato dos sujeitos com a literatura revisada, possibilitando indicar novas perspectivas de interação. A interpretação corresponderia à articulação da redução com a teoria fenomenológica e semiótica, indicando diferentes possibilidades de compreensão da experiência do abuso em uma perspectiva da comunicologia.

## CAPÍTULO III

### DESCRIÇÃO, REDUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa serão apresentados em duas partes. A primeira descreve os seis casos de abuso sexual estudados. Apresenta aspectos que possibilitam ao leitor compreender individualmente a história de cada um dos meninos. A segunda parte apresenta, na forma de contextos, os diferentes aspectos constitutivos da experiência do abuso sexual para os meninos. Através da descrição, redução e interpretação fenomenológica de cada um dos contextos, responde para o leitor o problema de pesquisa.

#### 3.1 Apresentação dos casos

O que segue abaixo é a descrição de aspectos significativos de cada um dos seis meninos. Sem o objetivo de ser exaustiva, a descrição oferecida procura antes compor uma narrativa que possibilite ao leitor aproximar-se - ainda que em uma proximidade virtual - dos sujeitos e conhecer a experiência vivenciada por estes meninos. Cada caso é composto por diversas entrevistas realizadas com os meninos, familiares, professores ou ainda outras pessoas capazes de fornecer dados relevantes. Dessa forma, a descrição apresentada é um texto produzido a partir dessas diferentes perspectivas. Observa-se que, para fins metodológicos, o menino do Caso 1 passa a ser denominado de S1, Caso 2, S2 e assim sucessivamente. Como referência geral, utiliza-se a seguinte legenda: M (mãe ou madrasta); P (pai ou padrasto); I (irmãos; I1.1, I2.1, referindo-se ao primeiro e ao segundo irmãos de S1); T (tios e tias); VM (avô); VF (avó). As verbalizações estão destacadas entre parênteses, identificando quem falou e numerando as linhas referentes ao trecho destacado na entrevista transcrita, facilitando assim a sua localização. Por exemplo, a verbalização [S4: “*Ele tá trazendo um saco de brinquedo.*” (1219-1220)] indica que o conteúdo verbalizado por S4 encontra-se nas linhas 1219 e 1220 das entrevistas transcritas que constituem o Caso 4.

##### 3.1.1 Caso 1

M1 procurou o Conselho Tutelar em julho de 1995. Muito ansiosa, relatou na primeira entrevista que descobrira havia dois dias que o filho (S1, 7 anos e 11 meses) havia sofrido abuso sexual na escola onde estudava. Acostumada a permitir que o filho dormisse

com ela na ausência do marido, percebeu que a calça de abrigo do filho estava suja de sangue quando foi trocá-lo. Assustada com essa constatação, deu início a um inquérito que teve a participação de toda a família, avançou noite adentro e envolveu ameaças de castigo físico.

Pressionado pela descoberta da mãe, S1 contou algumas versões sobre a situação do abuso que, reduzidas as variações, manteve a seguinte estrutura: um menino que ele não conhecia aproveitou quando S1 foi ao banheiro e o imobilizou fisicamente, penetrando-o. Ameaçou de agredi-lo caso esboçasse alguma reação. Após o abuso, quando o agressor afastou-se, S1 vestiu-se e retornou para a sala de aula em silêncio. Mesmo sentindo dor, optou por não relatar à professora o que havia acontecido, pois tinha medo de que o abusador permanecesse na escola e novamente lhe agredisse. Esse mesmo silêncio foi mantido durante um mês - intervalo entre o abuso e a descoberta - através de várias manobras para encobrir o sangramento resultante do condiloma anal. Após a revelação, S1 foi proibido de retornar à escola ou brincar fora do pátio com outros amigos.

Após o abuso sexual, observaram-se dificuldades no que se refere à atenção e também à manifestação de comentários sobre si mesmo com conteúdos de desvalorização. Apresentou medo relacionado com a possibilidade de que novo episódio de abuso pudesse ocorrer. Reapresentou episódio de enurese noturna do tipo secundário, o que já havia sido superado com a idade de três anos. Além disso, foi relatado o envolvimento em brigas dentro da escola, sendo que S1 manifestou, em algumas oportunidades, seu desejo de aprender karatê para poder se defender em situações de briga.

Entretanto, o impacto do abuso não ficou restrito somente ao menino. M1 sofrera ela própria uma experiência de abuso sexual na adolescência. Com a vitimação de seu filho, passou a experimentar sintomas como pesadelos, períodos de depressão, aumento de ansiedade e brigas, tanto no emprego quanto com o seu companheiro. O acirramento dessas brigas e a impossibilidade de sentir prazer sexual com o companheiro - o ato sexual era feito mecanicamente, resultou posteriormente na separação do casal. Este aumento de agressividade também permeou a relação com o filho, culminando em situações de punição severa, melhor caracterizadas como abuso físico.

No período da revelação, moravam juntos S1, a irmã com 2 anos, M1 (25 anos, auxiliar de serviços gerais em uma escola municipal) e P1 (padrasto, 20 anos, desempregado). No mesmo terreno, mas em casa separada moravam outros familiares, entre os quais destaca-se, pela sua relevância, a avó e um dos tios (T1, 14 anos). S1 nasceu de um breve relacionamento anterior, foi criado pela mãe e pela avó e nunca teve contato

com pai. Desta forma, a influência de toda a família sobre as decisões de M1 era muito intensa, inclusive no que se referia à forma de educar os filhos.

Descrito, inicialmente, por sua mãe como uma criança muito passiva, S1 surpreende ao demonstrar interesses e atividades diversificados. Após a mudança de escola, foi capaz de se adaptar rapidamente e estabelecer relacionamentos dentro de um novo grupo. Ao longo do processo de entrevistas, firmou um bom vínculo, mostrando-se comunicativo e bastante afetivo.

### 3.1.2 Caso 2

P2 foi chamado à escola para conversar sobre a situação de seu filho (S2, 13 anos, aluno da quinta série) que vinha se envolvendo freqüentemente em brigas com outros colegas. Chorando, expôs que o filho havia sido sexualmente abusado.

No mesmo terreno, em seis casas diferentes, moram diversos parentes de M2. Em junho de 1995, em entrevista inicial, o pai relatou que a situação de abuso foi observada por um primo de S2, que contou para seus pais que, por sua vez, contaram para M2. A reação inicial foi conversar com o filho, apesar do sentimento de desespero. Nessa conversa, identificou-se que, desde os cinco anos, S2 vinha sendo sexualmente abusado por um tio (irmão de sua mãe) sete anos mais velho do que ele, envolvendo penetração anal e felação. Ameaças feitas pelo abusador, de que contaria para a família e para os amigos sobre o seu relacionamento, evitavam a revelação e perpetuavam o abuso. Após a descoberta, os pais procuraram o Conselho Tutelar, a Delegacia de Polícia e o Instituto Médico Legal.

Devido à extensa duração da situação de vitimação - oito anos, não foi possível diferenciar se alguns aspectos comportamentais eram conseqüentes exclusivamente do abuso. Entretanto, após a revelação, S2 experienciou aumento significativo de ansiedade, medo, depressão e manifestações de agressividade. Em entrevista com o adolescente, observou-se ainda confusão quanto à orientação sexual e estigmatização que seus irmãos lhe impuseram. Quando refere-se aos episódios de abuso ou ao agressor, inicia a chorar.

Os reflexos da revelação também puderam ser identificados ao nível do grupo familiar. Divididos entre culpar o agressor ou perdoá-lo, responsabilizando S2, iniciou uma série de conflitos. Desentendimentos entre o casal resultaram em períodos de separação e na ausência da mãe. Ainda um maior período de desestruturação correspondeu à internação do pai devido a distúrbio depressivo com tentativas de suicídio, agravado pelo alcoolismo.

S2 é o terceiro entre os sete filhos do casal. P2, 42 anos trabalhava como garçom, mas durante a internação psiquiátrica foi demitido, agravando ainda mais o estado de miséria no qual viviam. M2, 32 anos, do lar, após a separação, começou a trabalhar como prostituta numa casa noturna. A relação do casal era discutida abertamente com os filhos, que culpavam a mãe por sua ausência. O relacionamento entre os irmãos apresentava vários episódios de brigas, especialmente quando os mais velhos citavam os episódios de abuso para agredir S2.

### 3.1.3 Caso 3

Em abril de 1995, S3 foi encaminhado pelo Conselho Tutelar de Canoas para ser atendido em Porto Alegre. Como medida de proteção, determinou-se a transferência da guarda do menino para o avô, pois havia dúvidas sobre a autoria do abuso - desconfiava-se do pai - e sobre a capacidade de proteção do pai: caso ele não fosse o abusador, apresentava poucas condições de impedir que novos episódios ocorressem.

O primeiro contato com S3 ocorreu uma semana antes dele completar 12 anos, quando veio ao Conselho Tutelar acompanhado de seu avô. Durante o decorrer das entrevistas, relatou que foi sexualmente abusado em cinco episódios por um adulto de 25 anos, primo ou sobrinho de seu pai - não soube definir claramente qual o grau de parentesco. O abuso iniciou em 1993, prolongando-se por mais um ano. Com a separação dos pais naquele ano, o abuso ocorria em momentos nos quais P3 saía de casa à noite e deixava o agressor cuidando dos filhos.

Confuso com as atitudes do agressor, inicialmente S3 pensou que sua abordagem tratava-se de uma brincadeira. Quando compreendeu o que ocorria, sentiu-se muito assustado. Não contou nada ao pai porque tinha medo que ele lhe batesse. Pensou em contar para uma tia, mas tinha medo do que os outros poderiam pensar a seu respeito: que não contou antes pois estaria concordando com o abuso. Algumas vezes ainda recorda-se do abuso, sentindo-se triste e confuso.

Tristeza e confusão também estiveram presentes quando abordou-se a separação dos pais. Após a revelação do abuso, além do afastamento de S3, também as irmãs saíram da casa do pai e foram morar com outros parentes. Fora de sua casa, S3 apresentou alguma dificuldade na relação com a avó, desobedecendo-a e realizando brincadeiras agressivas, o que era expresso através das queixas que o avô trazia. Frente aos comentários do avô, S3 ficava desconfortável e se deprimia. Em outras situações, expressava através de comentários conteúdos de auto-desvalorização. Experimentou ainda sentimentos de medo

e tristeza. Além disso, observou que engordou dez quilos nos últimos meses, o que coincidiu com a diminuição de atividade física - costumava praticar esportes com maior frequência.

Apesar das queixas dos avós, S3 pareceu ter se adaptado bem à mudança de casa e também à nova escola. Conseguiu estabelecer novas amizades e, entre suas atividades mais prazerosas, incluiu as brincadeiras com o avô e jogar bola com os colegas no recreio. Refere, no entanto, sentir falta de sua família e, em algumas situações, representou - através de desenhos ou relatos - situações que antecederiam o período da separação.

#### 3.1.4 Caso 4

O Caso 4 chegou ao Conselho Tutelar em maio de 1995 através de uma denúncia de vizinhos e da senhora responsável pela creche freqüentada por S4. A situação inicialmente descrita era de que o menino vinha sofrendo abuso sexual, abuso físico e abuso emocional, dentro de sua própria casa, perpetrado pelos pais ou responsáveis. Após visitas domiciliares e entrevistas de averiguação realizadas pelos conselheiros, iniciou-se o processo de entrevistas no mês de agosto, quando S4 estava com oito anos.

M4 começou a desconfiar que alguma coisa estava acontecendo com o filho quando voltava para casa e o encontrava - nas suas palavras - assustado e estranho. Nessa época, quando precisava sair, deixava S4, quatro anos, e seu irmão com um homem, amigo da família de P4, que estava morando na mesma casa. Em uma tarde, procurando afastar-se cada vez menos, estranhou o silêncio prolongado do filho e, ao procurar por ele, surpreendeu o homem manipulando os genitais do menino. Mesmo tendo afastado o abusador de casa, a família do marido e ele próprio não acreditaram no que foi relatado. S4 apanhou para apreender a não mais fazer isso e nenhuma medida legal foi tomada nem atendimento providenciado para o menino. Posteriormente, M4 procurou conversar com o filho uma única vez, concluindo que o abuso resumiu-se a dois episódios e que provavelmente não envolvia penetração. Os pais optaram por não abordar mais o ocorrido, acreditando assim que o filho aos poucos esqueceria tudo.

Contrariando as expectativas parentais, S4 não somente não esqueceu como passou a reproduzir o que havia sofrido, mas agora na posição inversa. Foram relatadas pelo menos duas situações nas quais, aos cinco anos, abusou de seu irmão (I2.4) e, posteriormente, tentou penetrar uma menina colega de creche. Também na escola apresentou comportamento sexualizado e se mostrou bastante agressivo com outros colegas. Junto aos irmãos demonstrou um comportamento manipulativo: aparentemente



passivo, acabava fazendo com que eles assumissem a responsabilidade por atos que cometeu. Intensificaram-se episódios em que refere medo, mesmo quando não existe um motivo aparente, alternados com episódios de tristeza. Em alguns momentos transmitiu a impressão de uma conduta geral regressiva em relação a sua idade.

A estrutura familiar do Caso 4 é a seguinte: P4, 34 anos, bancário; M4, 27 anos, secretária; S4, 8 anos, cursando a segunda série; I1.4, 6 anos; I2.4, 3 anos. Após diversas brigas envolvendo agressões físicas mútuas, o casal optou pela separação em novembro de 1993. O relacionamento entre os dois continuou permeado por acusações. O pai acusa M4 de manter relações sexuais com outros homens na frente dos filhos, enquanto ela refere-se a ele como uma má influência para o filho, devido ao alcoolismo e a adição à cocaína. S4 descreveu mais de uma situação na qual apanhou severamente dos pais. Observou-se ainda uma grande dificuldade na interação entre S4 e a mãe, existindo poucas situações de satisfação para ambos. O relacionamento entre M4 e os outros dois filhos mostrou-se adequado.

### 3.1.5 Caso 5

As primeiras entrevistas aconteceram em março de 1995, quando a irmã (I1.5) trouxe seu irmão (S5, na época com 7 anos e 9 meses) ao Conselho pois havia descoberto na semana anterior que ele foi sexualmente abusado. A situação de abuso foi revelada por S5 após a irmã pressioná-lo, pois tomou conhecimento de relato de outros vizinhos que ouviram o agressor convidá-lo para dar uma volta. A situação de abuso ocorreu em dois episódios e envolvia exibição de material pornográfico, toques nos genitais e felação. Ameaças foram feitas com o objetivo de assegurar que S5 não revelaria o que estava ocorrendo. O abusador era um vizinho de 20 anos que cresceu junto com os irmãos mais velhos de S5. Já havia abusado de outras crianças, mas não ocorreram denúncias. Após a revelação, parte da família, já que nem todos os irmãos souberam do abuso, resolveu registrar ocorrência na Delegacia, realizar exame no IML e levá-lo ao Conselho Tutelar. O abusador mudou-se temporariamente da casa de seus pais, mas posteriormente, em algumas situações retornava para visitá-los.

Após alguns meses, em uma dessas situações, S5 avistou-o, o que provocou a intensificação de uma série de sintomas destacando-se o medo, pesadelos, ansiedade e tristeza. Além destes que se intensificaram quando do encontro com o agressor, S5 apresentou inicialmente episódios de enurese, comportamento agressivo, prejuízo na atenção e episódios dissociativos. Manifestou diversas vezes uma conduta na qual

colocava-se ou descrevia-se a partir de sua percepção como uma vítima em situações de brigas.

Embora não saiba, S5 foi adotado com três dias de vida, pois sua mãe o abandonara ainda muito pequeno. Sua família adotiva constitui-se pela mãe, 53 anos, cabelereira e diversos irmãos, todos bem mais velhos. Entre os irmãos destaca-se I1.5 que assume muitas vezes a função de mãe junto ao menino. O pai faleceu em fevereiro de 1991 e, desde então, S5 passou a dormir com a irmã. O ambiente familiar é descrito com vivências positivas.

Em linhas gerais, S5 apresentou atividades e interesses adequados para uma criança de sua idade. Aspecto que chamou atenção foi a brincadeira com bonecas. Brinca com uma amiga, mas tem vergonha de falar para outros meninos pois tem medo que lhe chamem de bicha.

### 3.1.6 Caso 6

S6 ingressou em um Abrigo da Febem em outubro de 1995, apresentando um quadro de abuso sexual, furtos, agressão a pessoas e danos a propriedades. Dentro da instituição, vinha se colocando em situações nas quais era vitimado sexualmente por meninos mais velhos, sendo encaminhado ao Conselho Tutelar em novembro.

A situação familiar de S6 já havia sido anteriormente registrada nos arquivos do Conselho, pois tratava-se de um caso grave de desestruturação familiar e maus-tratos. A mãe - falecida em 1993 - era uma pessoa com distúrbio de conduta severo, alcoolista e prostituía as filhas em troca de bebida. Ela e o companheiro, quando alcoolizados, costumavam abusar fisicamente dos filhos, espancando-os fortemente. P6, 41 anos, carpinteiro, alcoolista, após a morte da companheira não apresentou disposição para cuidar dos filhos, colocando S6 sob os cuidados da madrinha. I1.6 (atualmente com 10 anos, diagnosticado com epilepsia lobotemporal sintomática), por sua vez, passou a revezar períodos abrigado na instituição com outros nos quais fugia e vivia na rua, apesar dos esforços para vinculá-lo com sua irmã. Constatou-se situação de negligência e maus-tratos da madrinha (também alcoolista) em relação a S6 e, quando ele foi abrigado, configurou-se uma intenção aberta de abandono.

Dentro da instituição, S6 passou a procurar meninos mais velhos, sentando no colo deles, convidando-os para afastarem-se do grupo, acompanhando-o até um lugar longe da supervisão dos monitores e requisitando que eles o penetrassem. Outras vezes, eram os meninos que o abordavam com a intenção de abusá-lo física ou sexualmente. Em geral

passivo e pouco comunicativo, acabou transformando-se em motivo de gozação e rechaço por parte dos colegas. Também apresentou brinquedo sexualizado, onde reproduzia posições de coito anal. Esta situação, aparentemente, permaneceu inalterada até a readmissão de I1.6 na instituição, que passou então a controlar o comportamento do irmão, assumindo uma atitude protetora em relação ao mesmo. Atualmente S6 está com 9 anos.

### 3.2 Os casos em contexto

Os casos, quando analisados, geraram seis amplas categorias descritoras de contextos distintos, portanto chamadas de categorias contextuais. As categorias identificadas foram: contexto do abuso, contexto da revelação, contexto de reações, contexto individual, contexto familiar e contexto da entrevista. Dentro de cada contexto, identificaram-se sub-categorias temáticas, que se desenvolveram a partir das tipologias analíticas. Essas sub-categorias, ao aglutinarem unidades de relatos com sentidos convergentes, ofereceram uma contribuição de cada um dos casos para a compreensão da interação entre o contexto ao qual se referiam e as questões da pesquisa. Por uma restrição de tempo, optou-se pela análise das três categorias mais relevantes (abuso, revelação e reações) de forma que as outras categorias serão discutidas em um futuro estudo. Os procedimentos reflexivos da fenomenologia (descrição, redução e interpretação) foram desenvolvidos em cada um dos contextos.

#### 3.2.1 Contexto do abuso

##### **Descrição fenomenológica**

A consideração existencial da situação de abuso iniciou com a seguinte indagação: O que é o contexto experiencial do abuso sexual para os meninos? Para responder a esse questionamento, buscaram-se meninos que, através de suas vivências singulares de uma situação comum, a vitimação sexual, permitissem uma reconstrução multidimensional da situação. Desta forma, os casos estudados apresentaram grande variabilidade no que se refere à vitimação e seus componentes.

Os componentes descritores dessa situação foram diferenciados em seis temas: ato abusivo, identificação do abusador, local, frequência, duração e idade de início do abuso. Cada um desses temas apresentou variações próprias à experiência singular dos sujeitos, como mostra a Tabela 2.

## Componentes Descritores do Abuso

Casos	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Temas						
Ato Abusivo	Penetração	Penetração	Penetração (?)	Manipulação dos genitais	Pornografia Manipulação dos genitais Felação	Manipulação dos genitais Felação Penetração
Abusador	Desconhecido	Tio	Primo ou sobrinho do pai	Amigo da família	Vizinho	Múltiplos abusadores
Local	Escola	Casa	Casa	Casa	Rua Casa do abusador	Rua Instituição
Frequência	1 episódio	Múltipla	5 episódios	2 episódios	2 episódios	Múltipla
Duração	1 dia	8 anos	2 anos	1 mês (?)	1 mês (?)	7 meses (?)
Idade inicial	7 anos e 11 meses	5 anos	10 anos	4 anos	7 anos e 9 meses	antes dos 8 anos

A Tabela 2 desvela a dialética presente na pesquisa fenomenológica. Ao longo das colunas, encontram-se dispostos dados que caracterizam a verticalidade de cada caso, ou seja, aquilo de singular que o sujeito vivenciou na situação comum. Nas linhas, encontram-se informações referentes à horizontalidade da experiência do abuso, ou seja, a universalidade de cada tema dentro da constituição da experiência. A descrição emergiu a partir de convergências e divergências entre horizontalidade e verticalidade.

A Tabela 2 oferece evidências (*data*) que delimitam o fenômeno estudado e permitem a expressão de graus de severidade variados na experiência de abuso sexual. Considerando o ato abusivo, este constituiu-se em exibição de revistas pornográficas, manipulação dos genitais, feelação e penetração. O abuso ocorria na própria casa do menino (Casos 2, 3 e 4) ou em locais diversos, tais como a escola ou instituição que freqüentava, na rua, ou ainda na casa do abusador. O início da vitimação ocorreu na infância, e a freqüência e a duração dos episódios de abuso contribuíram para a severidade. Em linhas gerais, situações de abuso que se prolongavam e envolviam um maior número de contatos, acabavam por resultar em penetração. Uma exceção foi o Caso 1, melhor caracterizado como um episódio de estupro, cometido por um adolescente que a vítima desconhecia. Nos outros casos os abusadores eram pessoas conhecidas, ou mesmo parentes da vítima. Variaram quanto à faixa etária, distribuindo-se da seguinte forma: pré-adolescentes (Casos

1 e 6); adolescentes (Casos 2 e 6); adultos (Casos 3, 4 e 5). Além das situações de abuso consideradas neste estudo, verificou-se que os agressores dos Casos 2, 4 e 5 vitimaram sexualmente outras crianças.

A evidência (*data*) descrita acima apresentou um quadro objetivo - o conhecimento de alguns fatores envolvidos no abuso, mas que pouco informam sobre a experiência vivenciada pelos meninos. Para tanto, necessita-se recorrer a um processo de reversibilidade entre *data* e *capta*. Faz-se necessário, portanto, privilegiar o relato dos meninos (compreendido como um sistema de signos) da experiência de vitimação, pois é na linguagem verbal (descrição do fenômeno; como a experiência é tomada) que o sentido existencial é captado.

As situações de abuso despertaram sentimentos, pensamentos e condutas variados, tanto nos meninos quanto em seus familiares. A sensação de medo manifestou-se sob formas distintas: medo de retornar aos locais onde ocorreu o abuso, medo de reencontrar o abusador, medo da revitimação e medo experienciado durante a própria situação do abuso. Conforme descrito anteriormente, em diversas circunstâncias, constatou-se uma restrição das atividades anteriormente realizadas pelos meninos. Esta restrição encontrou no medo do menino uma resposta ao temor da família de que novos abusos pudessem ocorrer.

Caso 1: S1: *“(...) Agora eu não ando mais na rua, não saio mais de casa. (...) Mas os fins-de-semanas eu peço para ela deixar eu brincar e ela não deixa.”*

Pesq.: *“Tu anda com medo de que aconteça de novo, tu também tem medo?”*

S1: *“Tenho.”* (1411-1424)

Sentimentos de tristeza manifestaram-se em diferentes contextos. Acompanharam episódios de recordação da situação abusiva (S3), ou ainda após a revelação do abuso (conforme relatou P2):

Caso 2: *“É, às vezes acontece também de dar uma tristeza muito grande nele. Ele se deita, diz que tá se sentindo mal e não sabe explicar o que é. Começa a chorar. Eu pergunto: O que é meu filho? Não sei o que é meu pai. Só chora (...).”* (96-102)

Os Casos 1 e 2 ofereceram outra perspectiva, pois revelaram que o sentimento de tristeza e a depressão foram experienciados pelos pais dos meninos. No Caso 1, a mãe passou por episódios de depressão que, conjuntamente com explosões de raiva (*“Tipo uma coisa que explode quando fica braba.”*), quase culminaram na perda do emprego. No Caso

2, o quadro depressivo do pai associado ao alcoolismo foi agravado pela descoberta do abuso e separação do casal, resultando numa internação psiquiátrica devido ao risco de suicídio.

Os sentimentos envolvidos no processo de estigmatização, quando “*jogam na cara*” do menino a condição de ter sido abusado, ficaram mais expostos no Caso 2. Inicialmente, como uma forma de agressão e deboche, os irmãos chamavam S2 de “*bichinha*” ou ainda de “*guriazinha do tio*”, mas os conteúdos verbais foram se tornando mais explícitos. P2 percebeu a interação entre os irmãos da seguinte forma:

Caso 2: “*Pois é, aí que tá o problema né, quando eles brigam. Tão sempre brigando, eles atiram na cara dele: Ah, que tu que foi a mulher do tio (abusador), a guriazinha do tio. Aquela coisa toda, ele fica assim numa mágoa...*” (586-591)

O que iniciou como uma agressão, encontrou ressonância interna na preocupação do próprio menino quanto a ser bicha ou não (orientação sexual). Reforçando esse sentimento, também os familiares levantaram dúvidas da mesma ordem. S2 passou a exibir então um comportamento agressivo: “*Uma vez eu quase matei o meu irmão, ficou me chamando de bicha.*”

O sentimento de vergonha manifestou-se muitas vezes sob a forma de silêncio (II.5: “*(...) eu sinto que ele tem vergonha assim de contar o que aconteceu*”) quando o abuso era diretamente abordado nas entrevistas. Manifestações de ansiedade evidenciaram-se principalmente em momentos de mobilização frente à aproximação do agressor: “*(...) eu fico nervoso quando eu vejo ele perto de mim*” (S2).

Essa situação de aproximação - ou reaproximação - do agressor, após um período de afastamento inicial desencadeado pelo processo de revelação, foi observada em dois casos (2 e 5). Como nas duas situações os abusadores eram vizinhos das vítimas, foi inevitável que ocorressem novos encontros, mobilizando sentimentos de raiva.

Caso 2: “*Esses dias eu briguei com todos os meus irmãos por causa dele, porque ele bateu lá na porta sabe e eu não sabia quem era e atendi né... Daí os meus irmãos falaram: Entra tio. Daí eu falei bem baixinho: Oh, vocês não convidam ele para entrar, porque se ele entrar eu vou sair e não vou ajudar a limpar a casa.*” (2042-2050)

Neste mesmo caso, houve um movimento por parte da família procurando questionar a culpa do agressor, atribuindo assim parte da responsabilidade para S2. No

Caso 5, não houve esta tentativa de atribuição de responsabilidade à vítima, mas também existiu a tentativa de minimizar a situação, objetivando facilitar o retorno do agressor. Foi anunciado para seus amigos que ele estava em tratamento, devendo assim ser perdoado e bem recebido dentro do grupo. A situação do reencontro neste caso foi descrita por S5 da seguinte forma:

Caso 5: *“No dia que ele chegou parece, eu tava brincando com os meus amigos, daí quando eu vi ele né, eu continuei brincando, nem olhei pra cara dele, fiquei brincando com meus amigos e com as minhas amigas (...). Me assustei e fiquei brincando só aqui (...).”*  
(3229-3237)

Decorrente dessas situações de aproximação, sentimentos mistos e reações familiares foram desencadeados. No Caso 5, as atividades do menino que envolviam buscar leite e pão no armazém ou ainda períodos de lazer em que se divertia andando de bicicleta passaram a ser restringidos ou controlados. O prejuízo para o menino foi observado também por I1.5, que descreveu o recrudescimento de episódios nos quais experienciava medo. No Caso 2, além do sentimento de medo, uma sensação de desconforto geral e ansiedade foi descrita:

Caso 2: *“Ah, eu não sei dizer, eu me sinto todo mal perto dele. (...) eu não gosto nem de ficar onde ele fica, eu já saio pra... senão qualquer coisinha eu já tô brigando com os meus irmãos, eu fico nervoso quando eu vejo ele perto de mim.”* (2030-2041)

Distintamente destes dois casos, onde havia a tentativa de evitar o agressor, S1 apresentou o comportamento oposto. Como não soube identificar precisamente o agressor, passou a tentar reconhecê-lo quando andava pela rua, motivado pela promessa dos tios que afirmaram que o matariam tão logo conseguissem encontrá-lo.

Caso 1: *“Quando eu passo perto do colégio eu... como é que eu digo mesmo, eu me esforço para reconhecer a pessoa, quando eu passo na frente do meu colégio. Aí quando eu passo eu olho assim (...) se eu acho a pessoa, daí se eu não acho, daí depois quando eu vou sair outro dia eu tento ver de novo.”* (1358-1365)

Associados à diversidade de sentimentos experienciados (aspectos afetivos referentes à situação vivenciada) também evidenciaram-se conceitos e pensamentos formulados pelos meninos (aspectos cognitivos da experiência). No Caso 1, por exemplo, a situação descrita acima repercutiu na idéia de punição ao agressor.

Caso 1: S1: “(...) *Daí eles falaram que se eu achasse era para mim falar para eles que iam matar.*”

Pesq.: “*Iam matar, e o que tu acha disso?*”

S1: “*Não sei, se ele for para a cadeia ele vai continuar mau.*”

Pesq.: “*Como assim?*”

S1: “*Continuar fazendo a mesma coisa assim. Aí tem que fazer o jeito mesmo que falou.*”

Pesq.: “*De matar?*”

S1: “*Ahã.*” (1380-1392)

Em algumas situações (Casos 1 e 3), os meninos não compreenderam o que estava acontecendo quando foram inicialmente abordados pelo abusador. S3 pensou que se tratava de uma brincadeira, enquanto que S1 mencionou que nunca tinha ouvido falar sobre abuso sexual.

Recordações dos episódios de vitimação evidenciaram-se como pontos centrais no relato dos meninos. Manifestaram-se em quatro casos (1, 2, 3 e 5) sob formas distintas: recordações do abusador e recordações do abuso. Em alguns episódios, as lembranças eram ativadas por alguma associação:

Caso 2: S2: “*Eu não tô triste, mas é que sempre que eu falo eu me lembro de muita coisa.*”

Pesq.: “*Sempre que tu fala de quê, desses assunto, dos apelidos?*”

S2: “*Dos apelidos, de me chamarem de bicha.*”

Pesq.: “*Que coisas tu te lembrás?*”

S2: (*chorando*) “*O que o meu tio fazia comigo e os meus irmãos eles não entendem isso aí.*” (919-929)

Em outros momentos, as recordações assumiam a forma de pensamentos invasivos, ilustrados no seguinte diálogo entre o pesquisador e S5:

Caso 5: Pesq.: “*Atualmente tu ainda pensa no que aconteceu? (S5 confirma) Muitas vezes? O que te faz lembrar?*”

S5: “*Quando eu tô parado.*”

Pesq.: “*Tu te lembra (...) às vezes, é isso?*”

S5: “*Ahã.*” (1351-1355; 1526-1528)

Em contraposição ao processo de recordação, identificou-se o processo de evitação ou tentativa de não abordar a vitimação. A evitação assumiu a forma de silêncios ou desvios para não abordar o tema proposto (Caso 3), ou mesmo como negação do abuso



(Caso 4). No Caso 4, assumia algumas vezes uma forma velada, pois a situação de abuso que era abordada referia-se a episódios de abuso físico, evitando-se a discussão da vitimação sexual. Também os familiares, na interação com os meninos apresentaram este movimento de evitação: *“Inclusive a gente não tocou mais no assunto”* (I1.5).

A situação de abuso sexual provocava, além dos pensamentos e sentimentos, a seguinte pergunta: *“Como que eu tenho lidado com isso?”* (S2). Essa indagação esteve presente para todas as pessoas envolvidas no contexto do abuso e não apenas para as vítimas. As diferentes respostas apontaram então comportamentos e reações utilizadas para lidar com a vitimação. Os meninos experienciaram três situações distintas: durante a vitimação, quando reencontravam o abusador e como lidavam atualmente com o que haviam experienciado anteriormente. Durante a vitimação, os meninos tentavam evitar o contato: *“(...) Eu saio de perto, procuro evitar de ir onde ele vai”* (S2). Em outros momentos, quando não era possível *“evitar”*, o sofrimento resultante do abuso era internalizado, conforme descreveu M1: *“de uma forma geral ficou tudo trancado.”* Quando os meninos reencontraram o agressor - mesmo após a interrupção das situações abusivas, novamente buscaram evitar o contato, mas ao invés de permanecerem com *“tudo trancado”*, conseguiram externalizar a ansiedade e o medo experienciados.

Os familiares, frente à vitimação dos meninos, apresentaram reações semelhantes: evitação associada a tentativas de esquecimento. M4, por exemplo, evitava falar no assunto e P2 levou o filho para uma viagem ao Rio de Janeiro, *“para tirar o guri um pouco do meio ambiente que ele tava.”*

As formas através das quais os meninos procuraram lidar atualmente (no período das entrevistas) apresentaram uma nova perspectiva: o enfrentamento. S1 referiu que ainda não sabia como, mas que iria encontrar uma solução, não permitindo que a vivência traumática atrapalhasse seus planos futuros (ser jogador de futebol e motorista de táxi). S3 salientou que a resolução viria através de conversas (referindo-se à possibilidade de psicoterapia). Para S2, a superação envolvia conceituar o abuso na seguinte perspectiva:

Caso 2: *“É, eu tenho tentado encarar isso aí na real, não é fazer de conta que isso aí não aconteceu, eu tenho que encarar isso aí como se fosse um fato. (...) Como é que eu vou lhe explicar, isso aí aconteceu pra mim, não é uma coisa que aconteceu só pra mim, isso aí é uma coisa que acontece pra qualquer um, eu tenho que encarar isso aí assim. Se eu viver com isso aí: Bah, por que isso aconteceu pra mim? Se eu viver assim eu vou explodir, eu vou ficar*

*agressivo vou brigar com os outros, entendeu?! Daí eu encaro isso aí como se fosse um fato.” (2104-2125)*

Dentro das perspectivas apresentadas pelos familiares, tanto o enfrentamento atual da situação quanto tentativas de esquecimento e evitamento foram contemplados. Como ilustrações de enfrentamento, M1 mandou, em uma oportunidade, um bilhete pedindo que fossem abordadas com o filho estratégias para se defender “*com mais segurança e esperteza quanto ao perigo que o rodeia.*” Tentativas de propiciar maior autonomia ao menino foram descritas por I1.5: “*a gente já faz de propósito pra ele enfrentar a situação*”, referindo-se a passar na frente da casa do vizinho abusador. Como exemplos de tentativas de esquecimento, frases como “*procuro eliminar da mente*”, ou ainda “*como se nada tivesse acontecido*” (Caso 2) foram enfatizadas. O conceito de M4 sobre a vitimação do filho trouxe também o modo como lidou com a situação:

*Caso 4: “(...) Isso aí foi um acidente, digamos, um débil mental que mexeu com ele e tal, mas que aquilo ali é errado e que cada coisa tem a sua hora, então é nesse sentido que procuro conversar com ele. Quer dizer, quando toco nesse assunto, porque procuro até nem tocar, (...) procuro não esticar muito o assunto.” (735-744)*

A vitimação sexual constituiu-se de outros aspectos além das situações descritas anteriormente. O envolvimento no sistema legal, na forma de denúncias e processos, ocorreu na maioria dos casos. Apesar da diversidade de situações, em quatro casos (1, 2, 3 e 5) as famílias realizaram denúncia no Conselho Tutelar, registro da ocorrência na Delegacia de Polícia e exame de corpo delito no Instituto Médico Legal. Devido à própria lentidão do processo legal, comentários como “*até eu tô bem chateada quanto a isso aí, porque foi feita a denúncia e nada*” (I1.5), manifestavam-se comumente.

Abuso sexual na infância não ocorreu isoladamente a outras situações de maus-tratos. Essa afirmação fundamentou-se no próprio relato dos meninos (S1, S4 e S6), que descreveram situações de abuso físico (punições, castigos e espancamentos) perpetrado pelos pais ou responsáveis.

*Caso 1: “Primeiro ela começou a dar soco com o braço, depois ela pegou e deu com o pau, com a ponta do pau assim, daí depois ela botou pimenta na minha boca, daí eu comecei a falar com ela, daí depois ela molhou os meus pés (...).” (1641-1646)*

*Caso 4: “Sabe aquela cinta grossa, ele (pai) dá com aquilo, com aquela cinta. A minha mãe ela me machuca (...). Aquele dia a*

*minha mãe tava dando de toalha em nós (...) só que em mim pegou no olho, nesse olho aqui. Ficou que parecia uma bola de fogo, de tanto vermelho que tava.” (386-400)*

Além do abuso físico, o Caso 4 apresentou outras características agravantes, pois o ambiente em casa era emocionalmente abusivo. A vinculação de S4 com a mãe encontrava-se bastante prejudicada, o pai utilizava cocaína e álcool rotineiramente e o menino, além disso, ficava exposto a cenas de violência entre os pais, que mesmo após a separação agrediam-se mutuamente. O Caso 6 revelou condições ainda mais severas. O menino, ao longo de praticamente todo o seu desenvolvimento, sofreu continuamente abuso físico envolvendo espancamento por parte dos pais (alcoolistas), passando posteriormente por situações de negligência e abuso físico no período em que morou com sua madrinha.

### **Redução fenomenológica**

No processo de considerações existenciais entre *capta* e *data*, revelou-se que o contexto da experiência de abuso envolveu a interação de aspectos constitutivos (expressos na Tabela 2), afetivos, cognitivos e comportamentais. Vários destes aspectos já haviam sido descritos na introdução do presente estudo na forma de revisão de literatura (pré-reflexão). A redução, enquanto uma escolha de partes em um dado contexto, desenvolveu-se nas possibilidades de articulação entre teoria de abuso e experiência do abuso. Em termos fenomenológicos, é no procedimento de redução que a pré-reflexão passa a se constituir em uma consciência da experiência.

Os aspectos constitutivos, apresentados na Tabela 2, coincidiram com alguns itens presentes nas diferentes definições de abuso sexual identificadas na revisão de literatura. Privilegiou-se o conceito de abuso sexual como uma interação de dependência estrutural entre vítima e agressor. Enfatizou-se portanto o aspecto do poder, colocando-se em segundo plano a questão da diferença significativa de idade. Salientou-se ainda a impossibilidade do menino realmente compreender as atividades sexuais nas quais estava envolvido (S3: *“pensava que era uma brincadeira”*). Envolveu-se também atividade sexual entre crianças e irmãos, quando evidenciou-se, por “diferenças nos níveis de desenvolvimento, coerção ou falta de mutualidade”, que uma criança estava tirando vantagem de outra (The Metropolitan Toronto Special Committee on Child Abuse, 1995, p. 3).

Os aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais apresentaram-se nos relatos dos meninos, familiares, professores e monitores, dimensionando o contexto experiencial do abuso. Recente estudo (Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom, & Wells, 1996) investigando reações iniciais de ajustamento emocional e comportamental de crianças (meninos e meninas) sexualmente abusadas, identificou que os aspectos objetivos (denominados acima como aspectos constitutivos) não foram preditivos do ajustamento da criança. O que foi considerado relevante estava relacionado com a avaliação subjetiva que a própria criança realizou sobre o abuso, incluindo dimensões sócio-cognitivas, ambientais, emocionais e comportamentais. Entretanto, o mesmo estudo demonstrou que “a experiência subjetiva da criança do trauma não foi preditiva do seu funcionamento inicial quando avaliada através de qualquer uma das medidas dos pais ou professores” (Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom, & Wells, 1996, p. 122).

A descrição dos sentimentos experienciados evidenciou como temas centrais o medo, tristeza, estigmatização, vergonha, ansiedade, dúvidas quanto a ser “*bicha*”, raiva e ansiedade frente à reaproximação do abusador. Revisando a literatura, Knutson (1995) concluiu que mesmo atos abusivos relativamente menores apresentaram para a vítima uma qualidade aversiva, sendo percebidos negativamente, mesmo que algumas vítimas tenham reconhecido aspectos positivos (como o ganho de afeto ou atenção). Estudando comparativamente dois grupos de homens que sofreram abuso sexual na infância, divididos entre grupo de abusadores e grupo de não abusadores, Briggs e Hawkins (1996) chegaram a conclusões distintas. Neste estudo, 69% dos abusadores afirmaram, em relação às suas próprias experiências como vítimas, que gostavam da atividade sexual e 88% pensavam que era uma experiência normal. No outro grupo (adultos que não se tornaram abusadores), 17% referiram prazer na atividade e 68% consideraram normal, passando a não gostar quando os atos se tornaram violentos, quando sentiram-se enganados ou quando na adolescência tornaram-se conscientes da questão da homofobia. Por exemplo, preocupações homofóbicas (Black & DeBlassie, 1993) constituíram-se no relato dos meninos como preocupação quanto a ser “*bichinha*” ou ainda “*mulherzinha do tio*” (Caso 2).

Embora na descrição os diferentes aspectos afetivos, cognitivos e comportamentais, tenham sido apresentados separadamente com a finalidade de análise, no processo comunicativo constituíram partes integradas de um todo (experiência do abuso). Isolados enquanto significantes, os aspectos cognitivos expressados pelos meninos apresentaram-se sob a forma de recordações, evitação, idéias de punição ao agressor e não compreensão da

situação abusiva. Entretanto, o contexto da experiência (o todo) só pode ser compreendido na articulação entre suas partes, como no relato de pesquisa apresentado por Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom, e Wells (1996). Para estes autores, as crianças que se sentiram traumatizadas pelo abuso sexual (percepção do todo experiencial) e relataram padrões de pensamento intrusivo (aspecto cognitivo), comportamentos de evitação (aspecto comportamental) e ansiedades sexuais, também experienciaram níveis elevados de medo em relação específica ao abuso (aspecto afetivo) e medos em geral.

A forma como os meninos e familiares lidaram com o abuso revelou possibilidades de comportamentos e atitudes como evitação versus enfrentamento e externalização versus internalização. Black e DeBlassie (1993) identificaram que os meninos em idade pré-escolar podem exibir comportamentos entre os extremos do *continuum* introversão-agressão. Na descrição, essas perspectivas refletiram-se entre “*ficou tudo trancado*” (M1) e “*se eu viver assim eu vou explodir*” (S2).

Outros aspectos relevantes referiam-se ao envolvimento com procedimentos de denúncia da situação e a inclusão de outras formas de maus-tratos, especialmente no âmbito familiar. A descrição revelou que relatos como “*aquele dia minha mãe tava dando de toalha*” (S4) ou ainda “*depois ela pegou e deu com o pau*” (S1), foram exemplos de situações de maus-tratos que se repetiam dentro da família. Neste sentido, a proposição de inclusão no DSM-IV de um modelo diagnóstico e classificatório dos distúrbios relacionais (Group for the Advancement of Psychiatry, 1995) seria de grande utilidade na identificação das situações descritas pelos meninos.

Na consideração semiótica entre *capta* e *data*, os diferentes aspectos da experiência de abuso sexual puderam ser reduzidos a uma possibilidade central: prejuízos vivenciais versus prejuízos relacionais. No contexto da experiência de abuso (entendido como sistema de signos), a redução identificou como significante estrutural a reversão entre vivência e relação. Utilizou-se, para tanto, dos significantes contextuais (identificados nas entrevistas transcritas) descritos pelos meninos sobre cada um dos aspectos (afetivo, cognitivo, comportamental) de suas experiências.

Na perspectiva da comunicologia, enquanto a vivência é enfocada, o contexto referido é a relação. Isto significa dizer que os meninos experienciaram o prejuízo vivencial (descrevendo as sensações de medo, por exemplo) tomando como referência o prejuízo relacional (o medo impossibilitava o desempenho normal de suas atividades, S1: “*agora eu não ando mais na rua*”). Reversivamente, o prejuízo relacional era focado

(S2: “*esses dias briguei com todos os meus irmãos*”) enquanto o contexto era o prejuízo vivencial (estigmatização e preocupação quanto a orientação sexual; sentir-se “*bichinha*”).

### **Interpretação fenomenológica**

O processo de considerações existenciais entre *capta* e *data* (descrição) e a articulação de uma estrutura essencial da experiência com a literatura (redução), demandam uma interpretação (terceiro procedimento reflexivo) que ofereça uma nova perspectiva de compreender o fenômeno estudado. Neste sentido, a comunicologia pode ser utilizada como um referencial, uma articulação, que possibilite dialogar com a perspectiva teórica (sincrônica) sem perder de vista a perspectiva dos meninos (diacrônica).

A questão da objetividade e subjetividade novamente entra em foco para facilitar a interpretação de estudos como o de Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom e Wells (1996), que concluíram que “a experiência subjetiva da criança do trauma não foi preditiva do seu funcionamento inicial quando avaliada através de qualquer uma das medidas dos pais ou professores” (p. 126). As medidas, através das quais pais e professores avaliaram “a experiência subjetiva da criança”, consistiam em “checklists” de comportamento, com a ênfase nos amplos escores para problemas de comportamento internalizantes (medroso, inibido) e externalizantes (agressivo, anti-social). O acesso à subjetividade, na perspectiva da comunicologia, requer um processo comunicativo. Na pesquisa com base na fenomenologia, o pesquisador movimenta-se inicialmente a partir da sua experiência para descobrir um fenômeno na consciência (Lanigan, 1994). Num movimento reversivo entre a ordem da experiência (descrita acima) e a ordem de análise, o pesquisador utiliza a lógica da descoberta do fenômeno, onde a consciência do pesquisador do fenômeno é uma medida de observação (Lanigan, 1994). Dessa forma, ao seguir o movimento reversivo entre ordem de experiência e ordem de análise, a evidência produzida no presente estudo consistiu na comunicação intersubjetiva (subjetividade comum a duas ou mais pessoas comunicando-se) entre pesquisador, meninos, pais, professores e monitores. Justifica-se, portanto, que resultados opostos ao estudo de Ligezinska, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom, e Wells (1996) tenham sido descritos. O Caso 2 serviu como um exemplo de confluência de sentido, e portanto de relevância, entre as diferentes perspectivas. O relato do vice-diretor da escola de S2 (“*foi chamado diversas vezes pelo SOE da escola em função do seu envolvimento freqüente em brigas com outros*”).

*colegas*”) descreveu a mesma temática que o pai (P2: “*qualquer coisa para ele é motivo de brigar*”) e o menino (S2: “*uma vez eu quase matei o meu irmão*”).

Buscou-se na comunicologia e em especial na semiologia de Barthes (1971) recursos semióticos para a interpretação das possibilidades expressas na redução. Entretanto, para a compreensão do que será exposto abaixo, é necessário reapresentar os procedimentos anteriormente realizados. Os procedimentos iniciais de análise correspondem a permutações e comparações dos relatos transcritos dos meninos, identificando os significantes (significantes textuais) e compondo assim a descrição, um “texto” ou sistema de signos. A redução refere-se, então ao foco sobre os significantes no sistema de signos. Observa-se que a interpretação focaliza os significados no sistema de signos.

O mesmo recurso é utilizado para compreender as transformações de *data* em *capta*. Inicialmente *data* referia-se ao “texto” bruto, ou seja, o relato original dos meninos. Como resultado da descrição, obteve-se um “texto” (*capta*) articulando as intersubjetividades de cada informante, identificando no processo de significação os seus significantes (significantes contextuais). A redução utilizou-se do segundo texto (denominado de contexto do abuso) para revelar o seu plano de expressão: seus significantes estruturais (prejuízos vivenciais e prejuízos relacionais). A interpretação utilizou-se, portanto, da redução do plano de expressão a seus significantes estruturais, para revelar o significado do contexto de abuso: o plano de conteúdo da experiência. Entenda-se por significantes estruturais aquelas frases tipificadoras da condição existencial da experiência. A significação da experiência de abuso sexual só pode ser compreendida como a ligação entre seus significantes e significados, ato cujo produto é o signo (Barthes, 1971), ou ainda como a relação entre seu plano de expressão e seu plano de conteúdo (percepção).

Na fenomenologia semiótica de Merleau-Ponty, o significante e o significado - assim como os signos, são múltiplos e reversíveis (Lanigan, 1992). Por conseguinte, os sentidos (os signos resultantes do processo de significação) da experiência de ser menino abusado também revelam uma multiplicidade de formas de se relacionarem com o mundo. Se a redução apresentou como significantes (expressão) prejuízos vivenciais e prejuízos relacionais, os significados revelados na interpretação (conteúdo) referem-se àquilo que é “dizível” (Barthes, 1971) ou à “*speakability*” (Lanigan, 1994) da experiência do abuso. Assim como os significantes, também os significados são “*relata*” reversíveis, como no exemplo do Caso 2: sentir-se “*bichinha*” (significado relacionado ao significante prejuízo

vivencial) era foco da consciência enquanto que “*briguei com todos os meus irmãos*” (significado relacionado ao significante prejuízo relacional) era o contexto experiencial.

Como os significados e os significantes são, além de reversíveis, múltiplos, também os signos produzem uma multiplicidade de sentidos ou relações com o mundo, com os outros e consigo mesmo. A interpretação revelou que o contexto do abuso é experienciado pelos meninos na forma de prejuízos nas múltiplas relações afetivo-cognitivo-comportamentais que o menino estabelece com o mundo: prejuízos vivenciais (relação consigo mesmo) e prejuízos relacionais (relação com os outros).

### 3.2.2 Contexto da revelação

#### **Descrição fenomenológica**

A descrição fenomenológica organizou-se em torno da seguinte pergunta: O que constituiu o contexto de revelação do abuso? Na tentativa de responder a essa pergunta, buscou-se nas articulações entre os discursos (relatos transcritos) dos meninos e seus familiares a estruturação de um contexto compreensivo. Tanto a perspectiva dos meninos quanto a de seus familiares foram relevantes para reconstruir a dialética presente entre segredo e revelação.

A revelação não foi uma escolha do menino sexualmente vitimado. Essa afirmação inicial sustenta-se na constatação de que foram os familiares dos meninos que tomaram conhecimento, através de outras pessoas como vizinhos e parentes, ou então observaram sinais que indicavam alguma anormalidade. Sinais mais evidentes (sangramento anal) logo foram associados à provável situação abusiva e desencadearam a conversa que resultou na revelação (como no Caso 1). Sinais menos evidentes tais como dores no corpo, criança apresentando-se quieta e assustada (S4) levantaram suspeitas, mas ou eram posteriormente desconsideradas (S2) ou necessitaram de mais observações até que fosse descoberto o abuso.

Após a descoberta ou confirmação das suspeitas, os familiares procuraram abordar junto aos meninos o que havia ocorrido. Frente a esta abordagem, os meninos reagiram de diferentes formas, tais como falar diretamente com a mãe (S2) ou apresentar maior resistência ao falar sobre o abuso (S1, S4 e S5). Em algumas situações, a revelação do abuso ficou restrita à parte da família (Caso 5), pois existia medo da reação dos irmãos. A interação entre revelação e segredo apresentou diferentes níveis. Na perspectiva dos familiares existia a percepção de que algo estava errado, mas o filho insistia em não contar, como descreve P2:



Caso 2: *“Eu já sabia que alguma coisa tava acontecendo com ele, só que eu não sabia o que era, eu perguntava pra ele e ele não me contava. Eu também notava às vezes... Uma vez ele chegou todo assim, o corpo dolorido, sei lá, não podia nem se mexer nas costas. Eu perguntei para ele o que ele tinha e ele: Nada pai, me machuquei correndo e tal.”* (159-169)

Além disso, na interação entre familiares e meninos, existia o medo de apanhar do próprio pai. Por exemplo, S3 inicialmente não contou pois *“pensava que era uma brincadeira.”* Quando percebeu o que estava acontecendo, pensou em contar para uma tia e não revelar para seu pai, pois tinha medo de apanhar e medo do *“que eles iam falar, por que não contou antes.”* Outro aspecto relevante que impedia a revelação refere-se a considerar as consequências que a descoberta da vitimação, por parte dos pais, poderia trazer. Conforme nos descreve S1:

Caso 1: *“Eu não contei porque eu sabia que ia dar um bolo, daí ela não queria que eu fosse mais a aula, mas eu não queria ficar sem ir à aula.”* (936-939)

Observe-se que, neste caso, sua avaliação foi bastante acurada, pois M1 proibiu-lhe de continuar indo a escola. Além de consequências como a restrição, existiram outras como o medo de ser desvalorizado. Temor tão grande que conseguiu impedir que se manifestasse até mesmo um sofrimento tão intenso quanto este que S2 nos conta:

Caso 2: *“Eu procurava disfarçar o máximo que eu pudesse, porque eu tinha, sei lá, medo de que as pessoas me desprezassem, não gostassem de mim, aí eu procurava disfarçar, tratava ele bem, disfarçava... Mas às vezes eu acordava de madrugada, começava a chorar e os meus irmãos acordavam às vezes e perguntavam por que eu tava chorando e era difícil dar uma desculpa para eles que eles sempre desconfiavam.”* (2198-2209)

Assim como no caso anterior, novamente a avaliação do menino estava correta: S2 passou a ser rechaçado e a ser alvo de gozações dentro da sua própria casa.

Além do medo a reação dos pais e a reação de outras pessoas, outro fator contribuiu para a manutenção do segredo: o medo da reação do abusador. No Caso 1, o menino ficou com tanto medo de que o abusador permanecesse ao redor da escola após ter cometido o abuso que retornou para a sala de aula e permaneceu em silêncio apesar da dor física. Silêncio este que, vale lembrar, se prolongou por um mês. Identificou-se no relato dos

meninos que ameaças de pelo menos dois tipos foram utilizadas para acobertar o abuso. A ameaça mais óbvia foi a de agressão física, do tipo descrito por S1: *“Tu não fala nada pra ninguém senão eu vou te quebrar.”* Entretanto outro tipo de ameaça também era feita: a ameaça da revelação, de mecanismo mais sutil e eficaz.

Caso 2: *“Se eu não fosse, no outro dia ele dizia que ia contar para o pai, para a mãe e ia dizer que era eu que gostava de fazer isso, não sei o que... e eu tinha medo e vergonha de que acontecesse isso.”* (2150-2156)

Caso 5: I1.5: *“Ai eu disse pra ele: Tá, mas tu gostou? O que foi que voltou a sair com ele de novo, que voltou a procurar ele, de aceitar sair com ele de novo? Ai ele (S5) disse que não: Que se eu não fosse ele ia procurar a mãe e dizer que eu é que tinha ido atrás dele.”* (3840-3847)

Frente ao descobrimento do abuso, as reações que os pais ou responsáveis adotaram, apesar de variadas, mantiveram uma estrutura. O sentimento inicial foi de pânico (M1: *“Aí me apavorei.”*), seguido de tristeza e choro (P2: *“Começou a chorar (M2) e eu chorei com ela.”*). Medidas protetoras foram tomadas em alguns casos, como o imediato afastamento do abusador de dentro da casa (Caso 4) ou do convívio familiar (Caso 3). Entretanto, manifestaram-se posições divididas dentro da família entre afastar o abusador ou responsabilizar o menino, expressas no relato de P2:

Caso 2: *“(...) Uns falavam assim: Se é que é verdade, ele (abusador) tem que pagar pelo erro. E outros já falavam: Mas quem sabe se não foi o menino que quis...”* (563-568)

Em algumas situações (Casos 4 e 5), procurou-se conversar uma única vez sobre o episódio, optando-se posteriormente por não mais abordar o assunto. Em uma perspectiva oposta, o menino passava por uma espécie de interrogatório no qual ocorria *“pergunta em cima de pergunta”* (M1), ou o envolvimento de todos os familiares no processo. Episódios com ameaças de agressão verbal (M2: *“aí chegou uma hora que eu disse: se tu não falar eu vou te xingar”*) e agressão física (Caso 4) também estiveram presentes. A revelação envolveu ainda levar o menino para confrontar o abusador (Caso 5) e ameaças de matar o agressor (Caso 1).

### **Redução fenomenológica**

A redução do contexto de revelação desenvolveu-se sobre as considerações semióticas entre *capta* e *data* (Lanigan, 1994). Conforme demonstrado na redução do contexto anterior, o foco é orientado aos significantes no sistema de signos (contexto da revelação). A descrição indicou que a revelação, em um primeiro momento, não foi uma escolha dos meninos. Recente artigo revisando estudos epidemiológicos em 21 países, apontou que “somente metade das vítimas revelaram suas experiências para alguém” (Finkelhor, 1994, p. 411). O referido estudo trazia dados mistos sobre meninos e meninas sexualmente abusados.

A literatura revisada na introdução demonstrou que o processo de revelação do abuso para meninos apresentou um quadro mais complexo, pois envolvia questões como o medo da homossexualidade, respostas emocionais diferenciadas, atribuição da culpa ao menino, dificuldade em perceber indicadores de abuso pertinentes a meninos e negação do abuso, seja ele cometido por mulheres, pelo pai ou por outras crianças (Watkins & Bentovim, 1992). Estudos recentes (Briggs & Hawkins, 1996) demonstraram ainda outras características que dificultam que os meninos revelem o abuso: a) culpam a si mesmo pelo que aconteceu; b) sentem medo da estigmatização; c) condicionam-se ao papel sexual do homem; d) tendem a apresentar uma definição de abuso “que não inclui o que aconteceu com eles”.

A descrição revelou um texto (sistema de signos) que através de recortes e comutações (Barthes, 1971) no procedimento redutivo apontou para uma estrutura significativa. A estrutura do contexto da revelação é o dilema experienciado pelos meninos e familiares entre os significantes revelar e não revelar o abuso sexual. O dilema revelar/não revelar era experienciado inicialmente pelos meninos, que avaliavam as possíveis conseqüências da revelação: medo de apanhar (S3); “*sabia que ia dar bolo*” (S1); “*medo de que eles me desprezassem*” (S2); medo da reação do abusador, que poderia ser agressão física, ou “*dizer que eu é que tinha ido atrás*” (S5). Também os familiares experienciaram o mesmo dilema, pois a revelação ou era restrita à parte da família (Caso 5) ou envolvia todos os familiares (Caso 1); ou procurava-se conversar uma única vez (Casos 4 e 5) ou realizava-se interrogatório com “*pergunta em cima de pergunta*” (M1).

A redução aos significantes indicou dois processos de significação paradoxais entre o contexto do abuso e o contexto da revelação. O primeiro paradoxo é que o dilema experienciado entre revelar e não revelar a situação de abuso trouxe como conseqüência para o menino a perspectiva de novos abusos, como a ameaça de agressão verbal (M1: “*se tu não contar eu vou te xingar*”) e agressão física (Caso 4). O segundo paradoxo é que o

abuso era mantido - não sendo portanto revelado - sob a ameaça da revelação (S2: “*se eu não fosse, no outro dia ele dizia que ia contar*”).

O dilema experienciado pelos meninos e familiares, enquanto presença no sistema de signos, apontou para o dilema experienciado por professores e outros profissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais ou pessoas que trabalhem na atenção à criança), na condição semiótica de ausência no sistema de signos. Assim como os pais e meninos, também outras pessoas envolvidas no contexto do abuso vivenciam a mesma estrutura experiencial entre revelar/não revelar o abuso sob a forma de denunciar ou não denunciar a vitimação observada. Embora ausente do contexto descrito no presente estudo, o dilema experienciado pelos profissionais manifestou-se como presença na literatura (para uma melhor discussão do tema, recomenda-se os trabalhos de Davey & Hill, 1995; Kalichman, 1993; Reiniger, Robison, & McHugh, 1995).

### **Interpretação fenomenológica**

O procedimento interpretativo ocorreu sobre as considerações hermenêuticas entre *capta* e *data* (Lanigan, 1994), focalizando-se o significado. A redução indicou que os significantes, no sistema de signos (contexto da revelação), são expressos pelo dilema revelar/ não revelar. Indicou ainda que situações paradoxais ocorreram dentro desta mesma estrutura. Finalmente, a redução apontou, em contraste com a presença dos meninos e familiares, a ausência de outros que também experienciam o mesmo dilema.

Se a interpretação do contexto anterior enfocou as possibilidades reversivas do significado em relação ao significante na produção do signo, a interpretação do contexto atual enfocou as possibilidades reversivas entre percepção e expressão. Como visto anteriormente, Lanigan (1988) propôs que reversibilidade, enquanto sistema de código mínimo para a comunicação, relaciona-se às possibilidades de câmbio entre percepção e expressão. As possibilidades reversivas envolvem o processo de comunicação que é intrapessoal (sentido pessoal; relação consigo mesmo) e interpessoal (sentido compartilhado; relação com o outro). Na fenomenologia de Merleau-Ponty, ao sujeito corporificado é possível a comunicação intersubjetiva pois “vive a separação e união simultânea de percepção e expressão em si mesmo e com os outros” (Lanigan, 1988, p. 47). Portanto, o sentido (signo) manifesta-se na relação de percepção (significado) e expressão (significante) do ato comunicativo (significação) que o sujeito estabelece com o mundo, com os outros e consigo mesmo.

Os significados indicados pela interpretação relacionaram-se ao dilema revelar/não revelar experienciado pelos meninos e familiares. Na perspectiva dos meninos, os significados expressaram-se entre “*eu não contei*” (S1) e “*daí ele (S2) se abriu, ele contou*” (P2). Para os familiares, os significados expressaram-se entre “*a gente não tocou mais no assunto*” (I1.5) e “*ficamos conversando (...) cada qual perguntava mais*” (M1).

Para compreender o sentido é necessário dimensionar o processo de significação em termos da percepção e expressão. Para os meninos e familiares, revelar ou não revelar o abuso para outra pessoa (expressão) relacionava-se com a avaliação (percepção) das conseqüências da revelação. Os relatos (sistema de signos) descritos abaixo exemplificam a interação entre percepção e expressão na relação consigo mesmo e com os outros.

Caso 1: S1: “*Eu não contei (expressão) porque eu sabia que ia dar um bolo (percepção), daí ela não queria que eu fosse mais a aula (dimensão comunicativa interpessoal), mas eu não queria ficar sem ir a aula (dimensão comunicativa intrapessoal).*” (936-939)

Caso 2: S2: “*Eu procurava disfarçar o máximo que eu pudesse (expressão mediada pela percepção de si mesmo), porque eu tinha, sei lá, medo de que as pessoas me desprezassem (percepção mediada pela expressão dos outros), não gostassem de mim, aí eu procurava disfarçar, tratava ele bem, disfarçava... Mas às vezes eu acordava de madrugada, começava a chorar (dimensão comunicativa intrapessoal) e os meus irmãos acordavam às vezes e perguntavam por que eu tava chorando e era difícil dar uma desculpa para eles que eles sempre desconfiavam*” (dimensão comunicativa interpessoal).(2198-2209)

Após a demonstração do ato comunicativo da revelação (significação), desvela-se o seu sentido (signo). A interpretação indicou que o contexto da revelação é experienciado pelos meninos, no seu encontro com o mundo, nas relações comunicativas que estabelecem consigo mesmo (intrapessoais) e com os outros (interpessoais) na forma de possibilidades expressivas e perceptivas: revelar ou não revelar o abuso.

### 3.2.3 Contexto de reações

#### **Descrição fenomenológica**

O contexto das reações apresentou um dilema inicial referente à lógica empregada na descrição. A descrição das reações poderia seguir um modelo de classificação

amplamente utilizado dentro da psicologia clínica, psicopatologia e psiquiatria (Flaherty, Channon & Olson, 1990; Kaplan & Sadock, 1990; Zimmerman, 1994): o exame do estado mental. Delineado de forma a focalizar as reações - conforme proposto pelo DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994) - em termos de sinais (manifestações objetivas, observáveis por um examinador) e sintomas (manifestações subjetivas de condições patológicas, relatadas pelo sujeito afetado), o exame, além do seu alcance descritivo, também poderia ser apropriado para formulações dinâmicas que possibilitassem compreender o funcionamento mental dos indivíduos avaliados (Gabbard, 1994). Brevemente descrito, o exame envolve as seguintes áreas: aparência, motor, fala, afeto (humor), processos de pensamento (forma, conteúdo, capacidade de abstração), percepção, cognição (consciência, orientação, memória, funcionamento intelectual).

O emprego deste procedimento responderia a pergunta: “Quais são as reações?”, pois ofereceria como evidência (*data*) uma extensa lista de sinais e sintomas. Entretanto, a consideração existencial (o “como?”) não seria contemplada. Ou seja, a forma através da qual o sujeito expressa as reações na sua relação com os outros e consigo mesmo no mundo, não seria revelada na descrição. Optou-se, então, por tomar como evidência as descrições que os meninos ofereceram sobre as diferentes manifestações experienciadas após o abuso. Ao invés de uma listagem de sinais e sintomas - que propõe a dicotomia entre sujeito e objeto - o que se evidenciou foi justamente a linguagem (verbal e gestual) reversivamente expressa e percebida pelos meninos e pelos outros (familiares, professores, monitores e pesquisador) no processo comunicativo.

Os meninos sexualmente abusados apresentaram grande variedade de reações. Pelo seu significado para o estudo, destacaram-se algumas manifestações relacionadas com a sexualidade. Confusão e dúvidas, ou mesmo o medo de ser “*bicha*”, ou sentir-se “*diferente*” e “*rejeitado*”, eram experienciados pelos meninos após o abuso: “*eu me sinto bicha porque isso aconteceu e eles mexem comigo*” (S2). Refletia-se, por exemplo, em uma preocupação com os brinquedos.

Caso 5: “*Eu não conto pros meus colegas isto, se não eles me chamam de bichinha. Só porque eu brinco de bonecas.*” (2450-453)

A preocupação de que os outros percebessem suas dúvidas foi uma questão central para os meninos. Na infância, o medo referia-se à possibilidade dos colegas perceberem estas dúvidas através dos brinquedos. Já na adolescência, a preocupação referia-se às relações (ou a ausência de) com mulheres.

Caso 2: *“Eu sempre me atrapalhei na escola, porque às vezes eu escutava meus colegas conversando sobre namoradas e isso sempre me vinha na hora (...).”*

Pesq.: *“Quando os teus colegas vinham falar de namoradas?!”*

S2: *“É, quando eu via eles comentando sobre as garotas, aí ele me vinha, às vezes sem ouvir os comentários eu já escutava, às vezes eu tinha até medo de eles descobrirem. (...) Sei lá, eu me sentia diferente deles.”*

Pesq.: *“Diferente... diferente assim em que sentido, S2?”*

S2: *“Diferente assim que eu ficava sempre quieto, não gostava muito de conversar com eles pra não deixar furo, eu me sentia diferente porque eu me sentia preso para conversar com eles.”*  
(permanece em silêncio)

Pesq.: *“E hoje em dia, tu ainda sente essa diferença entre tu e os teus colegas?”*

S2: *“Ainda sinto.”* (2261-2297)

Os familiares, por sua vez, referiam-se ao *“medo de que ele fique bicha”* (M1), como uma decorrência da vitimação e da estigmatização, conforme exemplificado por P2:

Caso 2: *“E aí começam a praticar porque acha que é bicha, aquela coisa toda, tão chamando que é e acaba sendo mesmo.”* (555-558)

Brincadeiras com preservativos masculinos, brincadeiras com bonecos e jogos sexuais com outros meninos ocorreram nos Casos 4, 5 e 6. O relato do pesquisador sobre a observação de uma brincadeira de S6 com bonecos exemplificou essa situação:

Caso 6: (Pesq.): *“Inicialmente sua brincadeira consistia em tirar o vestido da boneca, fazer com que ela dançasse - verbalizando: Tá dançando pelada tio! - e depois brincar de namorado. Brincar de namorado envolvia colocar a boneca deitada de bruços em posição de coito anal e depois colocar o homem por cima. Após o namoro, os bonecos iam dormir. Dormir significava colocar os bonecos aos pares, um deitado sobre o outro.”* (1504-1514)

As brincadeiras e jogos sexuais evoluíram, no Caso 6, para situações nas quais o menino iniciava a requisitar contato sexual com outros meninos e adolescentes, posteriormente sendo abusado (revitimado; sofrendo novos episódios de abuso sexual) pelos mesmos.

Caso 6: (Monitora:) “(...) *Ele também tem isso de se oferecer. Ele se esfrega muito nos guris maiores, procurando sentar no colo desses guris. (...) Posteriormente, convida-os para ir ao banheiro ou para o mato, sendo penetrado por eles. Algumas vezes mantém essas relações em troca de brinquedos, mas em outras situações não pede nada em troca. Geralmente procura meninos maiores de 12 anos e a relação inicia comumente com jogos sexuais.*” (623-624; 1262-1265; 1453-1461)

Após a vitimação sexual, ocorreram episódios, como no Caso 4, nos quais o menino passou a abusar de outras crianças. Inicialmente S4 abusou de um dos seus irmãos (I2.4) e posteriormente tentou repetir o abuso com uma coleguinha de creche, não conseguindo penetrá-la. Procurando entender o comportamento abusivo do filho e relacionando-o com a vitimação, M4 relatou que “*foi o cara que ensinou isso para a criança.*”

Situações de vitimação sexual e de abuso físico foram descritas conjuntamente. No Caso 4, além dessa associação, a reversão entre as posições de agressor e vítima foram reveladas na perspectiva do menino. Na terceira entrevista individual (06/12/95), após o intervalo de um mês sem contato, S4 iniciou comentando sobre um desenho representando sua família no Natal. Conversamos sobre como estava a situação atual na sua casa. S4 passou então a verbalizar queixas nas quais a mãe não atendia seus desejos (“*eu peço pra minha mãe montar uma piscina lá e ela não monta*”) e reclamações sobre o irmão (“*eu tinha uma bicileta, mas o I2.4 estourou os dois pneus*”). Também descreveu episódios nos quais acabava sendo considerado responsável por coisas que aconteciam, resultando em apanhar da mãe. Relatou, a seguir, episódios semelhantes que ocorreram na creche, colocando-se como vítima da situação, pois a tia da creche, assim como a mãe, não acreditou nele:

Caso 4: S4: “*Às vezes ela me dá em mim.*”

Pesq.: “*E por que ela dá em ti?*”

S4: “*Um dia o I1.4 comeu cinco salsichas de uma panela que sobrou, né... Eu tava até dormindo. Aí quando a minha mãe acordou, o I1.5 bem assim: Mãe, o S4 comeu as cinco salsichas tuas que tavam lá. Minha mãe me deu de cinto.*”

Pesq.: “*É uma situação na qual tu acaba levando a culpa, né?!*”



S4: *“Ahã, lá na creche é a mesma coisa. Todo dia. Tem um guri lá na creche, ele dá em todo mundo. Ele dá até nos nenê. Um dia ele pegou um pau com a ponta do prego e deu no pé do meu amigo lá da creche. O gringo falou que fui eu e eu fiquei no castigo até a hora da mãe chegar.”* (1310-1353)

S4 seguiu relatando ainda outros episódios nos quais repetia-se a mesma interação (*“e a minha mãe ficou braba comigo”*) com o mesmo resultado: *“minha mãe deu em mim.”* A situação descrita foi relacionada com os episódios nos quais sofrera abuso da seguinte forma: *“eu acho também que foi uma situação na qual tu acabaste sofrendo alguma coisa ruim sem ter tido alguma responsabilidade, sem ser culpa tua”* (Pesq.).

Como resposta ao comentário, S4 referiu que era *“desse tamanhinho assim”* na época em que aconteceu o abuso (agressão sexual). Comentou a seguir sobre a punição ao agressor e sobre episódios nos quais ele manifestou comportamentos agressivos como uma forma de defesa.

Caso 4: *“O meu pai botou ele lá na polícia. Ele ficou 150 anos na cadeia. E lá no colégio eu dou nos meus colegas porque eles sempre ficam dando de pau e soco na minha barriga.”* (1414-1420)

Posteriormente, continuou descrevendo episódios nos quais lhe atribuíram a culpa e ainda outras situações nas quais colegas roubaram seu material escolar (*“minha mãe todo o dia pensa que eu boto fora”*) ou então comeram o seu lanche.

Além dos exemplos descritos por S4, onde a posição de vítima alternava com a de agressor, uma outra perspectiva foi descrita por S5. Isoladamente, manifestar um comportamento como vítima evidenciou-se também em situações nas quais o menino mostrou-se *“fragilizado”*. Na escola, a fragilização manifestava-se no relato de materiais que os colegas roubavam, ou ainda quando apanhava de outros colegas:

Caso 5: *“Agora um guri tava lá no colégio hoje, um guri veio e me deu um chutão. Mas eu tenho um colega maior que ele, mandei meu colega atrás. Não, eu não mandei atrás, eu mandei o meu colega me cuidar, ele não me cuidou muito bem, foi brincar.”* (474-480)

Os mesmos acontecimentos repetiam-se fora da escola, quando S5 apanhava de outros meninos e meninas com os quais brincava. Nestes momentos, acabava por recorrer a sua irmã ou outras pessoas que pudessem lhe proteger.

Decorrente da vitimação sexual, identificou-se a presença de doença sexualmente transmissível (Caso 5; condiloma anal). A dor física provocada pela lesão “na bunda” associou-se ao transtorno que o próprio tratamento acarretava, conforme descrito por M1:

Caso 1: *“Quer dizer que ele já baixou a calça três vezes com vergonha e ainda a cauterização ficou marcada para amanhã, porque a única doutora que faz é amanhã e mesmo assim a moça que marcou já para amanhã às dez horas disse assim que pode ser que ela não faça, mas é que todos os médicos que viram ele tão dizendo que tem que fazer urgente.”* (264-272)

Além dessas manifestações relacionadas à sexualidade, o envolvimento em brigas evidenciou-se como um fator central em diversos casos (1, 2, 4 e 5). As brigas ocorriam com colegas (“a gente briga no recreio”), com amigos (“eu peguei e dei um chute”) ou com irmãos (“sentem muito ciúmes”; “inclusive (...) bate no irmão dele”). Episódios de agressão ocorreram em outros contextos: “agredindo pessoas e causando danos à propriedade” (Caso 6). O envolvimento em pequenos furtos e fugas de casa também foram descritos no Caso 6. Mas nem sempre o comportamento agressivo ou destrutivo dirigia-se para outras pessoas, podendo estar direcionado para os próprios objetos: “eu não cuido nem dos meus brinquedos” (S5).

Na perspectiva dos pais, esses comportamentos estavam associados com a dificuldade do menino assumir seus atos ou medir as consequências dos mesmos, ou ainda entender a perspectiva do outro. A utilização de mentiras também era freqüente.

Caso 4: *“Faz alguma coisa e jura de pés juntos que não fez (...). Noto que mente até por besteiras, não assume nunca a parte dele.”* (766-768; 1119-1121)

Caso 2: *“(...) É como ele quer e não adianta querer fazer de outra maneira que tem que ser daquele jeito.(...) Quando ele tem que fazer uma coisa, ele faz e não mede esforço, entendeu... Não mede as conseqüências, ele faz e depois quando eu falo pra ele, ele não responde.”* (254-257; 428-435)

Comportar-se como uma criança menor foi outra das queixas verbalizadas pelos pais, especialmente quando comparavam o menino com outros irmãos: “tipo assim, não mais idade, mais responsabilidade”.

Caso 2: *“Ele inclusive tem horas assim que dá a impressão de que ele é uma criança assim de três anos porque... a minha menina de*

*três anos, o outro de dois anos e às vezes ele se compara, vamos dizer assim, com eles.” (229-234)*

Por sua vez, os meninos (S1 e S5) manifestaram episódios de enurese: *“é a segunda vez que eu mijo na cama (...) minha tia falou que é de nervoso”* (S1). Além disso, condutas como *“mania de chupar o dedo”* (S6) ou *“quando vou para o colégio eu quase que choro né, porque eu sinto saudade dela (mãe)”* (S5) intensificaram-se após o abuso. S5 continuava a chupar bico (*“eu chupo, eu cheiro”*) e tomar mamadeira (*“eu gosto (...) não vai dizer pra ninguém”*).

Reações de medo evidenciaram-se no relato dos meninos sob vários aspectos. Para alguns meninos (S3e S4), o medo não apresentava um conteúdo específico: *“era um medo geral.”* Mas em outros casos, manifestava-se como *“medos do escuro e medo de ficar sozinho”* (S5), ou um estado de alerta:

Caso 2: S2: *“Medo eu não tenho, mas eu levo susto quase todo dia, toda hora, tô sempre levando susto (...)”*

Pesq.: *“Como se tu tivesse sempre...”*

S2: *“Com medo!”*

Pesq.: *“Com medo... sempre assim correndo algum perigo?”*

S2: *“Fico em alerta assim em algum lugar que eu não conheço, que eu não conhecia, com pessoas que eu não conheço (...).” (835-853)*

O menino apresentar-se *“nervoso e agitado”*(Caso 5), com o *“sono muito leve”*, não conseguindo *“relaxar”*, foram reações comuns ao *“estado de alerta”*. Dificuldades para dormir também foram identificadas (*“vou dormir quando já tá amanhecendo o dia”*) conjuntamente com a presença de pesadelos. Estimulou-se a verbalização do conteúdo: *“Tu te lembraria de algum para me contar?”*

Caso 2: S2: *“Teve um que eu sonhei que a cama tava me segurando e eu queria acordar e não conseguia. Tava tudo escuro e a cama me puxava e eu queria sair do escuro (...).” (819-823)*

Caso 5: S5: *“Foi ruim, eu nem me lembro. (...) Por causa do (nome do abusador), por causa dele.”*

Pesq.: *“Ele aparece no pesadelo? (...) De que jeito ele aparece?”*

S5: *“Não me lembro... Deixa eu ver se eu me lembro... a mesma coisa que ele fez comigo!” (3347-3366)*

Ainda outra característica relevante foi a desatenção, expressa através do comentário de familiares: “*não anda ligado, vive flutuando*” (M4), “*parece que tá mais aéreo*” (M1). A mesma característica também foi percebida em sala de aula, conforme demonstra o bilhete da professora de S5: “*É muito distraído e conversa demais, não encerra as atividades e demora demais*”. A percepção do menino foi expressa no seguinte trecho da entrevista:

Caso 5: Pesq.: “*O que acontece que tu demora tanto?*”

S5: “*É que eu fico meio... meio despercebido, né. Parece que eu não tô fazendo as coisas e eu fico só olhando pra outra pessoa, meus colegas.*”

Pesq.: “*Mas tu sempre foi assim, ou isso é de agora?*”

S5: “*Eu acho que é de agora. Porque eu nunca fui assim na primeira. Parece que não tô fazendo nada.*” (1599-1622)

Entretanto, a falta de atenção foi apenas a descrição inicial de uma situação mais complexa. A perda de orientação em relação ao espaço foi relatada por I1.5: “*ele de repente não sabia mais onde era a sua sala de aula*”. Caracterizaram-se também episódios de perda de orientação em relação ao tempo nos Casos 3, 5 e 6. Por exemplo, S6 comentava o acidente do irmão (I1.6 quebrou a perna em 1994 quando pulou da janela em uma tentativa de fuga) como se fosse uma novidade. Ocorreram também situações nas quais o menino (S5) apresentava dificuldades em reconhecer os outros (“*não reconhecia mais os colegas antigos*”); mas também não era reconhecido pelos outros: “*parece assim que tem duas personalidades*” (M4).

Na perspectiva do menino, o que foi descrito acima refletia em sentir-se “*tonto*”:

Caso 5: S5: “*Na primeira até que eu ia sozinho e voltava, mas agora que eu tô meio tonto da cabeça eu posso até me perder.*”

Pesq.: “*O que é isso de estar meio tonto da cabeça?*”

S5: “*É quando eu não tô num lugar eu vou pelo outro lugar. (...) É quando eu... tem horas que eu não... mais quando eu tô estudando, tô fazendo esse desenho. Daqui um pouco eu paro e fico pensando, mas não sei o que eu penso. Esqueço do desenho e fico pensando (...).*” (378-389; 407-417)

Sentimentos de “*tristeza*” foram descritos em alguns casos (2 e 4). No Caso 2, a “*tristeza*” foi percebida após a revelação do abuso. Comentários dos meninos também revelaram sentimentos de desvalorização em relação às suas capacidades (“*eu não sei*

*desenhar muito bem*”) ou a si mesmo: “*gordo, alto, feio*” (S3); “*eu sou louco*” (S5). Entretanto a desvalorização de si mesmo atingiu proporções maiores, como nos relatou S2:

Caso 2: “(...) *E para eles eu não sou irmão deles, eu sou é empregado, querem que eu faça tudo para eles!*” (937-939)

Os meninos exibiram também passividade: “*está muito manhoso e passivo, não toma atitudes em relação a nada*” (M4). Esta passividade aparecia como reação prolongada de silêncio frente a críticas, como no Caso 3, ou ainda na interação com outros meninos, conforme descrito pela monitora de S6:

Caso 6: “*S6 é constantemente desrespeitado por outros meninos e nessas situações permanece passivo. (...) Um menino urinou na boca de S6 e ele apenas permaneceu rindo.*” (1462-1467)

Entre outras reações, o aumento excessivo de peso foi descrito em um caso: S3 engordou dez quilos após o episódio do abuso. A preocupação com limpeza manifestou-se em dois meninos através de queixas quanto à sujeira em casa (S2) e quanto aos tênis (S5). Queixas quanto a dores no corpo (no nariz, olhos e nos pés) evidenciaram-se no relato de S1.

### **Redução fenomenológica**

A descrição do contexto de reações indicou diversas manifestações que os meninos expressaram após o contexto do abuso e revelação. Considerando que o problema da pesquisa refere-se a identificar aspectos que poderiam contribuir para a manifestação do comportamento abusivo, a redução delimitou-se às reações apresentadas pelos meninos relacionadas à sexualidade. Ressalta-se, entretanto, que as outras reações reveladas na descrição encontraram sustentação no corpo teórico revisado (Black & DeBlassie, 1993; Briggs & Hawkins, 1996; Johnson, 1988; Katz, 1990; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Knutson, 1995; Schetky, 1990; Watkins & Bentovim, 1992).

A descrição do contexto de reações revelou que confusão e medo quanto à orientação sexual, medo de ser “*bicha*” ou sentir-se “*diferente*” e “*rejeitado*”, eram aspectos comuns aos meninos, assim como o “*medo de que ele fique bicha*” (M1) apresentava-se para os familiares. A literatura sugeriu que confusão quanto à identidade masculina e/ou confusão nos relacionamentos (Johnson, 1992) e confusão quanto à identidade sexual (Watkins & Bentovim, 1992) são experienciados pelos meninos. Observou-se então um equívoco terminológico, pois, como descreveu Shively e DeCecco (citado em Gonsiorek, Bera, & LeTourneau, 1994), a identidade sexual constitui-se em: a)

sexo biológico; b) identidade de gênero; c) papel sexual social e d) orientação sexual. O medo de ser “*bicha*” relacionava-se com a possibilidade do menino engajar-se (comportamento sexual) em relações sexuais com outra pessoa do mesmo sexo (orientação sexual).

Brincadeiras com preservativos masculinos, brincadeiras com bonecos e jogos sexuais com outros meninos constituíam a sexualização do comportamento, apontada como uma das reações mais características pela literatura (Black & DeBlassie, 1993; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Knutson, 1995). Também evidenciou-se o conhecimento sexual precoce (Black & De Blassie, 1993).

O comportamento sexualizado evoluiu, como no caso de S6, para situações nas quais o menino requisitava contato sexual com outros meninos e adolescentes convidando-os “*para ir ao banheiro ou para o mato*”, sendo novamente abusado (revitimação). Schetky (1990) identificou a erotização, a sexualização do comportamento e a revitimação como efeitos a longo prazo.

Em uma perspectiva oposta, após a vitimação sexual, ocorreram episódios, como revelado no Caso 4, onde o menino abusou sexualmente de seu irmão e de uma menina na creche. A manifestação de comportamento abusivo após a experiência de abuso sexual foi um fator identificado por diversos autores anteriormente citados. Sobre este aspecto, Knutson (1995) referiu que o achado mais consistente refletido na literatura é a associação da vitimação com algum grau de desajustamento sexual, incluindo a agressão sexual.

Relacionado à vitimação sexual, encontrou-se o abuso físico, como exemplificado pelos casos 4 e 6. A literatura descreve que vitimação física e sexual e relacionamentos familiares disfuncionais são aspectos comuns na história de crianças e adolescentes abusadores (Vizard, Monck & Misch, 1995). A presença de agressão e coerção foram descritos como aspectos que contribuiriam para o menino se tornar um abusador sexual (Knutson, 1995).

A manifestação do comportamento abusivo após a vitimação sexual apresentou diversas perspectivas de explicação na literatura. Em linhas gerais, três contextos teóricos ofereceram possibilidades de compreensão do fenômeno de acordo com a dimensão enfatizada: a) dimensão social, destacando-se a teoria da aprendizagem social e a função da modelagem (Briere & Runtz, 1989; Cantwell, 1988; Davis & Leitenberg, 1987; Katz, 1990; Sermabeikian & Martinez, 1994; Watkins & Bentovim, 1992; Wellman, 1993); b) dimensão intrapsíquica, enfatizando-se a teoria psicanalítica e a identificação com o agressor (Briere & Runtz, 1989; Ellis, Piersma, & Grayson, 1990; Kirschner, Kirschner, &

Rappaport, 1993; Schetky, 1990; Vander Mey, 1988) e c) dimensão evolutiva, destacando-se a teoria sociobiológica (Burgess, Kurland, & Pensky, 1988; Smith, 1988; Wenegrat, 1990).

Cada uma das perspectivas teóricas descritas acima apontou para uma possibilidade de redução do contexto de reações a uma dimensão estrutural: social, psicológica e biológica. A perspectiva da comunicologia ofereceu uma nova possibilidade de redução: a dimensão comunicativa. A descrição, ao oferecer a perspectiva dos meninos, demonstrou que confusão quanto à orientação sexual e comportamento sexualizado são o contexto sob o qual se desenvolveram os significantes: revitimação e comportamento abusivo. Revelados a partir da perspectiva de S6 e S4 (presença), os significantes constituíram-se em possibilidades de comportamento também para outros meninos (ausência).

### **Interpretação fenomenológica**

A comunicologia opera em uma lógica binária que constitui diferenciação de possibilidades por combinação (teoria da comunicação) e não em uma lógica digital, que constitui diferenciação de probabilidades por exclusão (Lanigan, 1992). Conforme sugerido na redução, a comunicologia enquanto teoria não propõe a exclusão das outras perspectivas teóricas, apenas oferece a possibilidade de inclusão da dimensão comunicativa como argumento para a compreensão das reações. Ao conceituar como dimensão o foco na comunicação do sujeito corporificado no mundo, refere como contexto as dimensões sociais, psicológicas e biológicas, oferecendo assim possibilidades de diálogo com as diferentes perspectivas teóricas.

A comunicologia utiliza-se também das possibilidades reversivas entre experiência e consciência para compreender, no contexto comunicativo, tanto a relação entre significantes e significados, como a relação entre expressão e percepção. Merleau-Ponty, no contexto da comunicação, propõe consciência como função significante, experiência como função significada e linguagem como função mediadora na produção de sentidos (relações combinatórias de signos). Desta forma, também a linguagem é a função mediadora e atualizadora entre percepção e expressão no contexto comunicativo inter e intrapessoal. O movimento reversivo entre percepção e expressão indica as possibilidades reversivas entre a experiência e a consciência. A experiência apresenta-se para a consciência enquanto percepção da linguagem (gesto, verbo) de um sujeito corporificado. Reversivamente, a consciência manifesta-se como experiência na forma de uma ação expressiva (comunicativa). Conforme Lanigan (1988) demonstrou, a experiência

consciente é a unidade de sentido mínima na comunicação, pois é redefinida como um ato comunicativo de um corpo situado em determinado ambiente. A fenomenologia existencial indica que a relação entre corpo e sentido é indissociável por conta da intencionalidade: “porque estamos no mundo, nós somos condenados ao sentido” (Merleau-Ponty, 1945/1962, p. XIX). A linguagem (gestual, verbal) é o ato de intencionalidade de um ser-no-mundo, de um sujeito em uma condição existencial definida pelo seu corpo. “A palavra falada é um gesto e o seu sentido, um mundo” (Merleau-Ponty, 1945/1962, p. 184), de forma que é na comunicação com o outro e consigo mesmo que o sujeito expressa e percebe sua condição existencial.

Enquanto a descrição apresentou variadas reações que os meninos manifestavam após o abuso e a revelação, a redução revelou que os significantes no sistema de signos são a revitimação e o comportamento abusivo. Mesmo que não se apresentem para todos os meninos como manifestações, configuram-se como possibilidades de reações. Compreendidos enquanto possibilidades expressivas e perceptivas no sistema de signos (contexto de reações), os significantes (plano de expressão) indicam uma relação indissociável com os significados (plano de conteúdo). Os significados do contexto de reações identificam possibilidades entre “*se oferecer*” (Caso 6) e permanecer “*tentando abusar*” de outras crianças (Caso 4).

A experiência dos meninos sexualmente abusados é definida contextualmente na comunicação das diferentes consciências em suas múltiplas perspectivas. Essa multiplicidade de perspectivas resulta da percepção das diferentes pessoas envolvidas na situação, mas também das diferentes possibilidades reflexivas que o fenômeno (experiência) apresenta para o pesquisador (consciência). As reações de revitimação e comportamento abusivo, são as experiências pelas quais os meninos passaram, mas também são os objetos (comportamentos, linguagem gestual) percebidos na consciência na condição de significados: “*se oferecer*” e permanecer “*tentando abusar*”. A confusão quanto à orientação sexual e o comportamento sexualizado, delimitaram o contexto específico de reações sobre o qual se desenvolveram os significantes. A linguagem - expressada pelos meninos e percebida pelos outros - definiu as possibilidades de compreensão do signo como presença (sentido atualizado), mas também como ausência (sentido potencializado): “o sentido é a comunicação do que é dito e do que não é dito” (Lanigan, 1988, p. 52). A interpretação, utilizando-se das possibilidades de lógica combinatória de signos, revelou que o sentido do contexto de reações é experienciado



pelos meninos na potencialização e atualização de uma relação abusiva com o mundo: consigo mesmo (revitimação) e com os outros (comportamento abusivo).

## CAPÍTULO IV

### CONCLUSÃO

A estrutura do presente estudo corresponde ao próprio procedimento reflexivo da fenomenologia. As considerações teóricas iniciais, baseadas na revisão da literatura, são uma pré-reflexão. A descrição, redução e interpretação dos resultados obtidos a partir das articulações sintático-analíticas entre o relato dos meninos, a teoria de abuso e a comunicologia são em verdade uma tomada de consciência da experiência do abuso. Por fim, a conclusão refere-se diretamente a uma consciência reflexiva, pois elege como foco de atenção não a experiência em si, mas a consciência do pesquisador da experiência de abuso. Os procedimentos reflexivos demonstraram em cada contexto (abuso, revelação e reações) a decodificação de um sentido através das reversões entre significantes e significados. Entretanto, a pesquisa fenomenológica requisitou, através da relação sinérgica, mais uma reflexão.

#### 4.1 Descrição, redução e interpretação finais

##### **Descrição fenomenológica**

Os resultados deste estudo ofereceram ainda mais possibilidades reflexivas. Por exemplo, ao tomarmos os resultados obtidos na descrição, redução e interpretação dos contextos como a descrição atual da experiência do abuso sexual, partimos para um novo ciclo interpretativo. A descrição revelou, inicialmente, que o contexto do abuso é experienciado pelos meninos na forma de prejuízos nas múltiplas relações afetivo-cognitivo-comportamentais que estabelecem com o mundo: prejuízos vivenciais (relação consigo mesmo) e prejuízos relacionais (relação com os outros). Indicou também que o contexto da revelação é experienciado pelos meninos, no seu encontro com o mundo, como relações comunicativas que estabelecem consigo mesmo (intrapessoais) e com os outros (interpessoais), na forma de possibilidades expressivas e perceptivas: revelar ou não revelar o abuso. Finalmente revelou que o sentido do contexto de reações é experienciado pelos meninos na potencialização e atualização de uma relação abusiva com o mundo: consigo mesmo (revitimação) e com os outros (comportamento abusivo).

##### **Redução fenomenológica**

Se a descrição foi caracterizada como uma pré-reflexão, a redução pode ser conceituada como uma consciência da experiência. A redução fenomenológica revelou a estrutura da experiência do abuso sexual para os meninos através do foco sobre os seus significantes, mas a compreensão da estrutura demandou a utilização de recursos teóricos da comunicologia (articulados como uma estrutura subjacente). A experiência de abuso decomposta artificialmente em diferentes contextos nos procedimentos reflexivos anteriores pode ser reconstituída com a ajuda de uma representação ou cartografia do sentido (Figura 1)

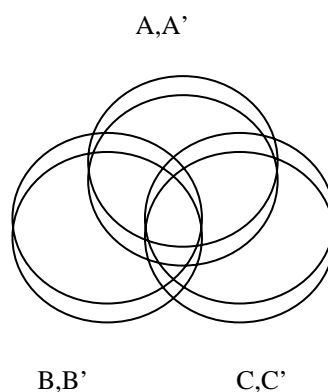


Figura 1  
Relação de Sentido da Experiência do Abuso

- 
- A) prejuízos vivenciais e prejuízos relacionais; A') significante e significado  
 B) revelar e não revelar; B') expressão e percepção  
 C) revitimação e comportamento abusivo; C') experiência e consciência

A Figura 1 facilita a identificação das interações entre os contextos, suas estruturas significantes e estruturas teóricas em uma perspectiva da comunicologia. No contexto do abuso, o foco volta-se aos significantes (prejuízos vivenciais e relacionais), mas são expressos e percebidos na consciência enquanto as experiências de revelação e reações são contextos referenciais. No sistema de signos do contexto da revelação, elege-se o dilema revelar e não revelar como foco da consciência, mas são os prejuízos (vivenciais e relacionais) e as reações o seu substrato experiencial. No contexto das reações, os significantes, enquanto potencialidades de revitimação e comportamento abusivo são objetos da consciência do pesquisador, mas são os prejuízos e a revelação ou não que constituem o contexto experiencial do abuso para os meninos. O sentido da experiência de

abuso é definido na intersecção dos seus contextos (sistemas de signos), isto é, nas articulações combinatórias de e entre os signos.

**Interpretação fenomenológica**

A descrição como pré-reflexão ofereceu um relato da experiência, enquanto a redução ofereceu uma especificação da experiência na consciência (uma experiência consciente), focalizando as interações entre os contextos significantes. Dessa forma, a interpretação poderia ser conceituada como uma consciência reflexiva, a consciência da experiência consciente, na verdade, uma tentativa de compreender as relações e situar o menino abusado no mundo.

A compreensão do sentido da experiência do abuso sexual assume maior relevância à medida que propõe novas formas de recolocar o ser-no-mundo. A interpretação refere-se então às possibilidades terapêuticas oferecidas aos meninos. Diversos artigos especificaram questões relacionadas ao tratamento (Black & DeBlassie, 1993; Briggs & Hawkins, 1996; Ligezinka, Firestone, Manion, McIntyre, Ensom, & Wells, 1996; Vizard, Monck, & Misch, 1995). O argumento deste estudo é de que a comunicologia é uma possibilidade de compreensão da experiência do abuso sexual. Mas esta mesma teoria poderia também apresentar uma perspectiva terapêutica?

A resposta requer uma suspensão temporária das indicações de outros autores em relação ao tratamento. O foco passa então a ser exclusivamente a descrição e redução apresentadas anteriormente neste capítulo e a teoria da comunicologia. O modelo proposto (Figura 2) fundamenta-se parcialmente no modelo semiótico do discurso (Barthes, 1971), mas ao oferecer como segundo nível de comutação o sistema significado, ultrapassa o modelo semiótico e sua proposta de sistema significante.

	Se: Reflexão		So: Pré-Reflexão	
Expressão	Se (Significante) Experiência do eu		So (Significado) Experiência do outro	
Percepção	Se Consciência (do)	So Eu	Se Consciência (do)	So Outro
Sentido	Se      So Pré-consciente		Se      So Inconsciente	

## Figura 2

### Modelo Semiótico da Comunicação Humana (Lanigan, 1988)

O modelo apresenta três diferentes níveis referentes aos procedimentos reflexivos, conforme descreveu Lanigan (1988, pp. 173-174). Na descrição, o foco é a experiência, que consiste na dialética entre eu (self) e outros (others), onde a reflexão como função significante é reflexivamente a pré-reflexão como função significada. No segundo nível (redução), a experiência é uma consciência do (significante) eu (significado) como uma reflexão; enquanto que no plano da pré-reflexão, experiência é a consciência de (significante) um outro (significado) como requerido pela percepção do outro. Ao nível da interpretação focaliza-se a consciência ao situar o fenômeno no campo pré-consciente que é o signo (significante/significado) do eu na consciência como parte do plano de reflexão; reflexivamente, no plano da pré-reflexão, focaliza-se o inconsciente como o signo (significante/significado) da consciência (significante) pelo qual um outro (significado) é percebido.

Adaptando este modelo aos diferentes contextos (as partes) da experiência de abuso sexual (o todo), obtiveram-se seis variações de acordo com a relação de significação apresentada na descrição. No sistema de signos do contexto do abuso, é possível conceituar os prejuízos vivenciais como significantes, enquanto os significados seriam os prejuízos relacionais. Observa-se que a reversão entre os prejuízos também é realizável, explicando assim ao menos duas possibilidades de significação em cada contexto. A Figura 3 demonstra a aplicação do modelo da comunicologia no contexto do abuso.

	Se: Reflexão		So: Pré-Reflexão	
Expressão	Se (Significante) Prejuízo vivencial		So (Significado) Prejuízo relacional	
Percepção	Se Consciência (do)	So Eu	Se Consciência (do)	So Outro
Sentido		Se      So Pré-consciente	Se      So Inconsciente	

Figura 3

## Modelo da Experiência Intra-contextual do Abuso Sexual

[Exemplo: contexto do abuso (sistema de signos); prejuízo vivencial (significante)]

A expressão dos prejuízos vivenciais (experiência do eu; relação consigo mesmo) é experienciada no plano reflexivo, constituída pela consciência do eu ao nível da percepção, mas deriva de uma infra-estrutura de sentido no campo pré-consciente que é o signo do eu na consciência. No entanto, os prejuízos relacionais (experiência do outro; relação com o outro) encontram-se, ao nível da expressão no plano pré-reflexivo, constituídos pela consciência do outro, que deriva de uma infra-estrutura de sentido no campo inconsciente que é o signo da consciência pelo qual o outro é percebido. A implicação terapêutica é diretamente transposta. É necessário abordar inicialmente o plano reflexivo, examinando com o menino sua percepção dos prejuízos vivenciais expressos, focalizando aspectos pré-conscientes (potencialmente conscientes) e discutindo ativamente formas de superação destes prejuízos. Em um segundo passo, aborda-se o plano pré-reflexivo, procurando esclarecer junto ao menino a expressão dos prejuízos nas suas relações com outras pessoas, aprofundando sua percepção consciente do outro na relação. O segundo passo pode ser caracterizado como o esforço de tomar consciência de uma experiência até então pré-reflexiva. O terceiro passo é focalizar as interações entre os dois planos, pois consiste em demonstrar que prejuízos vivenciais e prejuízos relacionais implicam-se mutuamente. O terceiro passo é uma tomada de consciência da experiência consciente, pois possibilita ao menino realmente dimensionar os prejuízos decorrentes do abuso. Observa-se que esta é apenas uma indicação de possibilidades, pois o exame detalhado de todas as variações foge

à ambição do pesquisador, mas é necessário ainda indicar que não é suficiente abordar separadamente cada contexto.

Adaptando este modelo à experiência (o todo) de abuso sexual constituída pelos seus diferentes contextos (as partes), obtiveram-se três variações de acordo com o contexto enfocado como significante, conforme indicado na redução. Focalizando o contexto de reações (função significante), os contextos de abuso e revelação passaram ao plano pré-reflexivo (função significada), como demonstrado na Figura 4.

	Se: Reflexão		So: Pré-Reflexão	
Expressão	Se (Significante) Revitimação e comportamento abusivo		So (Significado) Revelar e não revelar Prejuízos vivenciais e relacionais	
Percepção	Se Consciência (do)	So Eu	Se Consciência (do)	So Outro
Sentido		Se Pré-consciente	So Inconsciente	

Figura 4

Modelo da Experiência Inter-contextual do Abuso Sexual

[Exemplo: contexto de reações (significante)]

As relações de sentido, assim como as possibilidades terapêuticas, são múltiplas. As reações (revitimação e comportamento abusivo) manifestam-se (enquanto possibilidades expressivas) a partir da consciência do eu, enquanto os contextos de abuso (prejuízos) e revelação (revelar e não revelar) constituem-se no plano pré-reflexivo como consciência (significante) do outro (significado). O primeiro passo reflexivo é abordar a percepção (consciência do eu) das reações experienciadas (experiência do eu), revelando também aspectos pré-conscientes. O segundo passo constitui-se na focalização da consciência do outro, referindo-se às experiências de revelação (relação comunicativa interpessoal) e prejuízos. A consciência reflexiva das interações entre os dois planos é o foco do terceiro passo. Discute-se ativamente com o menino a revitimação e o

comportamento abusivo (mas também a confusão quanto à orientação sexual e o comportamento sexualizado) nas suas relações reversivas com os outros contextos.

Mesmo não sendo um exemplo de psicoterapia, a valorização do processo comunicativo nas entrevistas iniciais utilizadas neste estudo não deixaram de ser, em um sentido amplo, terapêuticas. O trecho abaixo apenas ilustra um desses momentos. O tema discutido com S1 era o bilhete enviado pela sua mãe; os comentários do pesquisador estão entre colchetes.

Caso 1: M1 (bilhete): *“Christian: O S1 conseguiu uma vaga na escola. Peço que você dê alguns conselhos para o S1 de como se portar na escola, com mais segurança e esperteza quanto ao perigo que o rodeia. Desculpa, mas a minha preocupação continua, quero que ele saiba se defender. Desculpa se te incomodo, mas desde já obrigado por tudo. M1.”*

[o sistema de signos expressado por M1 é ambíguo na definição de sentido, mas é claro em sua intenção como pedido de ajuda]

Pesq.: *“Então, o que tu entendeu deste bilhete que ela mandou?”*

[explora-se a percepção de S1 sobre o conteúdo expresso no bilhete; qual é para S1 o sentido deste sistema de signos?]

S1: *“Pra mim me defender na escola.”*

[expressa a sua percepção]

Pesq.: *“Se defender do quê?”*

[explora-se a percepção da experiência na consciência]

S1: *(permanece em silêncio)*

[reflexão]

Pesq.: *“Do que tu acha que tu deveria se defender?”*

S1: *“Das brigas.”*

[expressa o prejuízo relacional como significante; o sistema de signos referido é o contexto do abuso]

Pesq.: *“Das brigas... E o que tu acha que ela quer dizer com isso aqui: ‘quanto ao perigo que o rodeia’? O que tu imagina que ela queira dizer com isso?”*

[na percepção do pesquisador ‘perigo que o rodeia’ é o significado referente ao significante revitimação no outro sistema de signos]



que é o contexto de reações; questiona-se a percepção do sentido de S1 sobre a expressão de M1]

S1: *“Não sei.”*

[para S1 o contexto do abuso ainda permanece em um nível pré-reflexivo]

Pesq.: *“Tu não tem nem idéia ao que ela tá se referindo aqui? Por que tu trocaste de escola então, vamos ver...”*

[o pesquisador retorna ao contexto do abuso, focaliza-se a experiência do eu na qual o significante atual é o prejuízo vivencial, direcionando a questão para a consciência do eu que deriva de uma infra-estrutura de sentido no campo pré-consciente]

S1: *“Porque aconteceu aquele fato.”*

[revela-se à consciência o sentido que estava pré-consciente: o prejuízo vivencial é o significante do sistema de signos do contexto do abuso]

Pesq.: *“Pois é, aquele fato no caso é o abuso sexual, né... E acho que ela continua com um certo medo, um medo assim de que isso possa acontecer de novo. Por isso que ela tá dizendo aqui: ‘quanto ao perigo que o rodeia, minha preocupação continua, quero que ele saiba se defender’. Tu também tem esse medo de que possa acontecer isso de novo contigo?”*

[reversão do contexto do abuso ao contexto de reações, no qual o significante é o medo de revitimação]

S1: *“Agora eu não tenho mais medo.”*

[superação do contexto de reações]

Pesq.: *“Não?”*

S1: *“Não.”*

Pesq.: *“Como é que tá sendo a tua entrada nessa escola nova aí?”*

S1: *“Bom.”* (2053-2091)

[reversão do contexto de reações ao contexto do abuso: S1 não mais experiencia prejuízos vivenciais ou relacionais]

Através do exemplo foi possível identificar como o contexto comunicativo evoluiu de um sistema de signos ambíguo para um sistema de signos primário (contexto do abuso) e reversivamente para um outro sistema de signos secundário (contexto de reações). O

questionamento inicial foi sobre o sentido da comunicação (bilhete) para S1 e a exploração da experiência consciente. Para S1, no nível do discurso, o significante é o prejuízo relacional e o significado é “*brigas*”; no nível intra-contextual, o significante inicialmente continua sendo o prejuízo relacional enquanto o significado (prejuízo vivencial) permanece no plano pré-reflexivo, mas reversivamente, prejuízo vivencial (“*trocaste de escola*” é o significado no nível do discurso) passa a ser o significante e reflexivamente prejuízo relacional passa a ser o significado; no nível inter-contextual, o significante é o contexto do abuso e os significados são os contextos de reações e revelação. Para o pesquisador, “*perigo que o rodeia*” é o significado referente ao significante revitimação (nível discursivo); comportamento abusivo (significado potencial) refere-se à revitimação (significante potencial) no nível intra-contextual, pois o contexto de reações é o sistema de signos referido; no nível inter-contextual, reações potenciais (comportamento abusivo e revitimação) são significantes para o significado referido (contexto de revelação e abuso). Observa-se que a experiência comum a todos os níveis é a experiência de ter sofrido abuso sexual. É a partir desta experiência que o sentido amplia-se e se revela tanto para o menino como para o pesquisador em cada movimento de reversão nas múltiplas possibilidades do discurso. O recurso terapêutico da comunicologia parece ser, antes de tudo, a sua capacidade de compreensão dos processos comunicativos inter e intrapessoais.

#### 4.2 Considerações finais

O estudo realizado demonstrou que foi possível, a partir da descrição da experiência do abuso sexual, definir a estrutura dessa experiência e revelar a relação de sentido que os meninos sexualmente abusados estabelecem consigo mesmos e com os outros (questão central). Essa revelação de sentido pode ser identificada em cada um dos diferentes contextos da experiência de abuso (sentido intra-contextual), mas também pode ser percebida na apresentação da experiência como um todo constituído na interação das suas partes (sentido inter-contextual). Demonstrou ainda que os meninos estabelecem uma relação abusiva com os outros (questão complementar), mas superou os próprios objetivos da pesquisa ao demonstrar que os meninos também apresentam a possibilidade de estabelecerem uma relação abusiva consigo mesmos, como na revitimação. Ainda quanto à questão complementar, ao invés do conceito de um *continuum* de reações, os resultados demonstraram que o termo “possibilidades” é mais apropriado, pois os meninos não descreveram reações iniciais que se desenvolveram num crescente (resultando em

comportamento abusivo), mas apresentaram diferentes perspectivas de reações, sendo que o comportamento abusivo e a revitimação foram algumas dessas possibilidades.

A conjunção da fenomenologia e da semiótica na perspectiva da comunicologia, mostrou-se uma metodologia rigorosa na pesquisa em psicologia. Ao preservar como referência os relatos originais dos meninos e das outras pessoas envolvidas ao longo de todos os procedimentos (*data*), permite que o argumento construído pelo pesquisador (*capta*) possa ser avaliado teórica e metodologicamente.

Avalia-se, portanto, que a contribuição da pesquisa pode ser identificada em dois níveis: como um avanço no campo de estudo do abuso sexual e como uma contribuição para o próprio método. Entretanto deficiências foram identificadas ao nível do delineamento. Salienta-se inicialmente que ao não analisar detalhadamente os outros contextos (individual, familiar e entrevista), o estudo ainda permanece distante de uma perspectiva ecológica na compreensão do abuso (Fontes, 1993b; Kotch et al., 1995). Ao utilizar uma metodologia qualitativa (que permitiu exatidão na descrição da experiência do abuso) os resultados não são preditivos nem generalizáveis a situações que outros meninos possam experienciar.

Considerando os resultados obtidos, bem como as deficiências descritas acima, sugere-se que novas pesquisas possam incluir o aumento do tamanho da amostra e métodos quantitativos com o objetivo de verificar se os resultados podem ser generalizados. Esforços deveriam ser empreendidos na inclusão sistemática de outras dimensões de análise, como as influências familiares e sociais. Sugere-se ainda que os meninos devam ser acompanhados ao longo do seu desenvolvimento, na forma de um estudo longitudinal. Finalmente, a comunicologia esboçou uma possibilidade na compreensão da situação terapêutica, mas a sua aplicação, como um corpo teórico que possa fundamentar uma intervenção estruturada em psicoterapia com meninos sexualmente abusados, permanece reservada a estudos futuros.

## REFERÊNCIAS

- Ablamowicz, A. (1992). Shame as an interpersonal dimension of communication among doctoral students: An empirical phenomenological study. *Journal of Phenomenological Psychology, 23*, 30-49.
- American Academy of Pediatrics. (1988). Rape and the adolescent. *Pediatrics, 81*, 595-597.
- American Psychiatric Association. (1994). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4th ed.). Washington, DC: Author.
- Azevedo, M. A., Guerra, V. N. de A., & Vaiciunas, N. (1993). Incesto ordinário: A vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Orgs.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp. 195-209). São Paulo: Cortez.
- Barthes, R. (1971). *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix.
- Black, C. A., & DeBlassie, R. R. (1993). Sexual abuse in male children and adolescents: Indicators, effects, and treatments. *Adolescence, 28*, 123-133.
- Briere, J., & Runtz, M. (1989). University males sexual interest in children: Predicting potential indices of pedophilia in a nonforensic sample. *Child Abuse & Neglect, 13*, 65-75.
- Briggs, F., & Hawkins, R. M. F. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to be nonoffenders. *Child Abuse & Neglect, 20*, 221-233.
- Browne, A., & Finkelhor, D. (1986). Impact of child sexual abuse: A review of the research. *Psychological Bulletin, 99*, 66-77.
- Burgess, R. L., Kurland, J. A., & Pensky, E. E. (1988). Ultimate and proximate determinants of child maltreatment: Natural selection, ecological instability, and coercive interpersonal contingencies In K. B. MacDonald (Ed.), *Sociobiological perspectives in human development* (293-319). New York: Springer-Verlag.
- Cantwell, H. B. (1988). Child sexual abuse: Very young perpetrators. *Child Abuse & Neglect, 12*, 579-582.
- Castor-Lewis, C. (1988). On doing research with adult incest survivors: Some initial thoughts and considerations. *Women & Therapy, 7*, 73-80.

- Clarck, S. R. L. (1994). Ancient philosophy. In A. Kenny (Ed.), *The Oxford illustrated history of western philosophy* (pp. 1-53). Oxford: Oxford University Press.
- Cohen, C. (1993a). O incesto. In M. A. Azevedo & V. N. de A. Guerra (Orgs.), *Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento* (pp. 211-225). São Paulo: Cortez.
- Cohen, C. (1993b). *O incesto, um desejo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Coons, P. M., Cole, C., Pellow, T. A., & Milstein, V. (1990). Symptoms of posttraumatic stress and dissociation in women victims of abuse. In R. P. Kluft (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 205-221). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Costa, R. (1996, Abril). *Seminário de filosofia*. Porto Alegre, RS.
- Davey, R. I., & Hill, J. (1995). A study of the variability of training and beliefs among professionals who interview children to investigate suspected sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 19, 933-942.
- Davis, G. E., & Leitenberg, H. (1987). Adolescent sex offenders. *Psychological Bulletin*, 101, 417-427.
- Ellis, P. L., Piersma, H. L., & Grayson, C. E., Jr. (1990). Interrupting the reenactment cycle: Psychotherapy of a sexually traumatized boy. *American Journal of Psychotherapy*, 44, 525-535.
- Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*, 18, 409-417.
- Flaherty, J. A., Channon, R. A., & Olson, D. (1990). Avaliação psiquiátrica geral. In J. A. Flaherty, R. A. Channon, & J. M. Davis (Eds.), *Psiquiatria Diagnóstico e tratamento* (pp. 11-22). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Flores, R. Z., Eiman, D. M., Mattos, L. F. C., Martins, M. D. S., Graesse, M. E., Garcia, A. M. G., & Manente, M. (1992). Qual a frequência do incesto em nosso meio? *Anais do VII Encontro de Geneticistas do Rio Grande do Sul*. (pp. 26).
- Flores, R. Z., & Caminha, R. M. (1994). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Algumas sugestões para facilitar o diagnóstico correto. *Revista de Psiquiatria do RS*, 16, 158-167.
- Fontes, L. A. (1993a). Disclosures of sexual abuse by Puerto Rican children: Oppression and cultural barriers. *Journal of Child Sexual Abuse*, 2, 21-35.
- Fontes, L. A. (1993b). Considering culture and oppression: Steps toward an ecology of sexual child abuse. *Journal of Feminist Family Therapy*, 5, 25-54.

- Friedman, S. R. (1990). What is child sexual abuse? *Journal of Clinical Psychology*, *46*, 373-375.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabbard, G. O. (1994). *Psychodynamic psychiatry in clinical practice: The DSM-IV edition*. Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Gilgun, J. F. (1991). Discovery-oriented, qualitative methods relevant to longitudinal research on child abuse and neglect. In R. H. Starr, Jr. & D. A. Wolfe (Eds), *The effects of child abuse and neglect* (pp. 144-163). New York: Guilford Press.
- Gomes, W. B. (1984). O que é fenomenologia semiótica? *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM*, *7*, 225-243.
- Gomes, W. B. (1987). As aplicações sociais da pesquisa qualitativa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *2*, 3-12.
- Gomes, W. B., Reck, A. C., & Ganzo, C. R. (1988). A experiência retrospectiva de estar em psicoterapia: Um estudo empírico fenomenológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *4*, 187-206.
- Gomes, W. B. (1989). O critério metodológico da fenomenologia estrutural na análise de depoimentos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, *4*, 98-102.
- Gomes, W. B. (1990). A experiência retrospectiva de estar em psicoterapia: Um seguimento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *6*, 87-105.
- Gonsiorek, J. C., Bera, W. H., & LeTourneau, D. (1994). *Male sexual abuse: A trilogy of intervention strategies*. Thousand Oaks: Sage.
- Goodwin, J. M. (1990). Applying to adult incest victims what we have learned from victimized children. In R. P. Kluft (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 55-74). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Group for the Advancement of Psychiatry. (1995). A model for the classification and diagnosis of relational disorders. *Psychiatric Services*, *46*, 926-931.
- Guba, E. G. (1981). Criteria for assessing the trustworthiness of naturalistic inquiries. *Educational Communication and Technology Journal*, *29*, 75-91.
- Heiman, M. (1992). Putting the puzzle together: Validating allegations of child sexual abuse. *Journal of Child Psychology, Psychiatry & Allied Disciplines*, *33*, 311-329.
- Hornblower, M. (1993, 21 de Junho). The skin trade. *Time International*, pp. 10-21.

- Johnson, C. F. (1992). Abuso na infância e o psiquiatra infantil. In B. D Garfinkel, G. A. Carlson, & E. B. Weller (Eds.), *Transtornos psiquiátricos na infância e adolescência* (pp. 291-305). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Johnson, T. C. (1988). Child perpetrators - children who molest other children: Preliminary findings. *Child Abuse and Neglect*, *12*, 219-229.
- Kalichman, S. C. (1993). *Mandated reporting of suspected child abuse: Ethics, law, & policy*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Kaplan, H. I., & Sadock, B. J. (1990). *Compêndio de psiquiatria*. (2ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Katz, R. C. (1990). Psychological adjustment in adolescent child molesters. *Child Abuse & Neglect*, *14*, 567-575.
- Kendall-Tackett, K. A., Williams, L. M., & Finkelhor, D. (1993). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. *Psychological Bulletin*, *113*, 164-180.
- Kenny, A. (1994). Descartes to Kant. In A. Kenny (Ed.), *The Oxford illustrated history of western philosophy* (pp. 107-192). Oxford: Oxford University Press.
- Kirschner, S., Kirschner, D. A., & Rappaport, R. L. (1993). *Working with adult incest survivors: The healing journey*. New York: Brunner/Mazel.
- Knutson, J. F. (1995). Psychological characteristics of maltreated children: Putative risk factors and consequences. *Annual Review of Psychology*, *46*, 401-431.
- Kotch, J. B., Browne, D. C., Ringwalt, C. L., Stewart, P. W., Ruina, E., Holt, K., Lowman, B., & Jung, J. W. (1995). Risk of child abuse or neglect in a cohort of low-income children. *Child Abuse & Neglect*, *19*, 1115-1130.
- Kruger, D. (1981). *An introduction to phenomenological psychology*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. L. (1988). *Phenomenology of communication: Merleau-Ponty's thematic in communicology and semiology*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. L. (1992). *The human science of communicology: A phenomenology of discourse in Foucault and Merleau-Ponty*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Lanigan, R. L. (1994). Capta versus data: Method and evidence in communicology. *Human Studies*, *17*, 109-130.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1986). *Vocabulário da psicanálise* (9ªed.). São Paulo: Martins Fontes.

- Ligezinska, M., Firestone, P., Manion, I. G., McIntyre, J., Ensom, R., & Wells, G. (1996). Children's emotional and behavioral reactions following the disclosure of extrafamilial sexual abuse: Initial effects. *Child Abuse & Neglect*, *20*, 111-125.
- Malchiodi, C. A. (1990). *Breaking the silence: Art therapy with children from violent homes*. New York: Brunner/Mazel.
- Merleau-Ponty, M. (1962). *Phenomenology of perception*. London: Routledge & Kegan Paul. (Originalmente publicado em 1945).
- Merleau-Ponty, M. (1984). Textos selecionados. In M. Chauí (Org.). *Coleção os pensadores: Maurice Merleau-Ponty*. São Paulo: Abril Cultural.
- Moore, J., & Ali, R. (1984). Are dispersal and inbreeding avoidance related? *Animal Behavior*, *32*, 94-112.
- Pereira, R. R. (1993, 16 de Março). Em busca da infância perdida. *Veja*, pp. 66-75.
- Pincus, L., & Dare, C. (1981). *Psicodinâmica da família*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Polkinghorne, D. E. (1989). Phenomenological research methods. In R. S. Valle & S. Halling (Eds.), *Existential-phenomenological perspectives in psychology: Exploring the breadth of human experience* (pp. 41-60). New York: Plenum Press.
- Reiniger, A., Robison, E., & McHugh, M. (1995). Mandated training of professionals: A means for improving reporting of suspected child abuse. *Child Abuse & Neglect*, *19*, 63-69.
- Rudin, M. M., Zalewski, C., & Bodmer-Turner, J. (1995). Characteristics of child sexual abuse victims according to perpetrator gender. *Child Abuse & Neglect*, *19*, 963-973.
- Sacks, O. (1995). *An anthropologist on Mars: Seven paradoxical tales*. Toronto: Knopf.
- Sattler, M. K. (1992). Abuso sexual: Um assunto proibido. *Anais da VII Jornada da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul* (pp. 168-172). Porto Alegre: Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul.
- Schetky, D. H. (1990). A review of the literature on the long-term effects of childhood sexual abuse. In R. P. Kluft (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 35-54). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Schultz, R. (1990). Secrets of adolescence: Incest and developmental fixations. In R. P. Kluft (Ed.), *Incest-related syndromes of adult psychopathology* (pp. 133-159). Washington, DC: American Psychiatric Press.
- Scruton, R. (1994). Continental philosophy: Fichte to Sartre. In A. Kenny (Ed.), *The Oxford illustrated history of western philosophy* (pp. 193-238). Oxford: Oxford University Press.



- Seidel, J. V., Kjolseth, R., & Seymour, E. (1988). *The Ethnograph: A user's guide (Version 3.0)*. Corvallis, OR: Qualis Research Associates.
- Seiden, A. M., & Shaughnessy, R. (1990). Condições especiais às mulheres. In J. A. Flaherty, R. A. Channon, & J. M. Davis (Eds.), *Psiquiatria Diagnóstico e tratamento* (pp. 273-290). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Sermabeikian, P., & Martinez, D. (1994). Treatment of adolescent sexual offenders: Theory-based practice. *Child Abuse & Neglect, 18*, 969-976.
- Serril, M. S. (1993, 21 de Junho). Defiling the children. *Time International*, pp. 22-25.
- Smith, M. (1988). Research in developmental sociobiology: Parenting and family behavior. In K. B. MacDonald (Ed.), *Sociobiological perspectives in human development* (272-292). New York: Springer-Verlag.
- Stycer, M. (1993, 4 de Julho). Histeria tomou conta dos EUA. *Folha de São Paulo*, pp. 4.
- The Metropolitan Toronto Special Committee on Child Abuse. (1995). *Child sexual abuse protocol* (3rd. ed.). Toronto: Author.
- Valle, R. S., King, M., & Halling, S. (1989). An introduction to existential-phenomenological thought in psychology. In R. S. Valle & S. Halling (Eds.), *Existential-phenomenological perspectives in psychology: Exploring the breadth of human experience* (pp. 3-16). New York: Plenum Press.
- Vander Mey, B. J. (1988). The sexual victimization of male children: A review of previous research. *Child Abuse & Neglect, 12*, 61-72.
- Vizard, E., Monck, E., & Misch, P. (1995). Child and adolescent sex abuse perpetrators: A review of the research literature. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 36*, 731-756.
- Watkins, B., & Bentovim, A. (1992). The sexual abuse of male children and adolescents: A review of current research. *Journal of Child Psychology, Psychiatry & Allied Disciplines, 33*, 197-248.
- Wellman, M. M. (1993). Child sexual abuse and gender differences: Attitudes and prevalence. *Child Abuse & Neglect, 17*, 539-547.
- Wenegrat, B. (1990). *Sociobiological psychiatry: Normal behavior and psychopathology*. Massachusetts: Lexington.
- Zimmerman, M. (1994). *Interview guide for evaluating DSM-IV psychiatric disorders and the mental status examination*. East Greenwich, RI: Psych Product Press.

## ANEXO A

## Modelo Multidimensional de Avaliação (Heiman, 1992)

<i>Foco:</i>	<b>História dos sintomas</b>
<i>Questões:</i>	Há uma mudança no comportamento da criança? A criança manifesta sintomas correlatos com abuso? A criança manifesta transtorno por estresse pós-traumático?
<i>Indicadores:</i>	Distúrbio no sono ou pesadelos; Comportamento agressivo; Comportamento regressivo; Depressão; Medos exagerados; Reações de evitação sem explicação; Comportamento sexual inapropriado ou precoce (tentativas para engajar outros em atos sexuais, masturbação excessiva, excessiva preocupação com genitais ou evitação dos genitais); Queixas somáticas (irritação genital); Dissociação; Intensificação dos sintomas por exposição a eventos que se parecem ou que simbolizem a situação de abuso; Recordações intrusivas do abuso; Comportamento de extrema dependência; Comportamento introversivo.
<i>Foco:</i>	<b>Relato verbal</b>
<i>Questões:</i>	A criança afirma especificamente ter sido abusada? A criança é capaz de desenvolver um contexto e prover informação periférica sobre o abuso?

<i>Indicadores:</i>	<p>Relato de detalhes sexuais explícitos;</p> <p>Referência a detalhes sexuais que excedem o nível de desenvolvimento da criança;</p> <p>Referência a uma progressão de atividades;</p> <p>Descrição de um processo de envolvimento;</p> <p>Indicações de segredo;</p> <p>Relato de ameaças, coerção, pressão;</p> <p>Referência a suborno ou recompensas;</p> <p>Desenvolvimento de um contexto;</p> <p>Desenvolvimento de detalhes afetivos;</p> <p>Descrição de detalhes distintivos ou idiossincráticos.</p>
<i>Foco:</i>	<b>Descrição da experiência</b>
<i>Questões:</i>	A criança descreve um conjunto de experiências que são consistentes com aquelas relatadas por outras vítimas?
<i>Indicadores:</i>	<p>Sentimentos de acomodação;</p> <p>Sentimentos de ter sido machucado ou ser diferente;</p> <p>Sexualização traumática (associações emocionais incomuns relacionadas a atividades sexuais, confusão sobre sexo);</p> <p>Sentimentos de traição;</p> <p>Sentimentos de impotência e desamparo;</p> <p>Sentimentos de estigmatização;</p> <p>Sensação de vergonha, culpa e medo.</p>
<i>Foco:</i>	<b>Estilo de exposição</b>
<i>Questões:</i>	<p>O estilo de exposição da criança muda quando o tópico do abuso é introduzido?</p> <p>O afeto da criança corresponde ao conteúdo das suas verbalizações?</p> <p>Há alguma evidência de treinamento?</p>
<i>Indicadores:</i>	Consistência em relatar detalhes salientes;

Descrição recontada de uma maneira rica e variada, oposta a uma narração repetitiva;  
 Eventos contados pela perspectiva da criança;  
 Aparência de não ser facilmente sugestionável;  
 Mudanças no afeto quando descrevendo o abuso;  
 Afeto congruente com a alegação;  
 Revelação inicial marcada por tentativas de resistência, minimização, negação ou evitação, com possíveis negações e retratações intermitentes;  
 Compreensão da verdade, com identificação das afirmações como verdadeiras.

*Foco:*

**Evidências corroborativas**

*Questões:*

Existem fontes adicionais de informação que confirmam as afirmações da criança?

*Indicadores:*

Evidência médica;  
 Declarações de revelação feitas para outros;  
 Testemunhas;  
 Múltiplas vítimas;  
 Modelos múltiplos de descrever o abuso (verbal, representações com bonecas, jogos, desenhos);  
 Dinâmica familiar similar a outras famílias incestuosas (desequilíbrio de poder, forte controle no acesso à família, inversão de papéis, criança como cônjuge);  
 Características de personalidade que colocam a criança em risco (personalidade submissa com necessidade de agradar, dificuldades de afirmação do self, falta de sistemas de apoio, grande acesso ao abusador).

## ANEXO B

Index de Riscos (Watkins & Bentovim, 1992) <sup>a</sup>

<i>Gênero:</i>	Homem.
<i>Abusador:</i>	Homem; Parente próximo; Múltiplos abusadores.
<i>Tipo de abuso:</i>	Repetido; Longa duração; Grande severidade.
<i>Idade da criança:</i>	Maior impacto com crianças mais jovens (menos de 8).
<i>Efeitos:</i>	Sexualização ansiosa (após ASI); Manejo adaptativo externalizante; Confusão na identidade sexual; Identificação com o agressor.
<i>Diagnóstico:</i>	Distúrbio de conduta; Transtorno por estresse pós-traumático;
	Distúrbio do déficit de atenção; Dificuldades de aprendizagem; Imaturidade generalizada.
<i>Tratamento:</i>	Tratamento para próprio ASI não procurado/fornecido; Tratamento para comportamento abusivo precoce não procurado/fornecido.
<i>Família:</i>	História intergeracional de ASI; Fronteiras sexuais fracas (sedução, relações extra-maritais, exposição à pornografia, negação do comportamento sexual das crianças).
<i>Social:</i>	Isolamento dos pares; Socialização em cultura machista.

---

<sup>a</sup> Obs.: Neste index de riscos, a presença de cada fator é vista como adicionando um risco cumulativo para a criança que sofreu abuso sexual na infância (ASI) vir a tornar-se um abusador.

## ANEXO C

### Protocolo de Entrevista com Meninos

Inicialmente, o pesquisador apresenta-se, expondo logo a seguir a proposta da pesquisa. Explica-se a sistemática das entrevistas, envolvendo o número estimado de encontros a serem efetuados, a realização de contatos complementares com pais, professores e outras pessoas significativas, bem como a utilização de desenhos no decorrer das entrevistas. Explicita-se a questão da não identificação dos sujeitos na divulgação dos resultados. Solicita-se autorização para utilizar o gravador.

#### Roteiro Tópico

##### A) Contexto Atual:

Dados de identificação do sujeito: nome, data de nascimento, idade, escolaridade.

Solicita-se ao menino que desenhe a si próprio fazendo alguma coisa que geralmente faz, explorando-se o desenho para que o menino se descreva (Desenho 1).

Pede-se que o menino conte coisas a seu respeito: o que gosta e o que não gosta, como ele é.

Interesses.

Atividades lúdicas: brincadeiras mais frequentes com amigos, como brinca quando está sozinho.

Relacionamentos significativos: principais amigos, faixa etária predominante.

Área escolar: desempenho, dificuldades, relacionamento com colegas e professores.

Descrição breve de um dia na sua vida.

Forma como lida com situações que envolvam agressividade.

Experiências anteriores na área da sexualidade, exploração do conhecimento prévio.

Exploração de questões relacionadas com o auto-conceito: o que pensa a seu respeito, se pensa muito sobre isso, como ele se descreveria para alguém, como os outros o descreveriam.

##### B) Contexto Familiar:

Solicitação de que o menino desenhe a sua família, todos juntos fazendo alguma coisa (Desenho 2).

Identificação dos membros da família: nome, idade, ocupação.

Descrição de sua família, como se sente quando está junto a ela.

Exploração das relações interpessoais.

Identificação de como a agressividade manifesta-se dentro do contexto familiar, quais os fatores que desencadeiam conflitos e como se dá a resolução destes.

Abordagem de questões relacionadas à sexualidade são abordadas dentro do contexto familiar, verificando a existência de fronteiras sexuais delimitadas e exposição à pornografia.

#### C) Contexto de Transição:

Solicita-se que o menino faça o desenho de uma situação agradável (Desenho 3).

Pede-se para contar mais detalhes sobre a situação desenhada, explorando-se vivências positivas.

Solicita-se que o menino faça o desenho de uma situação desagradável (Desenho 4).

Aborda-se a situação desenhada através do relato do menino.

Pede-se relato de outras situações ruins pelas quais o menino já tenha passado.

Caso surja no relato do menino a situação de abuso, aborda-se diretamente esta situação, iniciando então o quarto contexto da entrevista: contexto da vitimação.

Caso a situação de abuso não surja espontaneamente no relato do menino, opta-se, considerando o momento apropriado da entrevista, por introduzir a situação de vitimação.

#### D) Contexto da Vitimação:

Considerando os dados disponíveis e as reações do menino, pede-se uma descrição da situação: quando iniciou e quando terminou, frequência, o que acontecia, onde ocorria, quem era o abusador e qual o vínculo que tinha com ele.

Aborda-se a questão da revelação: para quem contou, porque decidiu contar, sofreu ameaças por parte do abusador, como a família reagiu após a revelação.

Investiga-se se a família tomou medidas legais, medidas de proteção ou procurou atendimento médico ou psicoterápico.

Aborda-se a evolução de sentimentos, pensamentos e condutas ao longo da vitimação, especialmente questões ligadas à confusão quanto à orientação sexual, ansiedade, eventos dissociativos e comportamento sexualizado.

Indaga-se sobre modificações no auto-conceito e nos relacionamentos interpessoais.

Caso o menino apresente dificuldades em situar-se no tempo, organizam-se os principais eventos e a sintomatologia específica numa linha de tempo (Desenho 5).

#### E) Contexto do Comportamento Abusivo:

Aborda-se a percepção do menino sobre as primeiras manifestações de comportamento abusivo. De quem abusou, em que consistiam seus atos.

Pergunta-se como se sentia antes e depois de abusar de outros, experimentava aumento ou decréscimo de ansiedade. O que achava que estaria motivando o seu comportamento.

Indaga-se sobre a sua percepção atual acerca do abusador, investigando-se mudanças a partir do seu próprio comportamento abusivo.

Abordam-se os mecanismos utilizados para lidar com a experiência de ter sido sexualmente abusado.

Pergunta-se como se sente atualmente a respeito do que vivenciou na condição de vítima e agora na condição de abusador.

Indaga-se como se projeta para o futuro.



## ANEXO D

### Protocolo de Entrevista com Pais ou Familiares

Inicialmente, o pesquisador apresenta-se, expondo logo a seguir a proposta da pesquisa. Explica-se a sistemática de entrevistas, envolvendo o número estimado de encontros a serem efetuados, a realização de entrevistas complementares com outros familiares, professores e outras pessoas significativas para o menino. Explicita-se a não identificação dos sujeitos na divulgação dos resultados. Solicita-se autorização para utilizar o gravador.

#### Roteiro Tópico

##### A) Contexto Familiar:

Constituição familiar, incluindo idade e ocupação.

Interrelações familiares, explorando pontos de conflito e manifestação de agressividade.

Questões ligadas à sexualidade: privacidade da relação conjugal, existência de fronteiras sexuais delimitadas, nível de informação passada aos filhos.

##### B) Contexto de Desenvolvimento:

Exploram-se dados significativos a partir do relato dos pais sobre o desenvolvimento do menino.

Aprofunda-se o desenvolvimento das atividades lúdicas e interesses.

Aprofunda-se o desenvolvimento das relações interpessoais.

Aprofunda-se o desenvolvimento da sexualidade infantil: primeiras manifestações de auto-erotismo, masturbação, relacionamentos com outras crianças e relações posteriores.

##### C) Contexto do Abuso:

Relatos sobre quando e de que forma tomaram conhecimento de que o filho havia sido sexualmente vitimado.

Reações iniciais frente a esta situação.

Sentimentos envolvidos quando souberam do abuso.

Informações sobre medidas de proteção à criança, medidas legais ou atendimento médico e psicoterápico?

Verificação, caso um dos pais seja o abusador, de como a família enfrentou essa situação.

Verificação, caso o abusador esteja presente na entrevista, da possibilidade de ele próprio já ter sido sexualmente vitimado, da exibição de um padrão de comportamento abusivo do tipo episódico ou um padrão recorrente do tipo pedofílico; indagação sobre a orientação sexual e sobre motivações conscientes para o comportamento abusivo.

Mudanças iniciais percebidas em nível de conduta, relacionamentos, ou pensamentos e sentimentos manifestados pelo filho.

Aprofundamento quanto à manifestação de conduta sexualizada.

Investigação da presença de confusão quanto à orientação sexual.

Investigação da sintomatologia compatível com transtorno por estresse pós-traumático a partir dos três seguintes itens.

a) o menino apresentou re-experimentação da situação de abuso: pensamentos intrusivos; sonhos traumáticos; jogos repetitivos; comportamento de reconstituição ou ansiedade associada às lembranças traumáticas;

b) o menino apresentou evitação ou entorpecimento psicológico: evitação de pensamentos, sentimentos, locais e situações; interesse reduzido em atividades habituais; sentimento de estar sozinho, separado ou alienado; restrição no campo afetivo; transtorno de memória; perda de habilidades já adquiridas; alteração na orientação com respeito ao futuro;

c) o menino apresentou estado de excitação aumentada: transtorno no sono; irritabilidade e raiva; dificuldade de concentração; hipervigilância; reações exageradas de sobressalto; resposta autônoma às lembranças traumáticas.

Investigação das dúvidas dos pais quanto à alteração da orientação sexual do filho, como por exemplo, medo de que se torne um homossexual. Caso existam dúvidas ou medos quanto à orientação sexual, saber se isso é tema recorrente nas conversas com o filho, ou se percebem algum tipo de mudança no seu comportamento como pais relacionada com essa questão.

Investigação junto aos pais, caso o menino venha apresentando comportamento abusivo, sobre quando iniciou, quais os comportamentos específicos, quais as suas atitudes frente ao comportamento do filho, qual a gravidade dessa situação e quais fatores estariam, na sua opinião, motivando esse comportamento.



## ANEXO E

### Protocolo de Entrevista com Professores

Inicialmente o pesquisador apresenta-se, expondo a seguir a proposta de pesquisa. Explicita-se a necessidade de obter mais informações sobre o menino/aluno sexualmente vitimado. Solicita-se autorização para gravar a entrevista e esclarece-se quanto a não identificação dos sujeitos na divulgação dos resultados.

#### Roteiro Tópico

Solicita-se ao professor que descreva o menino em termos de:

- a) evolução do rendimento em sala de aula;
- b) dificuldades específicas;
- c) principais interesses e atividades em sala de aula e durante o recreio;
- d) mudanças no relacionamento com o professor ou outras figuras de autoridade;
- e) mudanças no relacionamento com colegas, especificando quanto ao gênero dos colegas.

Indaga-se sobre a manifestação de conduta sexualizada, inapropriada ou precoce em relação ao grupo de colegas.

Indaga-se sobre a expressão de sentimentos e pensamentos depressivos.

Indaga-se sobre a presença de nível elevado de ansiedade.

Indaga-se sobre dificuldade do menino em concentrar-se e manter a atenção em sala de aula.

Investiga-se se, na opinião do professor, essas mudanças são atribuíveis exclusivamente ao abuso sexual ou que outros fatores estariam interferindo no comportamento do menino.

Investiga-se, caso o professor tenha contato com os pais do menino, como ele percebe o relacionamento familiar.

Investiga-se, caso o menino tenha feito a revelação inicialmente para o professor, quais as reações que ele teve e como sentiu-se em relação ao menino.

## ANEXO F

## Descrição dos Códigos criados para o Ethnograph

**Contexto Individual:** Aspectos que se referem ao próprio sujeito e ao âmbito de suas relações.

*suj/ident:* Dados de identificação dos sujeitos, como por exemplo, idade, etc.

*escolar:* Informações que se referem às atividades que o menino desempenha dentro do ambiente escolar. Pode-se incluir tanto o desempenho quanto dados de observação da relação com professores.

*muda/escol:* Processo de mudança e motivos que fizeram o menino mudar de ambiente escolar, bem como ao período inicial de adaptação dentro da nova escola.

*suj/repres:* Desenho de si mesmo e comentários e associações a partir dessa representação. É utilizado como facilitador na verbalização das outras sub-categorias descritas abaixo.

*interesses:* Interesses que o menino apresenta, o que gosta e o que não gosta de fazer.

*atividades:* Aquilo que o menino realiza no seu dia-a-dia; envolve também a prática de esportes e afazeres domésticos.

*recordinf:* Lembranças e recordações que o sujeito traz no processo da entrevista. Como facilitador das associações, em algumas situações pediu-se para trazerem fotografias.

*mudancas:* Modificações que o sujeito percebe quanto ao seu comportamento, tanto ao longo do seu processo evolutivo quanto após a situação do abuso. Mudanças apontadas por outras pessoas e que não sejam designadas em outras sub-categorias são codificadas aqui.

*brincar:* Brincadeiras (descrição, tipos) que o sujeito realiza.

*relacao:* Aspectos interacionais significativos do sujeito com outras pessoas. As relações do sujeito com seus familiares, especialmente com o pai e a mãe são descritas no contexto da família.

*manej/dinh:* Forma como o menino lida com o dinheiro.

*fut/repres*: Desenho de como o menino se projeta no futuro: expectativas e relacionamentos. Não foi solicitado em todos os casos.

***Contexto Familiar***: Dados de relação, estrutura e funcionamento familiar.

*fam/queixa*: Queixas da família sobre o comportamento do menino.

*fam/desest*: Aspectos de desestruturação familiar.

*separacao*: Processo de separação dos pais do menino, enfocando brigas, atitudes e sentimentos envolvidos.

*fam/estrut*: Dados diretos ou indiretos que possam colaborar para a compreensão da estrutura familiar.

*pais/briga*: Descrição de situações de conflito entre o casal.

*fam/briga*: Situações de conflito que se desenrolam dentro do sistema familiar, mas que não são exclusivas do sub-sistema do casal.

*agr/repres*: Desenho da situação agradável e associações do menino sobre a situação desenhada.

*fam/resbri*: Dispositivos utilizados pelos membros na resolução de conflitos.

*muda/casa*: Situações nas quais o sujeito muda de residência. Tanto pode envolver a mudança de toda a família como apenas a sua transferência para a casa de outra família.

*des/repres*: Desenho da situação desagradável. Este recurso é utilizado como um facilitador para focar a situação do abuso.

*fam/sexo*: Diálogo familiar sobre questões relacionadas à sexualidade.

*fam/repres*: Desenho da família; a partir desse desenho exploram-se situações da dinâmica e da estrutura familiar.

*alcool*: Informações disponíveis sobre a utilização de álcool por um ou mais membros da família.

*depressao*: Manifestação de sentimentos de tristeza e distúrbio depressivo nos familiares; conseqüências da depressão, como as tentativas de suicídio.

*relpai/suj*: Aspectos significativos da relação entre o menino e o pai. As relações do menino com pessoas que desempenhem o papel do pai (padrasto, padrinho) também são codificadas neste item.

*relmae/suj*: Relação do sujeito com a figura materna.

*fam/papinv*: Dados que nos permitam inferir sobre a inversão de papéis dentro do funcionamento familiar são codificados neste item.

*fam/tentre*: Tentativas de reorganização da estrutura familiar que geralmente ocorrem após um período de severa desestruturação.

*auto-agres*: Episódios nos quais existe auto-agressão.

*drogas*: Informações disponíveis sobre o uso de drogas (não discriminadas) por algum membro da família.

*fam/funcio*: Aspectos esclarecedores sobre o funcionamento familiar.

*muda/inst*: Aspectos referentes à colocação do sujeito em instituições de abrigo.

*adocao*: Discussão das situações relativas a sujeitos adotados na infância.

**Contexto de Reações**: Manifestações que estejam associadas com a situação de abuso e suas conseqüências (revelação, processo legal, entrevistas).

*dim/apetit*: Diminuição de apetite do sujeito.

*autconcneg*: Comentários ou aspectos na conduta e verbalizações através dos quais se possa inferir que o menino esteja referindo-se a um conceito negativo de si mesmo.

*timidez*: Características de timidez detectadas nas relações interpessoais.

*aum/recrit*: Situações nas quais o menino apresenta uma reação exagerada quando percebe alguma forma de comentário crítico.

*aum/peso*: Percepção do menino e, sempre que possível, dados objetivos sobre o rápido aumento de peso em um período relativamente curto.

*comp/regr*: Relatos de diversas condutas que o menino apresenta e que não mais seriam apropriadas para o seu nível de desenvolvimento. Embora a enurese pudesse ser identificada como uma sub-categoria diferenciada, optou-se por incluí-la neste item devido ao seu significado dinâmico.

*pen/egoist*: Características de pensamento extremamente centrado em si próprio.

*aus/limite*: Situações nas quais observa-se, através do relato do menino ou de seus familiares, a dificuldade em respeitar os limites propostos pelas figuras de autoridade.

*ansiedade*: Manifestações de ansiedade generalizada.

*dif/sono*: Manifestações de insônia inicial ou terminal.

*pesadelo*: Relatos de pesadelos. Procura-se incentivar que o menino relate os pesadelos, verificando qual o conteúdo dos mesmos.

*abs/confus*: Relatos nos quais identifica-se que o menino esteja experienciando confusão quanto à orientação sexual.

*medos*: Sensação de medo relatada pelo sujeito. Reserva-se este código para situações nas quais o que esteja sendo descrito não seja o medo da vitimação ou do abusador - classificados como abs/medo e abr/sentim.

*brigas*: Relatos do envolvimento do menino em brigas.

*aum/limpez*: Exacerbação da preocupação com higiene.

*comp/sex*: Manifestação de conduta sexualizada.

*comp/abusi*: Manifestação de comportamento abusivo do menino em relação a outras pessoas.

*comp/destr*: Manifestações de conduta potencialmente destrutivas, em relação a objetos e pessoas.

*mentiras*: Relatos de outras pessoas sobre a utilização de mentiras.

*dissocia*: Manifestações de dissociação que possam ser inferidas a partir do relato verbal.

*comp/vitim*: Comportamento de se colocar numa posição de vítima nas relações que estabelece.

*depre*: Observações de outros ou queixa do próprio menino sobre sintomas depressivos - além daqueles descritos em sub-categorias distintas.

*passividade*: Características de passividade.

*desatencao*: Relatos através dos quais seja possível inferir sobre o prejuízo na atenção.

*furtos*: Situações nas quais o menino comete pequenos furtos.

*fugas*: Situações nas quais o menino foge de casa ou de instituições nas quais estava abrigado.

*desor/temp*: Prejuízo na capacidade de orientação em relação ao tempo.

*dif/sexual*: Dificuldade de obtenção de prazer na relação sexual.

*queixa/som*: Manifestações de dores físicas ou queixas quanto a problemas de saúde.

*abs/dst*: Situações nas quais o menino contraiu doenças sexualmente transmissíveis decorrentes do abuso sexual. Envolve também questões relacionadas à investigação e tratamento dessas doenças.

*desor/esp*: Prejuízo na capacidade de orientação em relação ao espaço.

*dinamica*: Dados que elucidem particularidades da situação de abuso.



**Contexto da Entrevista:** Questões relevantes ao processo de entrevista, bem como a relação com o entrevistador. Código: *entrevista*

**Contexto do Abuso:** Códigos referentes à situação de abuso envolvendo abuso físico, sexual e negligência. Envolve também dados sobre o abusador bem como sentimentos, pensamentos e atitudes relativos ao abuso.

*abs/descr:* Descrição das situações de abuso.

*abr/identi:* Dados de identificação do abusador.

*abr/proxi:* Proximidade entre o abusador e a vítima. Inclui tanto dados da relação de consangüinidade - no caso de abuso intrafamiliar - quanto dados de proximidade física (por exemplo, são vizinhos).

*abr/sentim:* Sentimentos que o menino ou familiares expressam a respeito do abusador.

*abs/loctem:* Descrição de quando ocorreu a situação de abuso, ou seja, é a localização temporal da situação.

*abs/vergon:* Sentimentos de vergonha que o sujeito experimenta em relação à vitimação.

*abs/locesp:* Localização espacial da situação.

*idadeab/vi:* Diferença de idade entre o abusador e a vítima.

*abs/freq:* Frequência na qual vinham acontecendo as situações de vitimação descritas anteriormente.

*abs/durac:* Período de tempo que compreendeu a vitimação.

*abs/pensam:* Cognações e conceitos que o menino apresenta em relação ao abuso.

*abs/medo:* Verbalizações correspondentes à manifestação de medo, especificamente em relação ao abuso.

*abs/ansied:* Manifestações de ansiedade específicas à situação de abuso.

*abs/depres:* Presença de sentimentos depressivos quando abordada a temática do abuso.

*abs/record:* Lembranças e recordações da situação de vitimação.

*abs/manejo:* Formas que o sujeito encontrou para lidar com o abuso. Aborda-se também como a família procurou manejar a situação.

*abs/naoabo:* Episódios nos quais a opção do menino ou da família é por não abordar a situação abusiva. Refere-se ainda a situações nas quais o menino relata que não havia abordado o abuso anteriormente.

*abs/rotulo*: Manifestações que possam indicar um processo de estigmatização.

*abs/legal*: Aspectos legais e de atendimento referentes à vitimação.

*abs/culpa*: Sentimentos de culpa ou situações nas quais o menino atribuiu-se - ou membros da família lhe imputam - a responsabilidade pelo abuso.

*abs/fisico*: Situações identificadas como fisicamente abusivas para o menino.

*neglig*: Situação de negligência em relação ao menino.

**Contexto da Revelação**: Dados relevantes ao processo de revelação, atentando para a descrição desse processo e aspectos da sua dinâmica.

*rev/ameaca*: Situações nas quais detecta-se a presença de ameaças e a utilização de coerção com o objetivo de que o menino não relate a situação de abuso.

*rev/descri*: Descrição da situação de revelação: para quem contou, quando contou, etc.

*rev/medo*: Sentimentos de medo que influíram no encobrimento do abuso.

*rev/brinca*: Entendimento equivocado da situação de abuso - percebida inicialmente como uma brincadeira - e, portanto, não revelada.

*rev/tentat*: Tentativas prévias de revelação.

*rev/reafam*: Diferentes reações que os membros da família tiveram ao tomarem conhecimento da situação de abuso.

*rev/segred*: Dinâmica de segredo que impede a revelação.